



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0251/08	DATA: 26/03/2008
INÍCIO: 16h12min	TÉRMINO: 21h27min	DURAÇÃO: 5h15min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 5h13min	PÁGINAS: 134	QUARTOS: 63

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUIZ CARLOS PIRES SENA - Representante da Pastoral Carcerária.
JESUS FRANCISCO LAJES DOS SANTOS - Coordenador-Geral da Associação Corpus.
THAYSE MACIEL PINHEIRO - esposa de reeducando.
JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Secretário-Executivo de Justiça e Cidadania.
JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Juiz da Vara de Execuções Penais de Santa Catarina.
HUDSON QUEIROZ - Diretor do Departamento de Administração Prisional de Santa Catarina.
ANDREY CUNHA AMORIM - Promotor e Coordenador do Centro Criminal do Ministério Público de Santa Catarina.
DORACI APARECIDA BECKER - Mãe de reeducando.
DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina.
ANSELMO CERELLO - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.
MARIA DA CONCEIÇÃO ORIHUELA - Diretora do Presídio Feminino de Florianópolis.
ERNANI ROGÉRIO SEIFFER MATOS - Consultor-Geral da Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania do Estado de Santa Catarina.
KLEBER GOEDE - Agente Prisional.
SAMIR OSEAS SAAD - Juiz Corregedor.
ANDREY CUNHA AMORIM - Promotor de Justiça e Coordenador do Centro Operacional Criminal do Estado de Santa Catarina.

SUMÁRIO: Debate com as autoridades sobre os problemas diagnosticados e encontrados nas unidades prisionais do Estado de Santa Catarina. Tomada de depoimentos

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembléia Legislativa da cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há palavras ininteligíveis.
Há oradores não identificados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal criada com a finalidade de investigar e diagnosticar o sistema carcerário no Brasil. A CPI do Sistema Carcerário foi criada no dia 22 de agosto de 2007. Já visitamos 15 Estados no Brasil, mais de 60 unidades prisionais. Esta semana estamos fazendo diligências nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde vamos vistoriar e debater com as autoridades desses 2 Estados os problemas diagnosticados e encontrados nas unidades prisionais desses respectivos Estados.

Estamos acompanhados do Deputado Domingos Dutra, Relator da CPI, Deputado Luiz Carlos Busato, Deputada Jusmari; o Deputado Pompeo de Mattos vai integrar a Comissão na parte da tarde, mais no final da noite, e amanhã estaremos no Estado do Rio Grande do Sul.

O objetivo da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal é diagnosticar e investigar, através de audiências e diligências nos Estados, o sistema carcerário no Brasil. Na verdade, o sistema carcerário brasileiro é um sistema falido, caótico, um sistema em que com raríssimas exceções temos boas experiências em alguns Estados, e nem mesmo essas experiências boas, já conhecidas em alguns Estados, são aplicadas como padrão em todo o Estado.

Nós percebemos também, por onde passamos, que alguns Governos estão sensibilizados com essa questão e começam a investir na abertura de novas vagas do sistema carcerário. Sabemos que os investimentos também são dificultados porque muitas cidades não querem abrigar presídios, não querem sediar presídios no Brasil. Virou um problema muito sério. A população precisa entender que investir no sistema carcerário não é dar regalia para preso, investir no sistema carcerário é garantir a segurança da população, e sistema penitenciário tem que ser tratado como questão de segurança pública, porque a nossa população carcerária um dia vai sair de trás das grades.

Não temos pena de morte no Brasil, não temos prisão perpétua, e se essa população, que hoje paga pelo crime sob a custódia do Estado, não vê o Estado como patrocinador do cumprimento das leis, dificilmente essa população carcerária vai sair de lá educada para cumprir as leis fora dos presídios brasileiros.



Nós sabemos que o Estado, que tem a responsabilidade da custódia, nem mesmo assim consegue garantir a custódia desses presos. Só de janeiro de 2006 a junho 2007, morreram quase 1.700 presos dentro do sistema carcerário brasileiro. Para um País que não tem pena de morte como pena máxima, mas tem a morte sem pena dentro do sistema prisional, esses problemas da violência, das fugas, das rebeliões, além de gerarem as mortes, os danos físicos, trazem danos também ao patrimônio público, porque os Governos muitas vezes têm que investir em construções, que, às vezes construídas de forma inadequada, não conseguem cumprir com suas funções.

A CPI inclusive está propondo nas discussões e vai propor no relatório a padronização arquitetônica dos presídios brasileiros. Hoje nós sabemos que temos uma única Lei de Execução Penal no Brasil, mas cada Estado aplica a lei do jeito que quer, cada diretor de presídio administra o presídio do seu modo. Isso gera uma intranqüilidade, uma instabilidade dentro do sistema carcerário no Brasil. A CPI, além de propor a padronização arquitetônica...

Hoje há muitos presídios que são construídos, há investimentos, e com a primeira rebelião são jogados no chão. E muitos presídios construídos de forma inadequada para a aplicação das políticas da LEP e para a própria segurança dos agentes que trabalham dentro dos presídios, que às vezes são reféns dos projetos arquitetônicos dos presídios brasileiros, e muitos recursos às vezes são aplicados de forma inadequada.

Nós queremos também propor a uniformização de normas e procedimentos dentro dos presídios no Brasil. Em muitos Estados, nós temos regras que não valem para Estados seguintes, subseqüentes ou conseqüentes. Temos, na verdade, no Brasil uma legislação que cada um aplica da forma que entende que deve ser aplicada. E nós sabemos que durante muito tempo foi feito um discurso no Brasil que bandido bom é bandido morto, e a população tem dificuldade em aceitar que os Governos deixem de investir no hospital ou no posto de saúde para construir um presídio, para construir unidade prisional. O que nós queremos, com o trabalho da nossa Comissão, é chamar à responsabilidade todos — Governos de Estado, Governo Federal, Congresso Nacional, Ministério Público, Defensoria Pública,



tribunais de Justiça, também a OAB e a população — para a necessidade de nós investirmos no sistema prisional do Brasil.

Há Estado em que o orçamento do Estado, recurso do Tesouro do Estado, para investimento no setor carcerário é zero. Todo o mundo esperando por investimentos oriundos do Governo Federal. Felizmente o Governo Federal agora está investindo no sistema, mas esse é um esforço que tem que ser feito por todos, pelos Estados, pela União. Precisamos envolver os prefeitos nessas discussões, porque muitos prefeitos, ao interpretar a Constituição, quando diz que a segurança é dever do Estado, eles acham que é o Estado da Federação, e que município não faz parte desse contexto. E aí não querem presídio no seu município, acham que a responsabilidade da segurança pública é do Estado.

Nós temos entendimento diferente e, além dessas propostas, vamos propor também mudanças na legislação, para que possamos dar instrumento à Justiça de aplicabilidade que possa realmente mudar a situação do sistema carcerário no Brasil.

Sabemos que temos muitos problemas na legislação que precisam ser corrigidos, temos algumas mudanças na Constituição que deverão ser feitas, para que possamos aplicar também de forma mais adequada nossa Lei de Execução Penal, e o Congresso está disposto a fazer essa discussão. A CPI está aqui com este objetivo: diagnosticar, nas diligências, nas vistorias. Não acreditamos em tudo o que ouvimos dentro do sistema, mas não descartamos nada do que chega até nós de informação, porque muitas dessas informações podem ser verdadeiras, e nós, então, temos que aprofundar essas investigações.

Queremos agradecer o apoio que recebemos do Governo do Estado. O Secretário de Justiça, o Juiz de Execuções Penais e o Ministério Público estiveram conosco, a Polícia Militar nos acompanhou durante nossas vistorias. Agradeço ao apoio da imprensa, que também esteve conosco nas diligências, e digo que estamos aqui para debater o problema e ser parceiros também do Governo de Estado, junto ao Departamento Penitenciário Nacional e ao Governo Federal, para que possamos sensibilizar também o Governo Federal para a necessidade de investir no sistema prisional em parceria com os Estados.



Para esta audiência, convidamos o Desembargador Anselmo Cerello, que é Corregedor do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e queremos convidá-lo para estar conosco à Mesa. *(Pausa.)* Convidamos também o Dr. Júlio de Melo, Juiz da Vara de Execuções Penais. *(Pausa.)* Convidamos também o Dr. Andrey Cunha Amorim, Promotor da Vara de Execuções Penais. *(Pausa.)* O Dr. Justiniano Pedroso, Secretário Executivo de Justiça e Cidadania. *(Pausa.)* O Dr. Paulo Marcondes é Presidente da OAB, mas aqui é representado pelo Dr. Dorian Esteves. *(Pausa.)* Convidamos uma representante da Pastoral Carcerária para que estivesse conosco aqui e pudesse também fazer uso da palavra. Até o momento ninguém... Está aqui? Samir Oséas Saad. É esse? É porque na hora que perguntei não me passou o nome. Quero convidar o Dr. Samir, que é Juiz Corregedor do Tribunal de Justiça, para que esteja conosco. Está representado? Então agradecemos a presença e a atenção dispensada aos trabalhos da Comissão. *(Pausa.)*

Queremos também registrar a presença do Deputado Elizeu Mattos e convidá-lo para estar conosco à Mesa, representando a Assembléia. *(Pausa.)* O representante da Pastoral Carcerária é o Dr. Luiz Carlos Pires Sena, a quem convido para estar conosco. *(Pausa.)* Queremos também registrar a presença da Dra. Maria Conceição, Diretora do Presídio Feminino, está conosco; do Dr. Heliomar Weirich, Diretor Penitenciário de Florianópolis. *(Pausa.)* É isso mesmo? Não está presente? O Dr. Heliomar não está presente. *(Pausa.)* O Deputado Elizeu Mattos está representando o Presidente da Assembléia, o Dr. Julio Garcia. Queremos agradecer à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina por ceder o espaço para que possamos realizar esta audiência pública aqui neste momento. *(Pausa.)*

Foi tentado também um contato com os representantes dos agentes penitenciários, sindicato ou associação, mas não foi possível esse contato. Se houver algum representante dos agentes penitenciários do Estado de Santa Catarina aqui e quiser fazer uso da palavra, falar, em nome dos agentes, dos problemas enfrentados pelos agentes penitenciários, também terão oportunidade na nossa Comissão.

Passo a palavra ao Relator para uma saudação e, em seguida, vamos iniciar nossa audiência.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, Deputado Neucimar Fraga, Deputado Luiz Carlos Busato, Deputada Jusmari, todos os nossos convidados e os presentes neste plenário, vou ser bem breve para os trabalhos terem sua rotina normal. Quero apenas dizer 2 coisas. Primeiro, esta CPI foi constituída de forma diferente das demais CPIs que o Congresso Nacional já instaurou. Primeiro que não é uma Comissão que nasceu de um embate entre Governo e Oposição. Segundo, é uma Comissão Parlamentar de Inquérito que, a princípio, não parte do ponto de vista de indiciamento de nenhuma autoridade, apesar de, ao final dos trabalhos, com certeza nós termos que indiciar responsáveis pelo caos do sistema carcerário.

O objetivo principal da Comissão é fazer um diagnóstico da situação carcerária e, ao final, apresentar sugestões que possam humanizar o sistema carcerário como condição de contribuição com a segurança pública do País. A Comissão não é uma Comissão Parlamentar de Inquérito de defesa de marginais, como alguns desavisados podem supor, é uma Comissão em que primeiro nós estamos preocupados com o estrito cumprimento da legislação nacional, com o cumprimento da Constituição do País, com o cumprimento dos tratados internacionais, que são violados diariamente no sistema carcerário.

E nós compreendemos que humanizar o sistema carcerário é contribuir com a segurança de todos os brasileiros e não-brasileiros aqui residentes. Se o sistema carcerário continuar sendo embrutecido, como é hoje, com certeza a segurança pública terá dificuldade de ser exercida.

Nesse sentido, Sr. Presidente, é que gostaria de fazer um apelo a todos os nossos convidados, que pudessem socializar com a Comissão as dificuldades que existem hoje no sistema carcerário. Nós queremos ver as boas iniciativas, queremos ver os exemplos exitosos, mas nós queremos ter contato, queremos ouvir os problemas que afligem hoje o sistema carcerário, porque é a partir desses problemas que nós podemos encontrar as soluções, que são urgentes e já estão atrasadas.

Portanto, quanto mais informações e sugestões a Comissão receber, será uma contribuição inestimável para o trabalho final da CPI.



É evidente que visitamos 2 estabelecimentos, não dá para se ter uma noção do sistema carcerário do Estado, e contamos com os depoimentos aqui para nos relatar como está o sistema carcerário do Estado de Santa Catarina, porque apenas com a visita rápida a 2 estabelecimentos não dá para termos uma noção da realidade. Só quem pode nos dar essa noção são os senhores, que vão aqui prestar as informações. Portanto, além do diagnóstico, nós solicitamos a todos contribuições efetivas que possam ser transformadas em iniciativas legislativas ou em recomendações para os Estados, para o Governo Federal, para o Ministério Público, para o Poder Judiciário.

Esse é o apelo que fazemos, de tal forma que não possamos, ao final, ter a noção de uma realidade que não é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Queremos também registrar a presença da Sra. Doraci Aparecida Becker, representante da Associação Habeas Corpus, aqui do Estado de Santa Catarina; do Dr. José Carlos Müller, Diretor de Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, e do Dr. Francisco Emmanuel Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Prisionais da OAB de Santa Catarina e Conselheiro do Conselho Penitenciário do Estado, que esteve conosco também, acompanhando-nos pela manhã, a quem queremos agradecer a companhia durante as nossas visitas no sistema prisional aqui do Estado de Santa Catarina.

Vamos passar a palavra neste momento ao Sr. Luiz Carlos Pires, membro da Pastoral Carcerária aqui do Estado, para que possa fazer uso da palavra pelo tempo de 5 minutos. Se algum Parlamentar quiser interpelá-lo após o uso da palavra, está autorizado por esta Presidência.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Gostaria de saber qual vai ser o roteiro, a forma, até para que possamos...Gostaria de saber qual é o roteiro que vai ser dado, qual é a forma. Eu nunca participei de CPI ou de audiência pública e gostaria de saber qual é o roteiro que vai ser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos passar a palavra para o Presidente da Pastoral Carcerária, que vai ser o primeiro a fazer uso da palavra, e ele vai ter a oportunidade de falar sobre o sistema prisional do Estado,



sobre os problemas que a Pastoral encontra no dia-a-dia. Logo após, os Parlamentares vão interpelá-lo. Em seguida, vamos passar a palavra também a todos os convidados, e o senhor, como Secretário, terá oportunidade também de fazer uso da palavra e de apresentar um diagnóstico para a Comissão do Sistema Carcerário ou um relatório do trabalho realizado. Vai ser sempre desta forma: os convidados farão uso da palavra, cada um na sua área, e os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, no final do uso da palavra de cada convidado, vão fazer as perguntas pertinentes a cada assunto.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO -

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Sr. Luiz Carlos Pires.

O SR. LUIZ CARLOS PIRES SENA - Boa-tarde. Em nome da Pastoral, sou Luiz Carlos e trabalho num projeto de inclusão social dentro de um presídio masculino e represento aqui a Coordenação da Pastoral Carcerária Estadual, na pessoa do Padre Ney Brasil. É claro que a gente não pode negar que quem cuida de segurança pública hoje, no Estado de Santa Catarina, para isolar a questão a nível de Brasil, que há Estados que estão numa situação bem pior, está sentado numa bomba-relógio, pelo déficit de vagas, pela maneira como os presos são tratados, pela maneira como as famílias são tratadas, pelo processo e pela falta de condições em que essas pessoas são colocadas durante o tempo médio em que são presas, em torno de 3 a 4 anos. A preocupação da gente é que, a partir de março do ano passado, com a nova lei dos crimes hediondos, esse tempo médio vai aumentar.

Nós, da Pastoral, vimos o sistema prisional como uma oportunidade social, onde possamos criar um canal de comunicação entre o Estado, a sociedade, as Igrejas, não só a Católica, mas também outras Igrejas, as entidades civis, no sentido de discutir com o próprio sistema o que seria solução, porque não concordo quando dizem que vão padronizar, por exemplo, as unidades prisionais no Brasil. Acho que cada realidade tem que ser discutida no seu local. Essa é uma opinião que a gente tem. Outra coisa, não se concebe hoje, e isso está até previsto na LEP, que uma unidade prisional agregue 1.200 presos, todos num lugar só, em quase um regime



de segurança máxima, e a gente está vendo o fruto que a gente está tendo, toda semana uma pessoa sendo morta em São Pedro de Alcântara.

Então, que os próximos projetos contemplem unidades em que as pessoas possam ser tratadas pelo nome, não pelo número, como um ser humano. Outra coisa que eu acho que é muito interessante ser revista, e eu que convivo ali já há 2 anos — do lado ali nós temos uma capela da Pastoral, tem a secretaria, onde a gente trabalha ali — é que quem prende... É claro que vai ter sempre um antagonismo, uma dialética, mas isso é uma coisa que é visível e é notório: o policial militar está fazendo o papel dele, mas não pode ser ele quem vai manter a guarda do sistema prisional. Sempre vai haver problema. Sempre vai haver problema. Sempre o policial vai ser visto com maus olhos e sempre vai ver com maus olhos, porque a situação em que o preso e o policial se encontram sempre é uma situação de tensão muito grande.

Então uma das coisas que eu gostaria de pedir, que talvez a gente até pudesse depois deixar escrito, é que a guarda dessas pessoas... Porque a guarda interna é feita pelos agentes prisionais, e a externa, pela Polícia Militar. Eu acho que uma das coisas que tem que se pensar é que o policial militar continuasse, é claro, fazendo a função dele, mas não como guarda externo. Nós temos, ali no presídio masculino mesmo, de vez em quando temos problemas. Nós não vamos entrar aqui no mérito da questão, quem tem razão, que não tem. Mas é um antagonismo muito grande que existe entre a Polícia Militar e a figura do preso e a família do preso. Então, para nós, eu acho que seria uma idéia de humanizar e talvez até de diminuir um pouco a tensão nesse sentido.

É claro que se a gente for falar aqui e elencar quais as idéias que a Pastoral tem, que a OAB, através da Comissão de Assuntos Prisionais, a Associação Habeas Corpus, que tem vindo aí de uma maneira meio... tentando ocupar um espaço para humanizar, para reivindicar direito dos presos... Mas também é direito do agente prisional que está sendo jogado numa situação desumana, porque, se o agente prisional é responsável por fazer a segurança, a sociedade cobra que ele tem que ser um educador... E eu acho que isso também é um outro erro: o agente prisional tem que ser responsável pela segurança; o educador tem que ser um pedagogo; o serviço social, a proteção social, a documentação, a ligação com a família, tem que



ser uma assistente social; a área da saúde tem que ser com um médico, com um enfermeiro.

Então, acho que às vezes o problema no sistema prisional não é tanto a falta de vagas, mas é a falta de colocar as pessoas no lugar certo. E esse investimento, para Santa Catarina, eu acho que não é um investimento tão grande que não possa ser pensado. Eu acho, por exemplo, que o presídio feminino deveria ter uma assistente social, porque lá tem bebês, geralmente tem 5, 6, 7 bebês, e estão lá sem a proteção técnica de um assistente social. O Estado deveria providenciar isso. Às vezes, não contam com um médico, nem que seja uma vez por semana. São 150 mulheres. Então, tem os mais variados tipos de necessidades físicas, biológicas, que deveriam estar sendo atendidas, até no sentido de DST, planejamento familiar.

Isso aí não é uma coisa que custe tão caro. Não é fazer um novo presídio, que a gente sabe que isso demanda dinheiro, demanda projeto. E quanto à sociedade, aí eu me uno... Em muitas coisas, a gente critica o Estado, critica a Secretaria de Segurança, mas eu, nesse... de Justiça e Cidadania, desculpe. Mas, nesse sentido, eu acho também que está havendo um grito muito grande de que todos têm que ser presos. Todos os que estão cometendo erro têm que ser presos.

Geralmente, são presos, são... vêm todos de comunidades que estão em situação de risco, mas a gente está aqui para discutir o sistema prisional, não a condição social do brasileiro. Então vamos partir do princípio de que a maioria — isso é um fato — dos presos são pessoas que vêm das classes mais baixas. Se eles são presos, e a sociedade quer que prenda o que rouba, o que mexe, o que trafica, o que comete qualquer tipo de delito, tudo bem, mas também que aceite essas pessoas, porque todas as comunidades querem que prenda, mas as comunidades não querem delegacia, delegacia onde tem a cela; as comunidades não querem presídio, não querem centro de triagem, não querem... Então, nisso, eu acho — eu, como membro da Pastoral Carcerária — que a sociedade está bem errada. Não vamos pôr a culpa só no Estado ou só na Polícia Militar ou só nas leis ou só na pobreza. Eu acho que nós temos que assumir o ônus. Se hoje nós temos 450 mil presos no Brasil, e a tendência é aumentar cada vez mais, eu acho que a gente tem que assumir o ônus.



Encerrando, eu acho que esta CPI é claro que traz uma luz, traz uma oportunidade de a gente talvez revelar alguma coisa e fazer um pensamento, mas eu acho que o Estado de Santa Catarina, em fóruns regionais, como foi feito o ano passado em Joinville, criar um seminário. Por exemplo, aqui a Grande Florianópolis tem a maior concentração de presos por região. Então nós temos São Pedro de Alcântara, Palhoça, o Complexo da Trindade. Não vai se conseguir resolver isso aí em médio prazo, não vai se conseguir lugar para esses presos, mas dá para humanizar, para melhorar um pouco as condições.

Eu sugiro, como sugestão maior da Pastoral Carcerária, que todo ano tivesse um fórum, um seminário, onde a gente trouxesse de fora pessoas especializadas na área; onde a gente ouvisse os agentes prisionais; onde a gente ouvisse as famílias dos presos; onde a gente ouvisse a OAB; onde a gente ouvisse a Vara de Execuções Penais; onde a gente ouvisse a Pastoral Carcerária e as demais religiões que trabalham com os presos; onde a gente ouvisse as direções dos presídios também, que sofrem também com as condições em que eles mesmos são colocados para administrar as Unidades.

Então, eu acho que a gente tem que abrir, primeiro, um fórum. É claro que tem que se resolver os problemas a toque de caixa, isso tem que haver investimento? Tem. Mas esse fórum seria um espaço muito interessante para a cada ano a gente ouvir o que cada entidade, cada participação do sistema prisional tem e para que a gente possa apontar soluções para o próximo ano, e assim sucessivamente.

Eu acho que não se vai conseguir, e Florianópolis está... Isso não é... É uma crítica e ao mesmo tempo é uma sugestão. Eu acho que a gente nunca se reuniu em Florianópolis. Poderia ser até talvez alavancado pelas entidades, pela OAB, por intermédio da Comissão de Assuntos Prisionais, pela própria Pastoral Carcerária e demais religiões, mas a gente todo ano fazer um fórum, um seminário, onde a gente trouxesse: onde tem idéias boas sobre sistema Prisional no Brasil? Trazer aquela idéia para ser ouvida e apreciada aqui e, a partir dali, e a partir das queixas que se tem do sistema prisional, poder apontar alguma solução.

Eu não acho que tudo dependa de grandes investimentos. Eu acho que falta olhar com atenção principalmente a parte técnica. Santa Catarina mesmo tem bons



exemplos de unidades prisionais que funcionam sem fuga, sem violência, sem maus-tratos, onde as famílias são bem tratadas, onde o preso tem condição de estudar.

É um outro lamento que a gente tem. A educação é muito pouco privilegiada. O trabalho a gente sabe que é difícil, porque não tem espaço, e isso a médio e longo prazo poderia se resolver. Mas eu acho que é muito pouco privilegiada a educação. Vejam que a Secretaria de Educação, semana passada, é que disponibilizou os professores contratados para começar a aula. Nós já estamos no final de março, gente! As aulas começaram em fevereiro. Então, quer dizer, por que o preso, que é um necessitado dessa condição de aprender, de se capacitar — e isso vai ajudar, isso ajuda —, não está estudando desde fevereiro, se ele... Aliás, a gente até defende que o preso não deixe de estudar nunca.

Então, pára a biblioteca, pára a educação, os professores entram de férias, e agora no final de março é que voltaram as aulas. Então, são detalhes que não dependem de construir um presídio novo. Depende é de a gente organizar tecnicamente, cada um na sua função, e as coisas funcionam. Eu acho que Santa Catarina tem bons exemplos. Nós não vamos entrar aqui nessa parte de citar onde que está bom, onde que está ruim. A maioria, claro que precisa melhorar, mas um fórum seria — um fórum, que eu digo, em forma de seminário — seria um bom espaço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Um minuto para concluir.

O SR. LUIZ CARLOS PIRES SENA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos ouvir agora também o Sr. Jesus Santos, representante da Associação do Habeas Corpus.

O SR. JESUS FRANCISCO LAGES DOS SANTOS - Boa-tarde às autoridades presentes, a todos os demais. Eu peço desculpas porque era às 15 horas, e eu cheguei atrasado. Mas eu quero agradecer essa oportunidade que a nossa Câmara Federal está colocando à disposição de todos nós, o pessoal interessado pela questão do sistema prisional.

Nós somos o coordenador da Associação Habeas Corpus. Depois nós vamos distribuir um boletim nosso para a Mesa, para todos os presentes. É uma associação que foi fundada aqui em Santa Catarina, em 2004 — eu sou da segunda gestão —,



que é composta de familiares e amigos dos presos do sistema prisional de Santa Catarina.

O que me antecedeu, o colega da Pastoral Carcerária... Inclusive essa associação, temos 2 entidades que ajudaram a fundar, que uma foi a Pastoral Carcerária e a outra foi a FAÇA — Fundação Açoriana de Controle da AIDS. Então, essas 2 pessoas jurídicas mais os familiares constituíram a Associação Habeas Corpus.

A iniciativa, como o colega que me antecedeu, acho que é meritória e deve ser repetida. Até eu trago inclusive, em cima do que ele falou, uma sugestão que deve-se organizar um encontro nacional de organizações de familiares de presos. Nós temos conhecimento de que tem em São Paulo, tem no Rio, tem em Rondônia, tem no Pará. Não sei se no Amazonas também. Então, tem várias organizações de familiares de presos. Então, seria importante também a Comissão e os nossos Parlamentares escutarem a voz do outro lado do sistema, porque nós temos o sistema carcerário, que é o preso, o sistema estatal, e temos o outro lado, que é o familiar. E eu trago aqui que geralmente, na maioria dos casos, o familiar é considerado um suspeito automaticamente, ou um marginal. É tratado, quando vai passar pelo sistema de revista... Inclusive nós batemos muito na questão da revista íntima das mulheres — vocês vão receber um artigo sobre isso aí —, em que há um completo desrespeito pela condição principalmente da mulher, porque 99% das visitas do sistema prisional são as mulheres que visitam — esses são dados estatísticos —, e elas, geralmente também das nossas classes mais excluídas, são reféns, às vezes, do bom humor, ou como o funcionário e a funcionária vai estar aquele dia. Então, isso é uma coisa que nós chamamos a atenção: é o desrespeito que existe pelo familiar do preso.

Outra coisa também é que existe um excelente trabalho, que foi feito há 6 ou 8 anos, aqui em Santa Catarina, que foi elaborado pelo Ministério Público de Santa Catarina, que era um manual de procedimentos mínimos para a administração prisional. Esse manual nem foi sequer considerado. Então, hoje tem o seguinte: cada administrador de casa pode de repente criar uma regra: *“Olha, você está de castigo 5 dias.”* *“Você está de castigo, vai lá para o cofre — o famoso cofre — 30 dias.”* Então existe... Nós estamos solicitando que se criem regras mínimas de



administração, principalmente na questão disciplina, que é onde o preso sofre mais efeito e, por conseqüência, seus familiares. Então, é mais ou menos isso aí.

Eu quero novamente parabenizar os nossos representantes lá no Congresso e aqui na Assembléia e, por favor, também saibam que os familiares dos presos estão se organizando no Brasil. Existem várias ONGs. Bom se pudesse o Governo ou o nosso Congresso chamar para um encontro nacional todas essas ONGs. Muito obrigado. E, se a Mesa pudesse também autorizar, nós temos uma mãe que ela pode trazer um exemplo concreto de um pequeno fato que aconteceu agora domingo com ela, D. Doraci. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A mãe está aí? Se a mãe quiser falar, nós vamos dar aí 2 minutos para relatar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Primeiro eu queria fazer um pedido a todos os responsáveis pelo sistema prisional, que orientem os seus subordinados a se abster de qualquer ato coercitivo aos presos, porque há exemplos de outras unidades, há queixas de torturas e há um medo muito grande de os presos falarem. Segundo, eu queria, já que tem uma mãe de preso, queria perguntar... que V.Exa. indagasse à convidada se ela se sente à vontade para depor de forma aberta ou se quer de forma reservada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É esposa de preso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Esposa, né? Mãe. Então, se ela não se sentir à vontade para falar o que ela sabe de forma pública, que V.Exa. oferecesse a sessão reservada, para que ela possa abrir o seu coração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Relator está propondo o seguinte: se houver alguma denúncia a ser feita que os convidados não se sintam à vontade e seguros para fazer no microfone, nós poderemos, a qualquer momento desta audiência, fazer uma audiência reservada para ter acesso a essas informações. Se vocês acharem que as informações que serão prestadas não têm problema em ser reveladas publicamente, podem fazer agora no microfone. Se não, podemos decretar uma reservada, se for alguma denúncia, se for alguma



informação que ache que pode trazer uma retaliação, aí nós poderíamos transformar em reservada, ou o Relator poderá ouvi-la separadamente.

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Bom, eu acho que a realidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só se identificando, o nome da senhora?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Bem, o meu nome é Thayse Maciel Pinheiro. Eu acho que a realidade, o que acontece tem que ser dita para todo o mundo saber, porque são situações muito graves que acontecem com o preso, que as pessoas não sabem também. Claro, tem muitos policiais, chefes de segurança, muitas pessoas que fazem realmente o seu trabalho, mas tem muitas pessoas que não fazem bem assim. Bem, o meu marido foi transferido para Criciúma. Espancaram o meu marido lá, sem ele fazer nada, entendeu? Eles não podem falar, eles não podem fazer nada, que eles espancam. Três semanas que ele está dormindo no chão, 3 semanas que eles não deixam entrar nada, não dão nada para ele, papel higiênico, pasta de dente, sabonete, nada. A roupa dele está cheia de sangue, cheia de sangue. O meu marido, o irmão daquela moça, várias pessoas, entende? Chegaram entrando, dando tiros de borracha. Para que isso? Certo, se eles erraram, eles querem pagar o que eles fizeram, mas como que eles vão pagar, vão ser uma pessoa melhor se eles fazem isso, entendeu? Aquele moço ali falou muita realidade que é mesmo. Está certo, a gente não está aqui também para dizer quem é certo ou errado, talvez eles tiveram os motivos deles, mas isso não é motivo de eles chegar, espancar, e fazer isso com eles, entendeu? Ficar xingando de macaco, o que é isso? Que preconceito é esse? Então, essas coisas eu não acho certo, sabe? Tem que ter serviço social, tem que ter educação para eles poderem melhorar, e não fazer isso para eles. Como eles vão se tornar uma pessoa melhor? Isto é que eu pergunto: como isso desse jeito, espancando, dando tiros de borracha? A roupa deles... 3 semanas, senhor, 3 semanas cheia de sangue e toda rasgada, entendeu? Meu filho escutando isso, ele fica apavorado. Então, isso eu não acho certo. Eu acho que isso eles têm que tomar alguma atitude. Essa cadeia de Criciúma, esse chefe de segurança não está dando exemplo nenhum para ninguém. Isso é um absurdo e é muito lamentável, lamentável mesmo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o nome do seu esposo?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - É Glauber Sátiro dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele estava preso em qual unidade antes?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Ele estava preso na penitenciária, num contêiner de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Foi transferido para Criciúma quando?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Faz 3 semanas que eles foram transferidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Foi transferido por quê?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Bem, o que eles me falaram foi por causa de um colchão, que um preso foi colocar um colchão para pegar um sol, porque eles são limpos nessa casa que eles estão presos, que eles vão ser imundos, e simplesmente o moço fechou onde ele tinha guardado, tinha pegado sol no colchão. E ele pediu o colchão de volta, um dos presos, não foi nem com meu marido. Só que aí ele começou a xingar o moço e humilhar o preso, começou a falar: *"Seu macaco, por que você não pegou o colchão antes?"* Ficou falando um monte. Daí eles falaram: *"Tudo bem, senhor, a gente pode estar errado, mas não precisa xingar a gente."* Daí ele se ofendeu por isso e mandou os presos para Criciúma. E eles ficaram em Criciúma. Fizeram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eles foram espancados aqui ou em Criciúma?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Em Criciúma.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Pode repetir o nome do preso, por favor?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Glauber Sátiro dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Glauber Satler?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Sátiro dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sátiro?



A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Isso. E Marcos Paulo Costa, entre outros. Tem várias pessoas espancadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eles foram espancados por qual agente lá? Sabe o nome?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - É Patrício... Ah, eu não sei o nome completo dele, mas é o chefe de segurança de Criciúma. E ele olhou para mim, ele olhou para mim dizendo que ele estava com bom comportamento, que não aconteceu nada, que estava tudo tranqüilo, que ele estava recebendo tudo, que por isso que não ia entrar nada. E quando o advogado sai, apavorado, vendo ele todo rasgado, 3 semanas cheia de sangue a roupa dele, a cabeça dele machucada. Ele foi com uma arma, senhor, uma arma para tacar na boca, para tacar no peito, para tacar... O meu marido está com um galo enorme na cabeça, que ele tacou a arma. Imagine se mata ele, imagine isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele ainda está ferido, o seu marido?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Provavelmente. Eles estão feridos, estão com a roupa cheia de sangue.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele responde por qual artigo?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Oi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele é acusado de qual artigo, o seu marido?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Ele... É porque eu não sei o artigo, porque na casa que a gente estava, tinham duas pessoas que estavam com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele é acusado de quê, que tipo de crime?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - As duas pessoas que estavam com ele na casa estavam armadas, daí caiu para ele, porque a gente abrigou eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É por porte de arma?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele já havia sido preso antes?



A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - De menor, sim, só que a gente já estava construindo uma vida, ele estava trabalhando, já mostrei provas, já mostramos prova como a gente estava com outra vida, tudo tranqüilo. Só que a gente quer mudar, a gente quer mudar, começar a vida nova, só que desse jeito não tem como.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele está ferido ainda, o seu marido?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Eles estão todos feridos. Tem um que está com a perna toda machucada, porque o tiro da bala de borracha pegou neles. Daí estão todos machucados, todos eles. E eles estão pedindo saúde e eles não querem mandar saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu quero determinar então à Polícia Federal que está conosco e à Polícia Civil que possam identificar, junto com a Polícia local, esse preso nessa delegacia e encaminhá-lo a exame de corpo de delito ainda hoje, pela Comissão.

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Por favor, eu agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para que a gente possa checar essas informações que estão sendo prestadas aqui.

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Isso. Aquela moça ali, ela levou compras. Há três semanas ela está levando compra. A compra está entrando, mas não está chegando a eles. Onde estão indo essas compras? A gente gasta dinheiro, entendeu? Então, eles não podem ficar assim para eles, eles também precisam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - As denúncias de tortura que estão sendo feitas e de maus tratos nós vamos checar, encaminhando os 2 para exame de corpo de delito. O Delegado Federal que está aí, junto com...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só para um requerimento. Eu solicito a V.Exa. que nessa diligência possa trazer todos os presos que estiverem machucados, falaram em 3, e, além do exame de corpo de delito, gostaria de ouvir os 3. Como nós vamos ficar aqui até de manhã, qual é a distância para Criciúma, 200?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Três horas de viagem para ir...



DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Três horas? Cento e cinqüenta? Eu sugiro o seguinte, Sr. Presidente: que mande fazer o exame de corpo de delito. Se chegar aqui qualquer hora, a gente ouve. Daqui para a meia-noite dá para ouvir. Eu acho importante ouvir o depoimento. E, diante disso, eu vou solicitar alguns outros depoimentos de presos que me denunciaram torturas. Como a gente tem receio de trazer os presos e depois ter represália, mas, diante desse fato, convém ouvir outros presos que também denunciaram práticas de tortura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Desembargador.

O SR. ANSELMO CERELLO - É Glauber Sátiro dos Santos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Desembargador Anselmo queria fazer algumas perguntas.

O SR. ANSELMO CERELLO - Ele está preso no presídio de Santa Augusta, não é?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Isso.

O SR. ANSELMO CERELLO - Nós vamos verificar. Santa Augusta. Me parece estranho uma pessoa por usar porte de arma ilegalmente estar nessa situação. Em todo caso, nós vamos verificar. Eu vou verificar com o juiz das execuções de Criciúma. Ele estava preso aqui e foi recambiado para lá?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Isso. Foi encaminhado para Criciúma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele já está condenado?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Não, ele não está nem condenado ainda.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há quanto tempo ele estava preso?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Ele estava preso há 8 meses.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Já tinha havido alguma audiência?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Já, já. Algumas audiências.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora sabe quanto tempo levou entre o incidente com os colchões para a transferência dele?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Aconteceu num dia, no outro eles transferiram.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então foi sem ordem judicial?



A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Não sei. Acho... Eu liguei para lá porque era minha visita na quinta. Eu liguei para lá...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ele estava preso em qual unidade?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Aqui? Ele estava aqui no contêiner, na penitenciária do contêiner.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu solicitaria que solicitasse à Direção do presídio que encaminhasse o fichário do preso, o processo de transferência, porque nós temos visto que a maior dificuldade é transferir preso de uma unidade para outra. Ela está afirmando que ocorreu num dia, e ele foi transferido no outro dia, para saber se a transferência foi autorizada pelo juiz ou não.

Eu perguntaria: a roupa do preso está com a senhora, ou está com ele?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Está com ele. Ele está usando, ele não tem roupa para usar. Eles não deixaram eu deixar nenhuma roupa. O advogado, Rodrigo, que foi até lá, disse que a roupa dele está toda rasgada e está cheia de sangue, não tem nenhuma roupa para ele vestir. Eu quis deixar alguma coisa para eles, eles disseram que não podia deixar nada, que a casa estava dando. Só que é mentira, a casa não está dando nada, eles estão 3 semanas sem tomar banho, 3 semanas sem escovar os dentes, porque eles não dão nada para eles. Eles estão dormindo no chão, no chão puro, sabe? Além de ser maltratados, eles estão dormindo no chão puro. A roupa deles está cheia de sangue, eles bateram muito neles.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Além desses 3 casos, a senhora tem informação de outros casos de espancamento?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Não, porque eu nunca fui naquela cadeia. Eu nunca sabia que eles faziam isso. É a primeira vez que eu fui.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Queria que a senhora esclarecesse sobre a questão dos alimentos que são encaminhados aos presos, que esclarecesse melhor o que a senhora afirmou, que os alimentos não chegam aos presos.

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Isso. Material de limpeza, mais roupa, lençol, essas coisas, já há umas 2 ou 3 semanas que a moça ali, irmã do outro preso, ela está levando e eles não estão entrando. Eles não devolvem para ela, não



falam a verdade e também não entram, entendeu? Então tem muita mentira, porque eu quis saber a verdade, o que estava acontecendo, só que eles mentiram um monte de coisa para mim. Como que eles que vão dizer para mim que eles são...

O SR. ANSELMO CERELLO - Minha senhora, qual é seu nome?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - O meu nome é Thayse.

O SR. ANSELMO CERELLO - Como? Thayse...

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Thayse.

O SR. ANSELMO CERELLO - Thayse do quê?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Thayse Maciel Pinheiro.

O SR. ANSELMO CERELLO - Thayse Maciel?

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Pinheiro.

O SR. ANSELMO CERELLO - A senhora é esposa de preso.

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - Isso.

O SR. ANSELMO CERELLO - Essa prisão de Santa Augusta é um caso realmente... Já há longos anos que ela vem realmente se deteriorando cada vez mais, e é uma verdadeira masmorra. Eu fui juiz lá perto e sei da situação, bastante precária. Mas eu vou fazer o seguinte. Eu, imediatamente, hoje mesmo, vou entrar em contato com o juiz e nós vamos abrir uma sindicância a respeito disso. O juiz das execuções vai abrir uma sindicância. Ele vai ser submetido a exame de corpo de delito. Nós vamos apurar tudo aquilo que a senhora está dizendo aqui. Eu pediria também ao Dr. Júlio César Melo, que é Juiz das Execuções Penais aqui em Florianópolis, se S.Exa. poderia também pesquisar por que esse preso que está preso aqui foi recambiado para Criciúma, né? Se houvesse questão, evidentemente, de vagas... Porque aqui há mais vaga. Nós sabemos que na prisão de Santa Augusta...

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - É muito longe Criciúma.

O SR. ANSELMO CERELLO - De Criciúma, aliás, não há vaga, e é talvez um dos presídios, se não o presídio em situação pior aqui do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mais superlotado.

O SR. ANSELMO CERELLO - Então eu queria saber o seguinte: por que esse preso foi para lá? E imediatamente, hoje mesmo, nós vamos entrar em contato



com o Juiz das Execuções Criminais de Criciúma, para que seja instaurada uma sindicância, porque aquilo que a senhora falou são realmente...

A SRA. THAYSE MACIEL PINHEIRO - É muito grave isso. A gente pediu a transferência dele...

O SR. ANSELMO CERELLO - São realmente denúncias bastante sérias, e nós não admitimos isso. E os outros presos, o Dênis e o Marcos Paulo Costa, também estão lá?

(Não identificada) - É o Dênis e o Marcos Paulo Costa.

O SR. ANSELMO CERELLO - O Dênis é um, e o Marcos Paulo Costa é outro. Qual é o sobrenome do Dênis?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANSELMO CERELLO - Ele também está em Criciúma?

(Não identificada) - Também. *(Inaudível.)*

O SR. ANSELMO CERELLO - É evidente. Nós vamos entrar hoje mesmo em contato. Pena que o Dr. Samir já saiu, senão a gente iria providenciar isso agora. Mas hoje mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só pedir para quem for falar falar aqui no microfone.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E se identificar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Se identificar e falar aqui no microfone.

O SR. ANSELMO CERELLO - Sr. Presidente, hoje mesmo nós vamos instaurar uma sindicância para apurar tudo aquilo que foi dito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E nós queremos chamar a atenção, porque lá no presídio onde tem os contêineres realmente tem vaga, né?

O SR. ANSELMO CERELLO - Como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tem vaga sobrando. No presídio onde estão os contêineres tem vaga sobrando. Está sobrando vaga, não está superlotado, né?

O SR. ANSELMO CERELLO - Eu asseguro a V.Exa. que o Santa Augusta não. Não se justifica mandar um preso daqui, ou vários presos, para um dos piores presídios de Santa Catarina, que é o Santa Augusta.



O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Presidente, eu gostaria, se o senhor me permitisse.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, seria bom que o Dr. Justiniano Pedroso pudesse, junto à unidade prisional, trazer o fichário do preso, para saber como é que se deu essa transferência de forma tão rápida.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Eu posso me manifestar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sim, Secretário.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - A informação que eu tenho — está aqui o Diretor do DEAP e a gerente de execuções penais — é de que foram transferidos efetivamente 8 presos do COT de um dia para outro porque esses presos se rebelaram, começaram com um tumulto. Para manter a ordem na unidade prisional é que foi feita essa transferência. Então eu acho que nós temos que ver.

Agora, quanto à questão de tortura, isso eu realmente não tenho conhecimento, e...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Hã? Desse preso não tenho. Por quê? O senhor tem? O senhor está achando que eu estou mentando aqui? Não tenho. E todas — vou lhe dizer, doutor —, todas as questões de tortura que me chegam eu determino a abertura de sindicância. Eu sou um democrata. Eu não admito, eu não admito... O senhor vá lá. Eu não admito! Eu não admito! Me perdoe, o senhor não me conhece. Eu não admito. O Dr. Francisco sabe, e tenho defendido isso no Conselho Penitenciário, não admito tortura. Às vezes tem que se usar realmente... E os senhores conhecem como é que funciona o sistema prisional. Então, a questão, Desembargador Anselmo Cerello, pela informação que me foi transmitida aqui pelo DEAP, é que esses... Foram 8, né? Foram 8 presos que foram transferidos, porque tumultuaram aqui na penitenciária da Capital, onde eles estavam, no COT.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - E em Criciúma, ao chegarem em Criciúma, a informação é que os mesmos presos



tumultuaram. Então eu acho que nós temos também essa informação, que foi-me passada. Se quiserem averiguar, eu acho que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu quero só dizer...

O SR. ANSELMO CERELLO - Sr. Secretário, nós vamos apurar isso.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Eu acho importante, Desembargador. Com certeza, acho importante. Eu só estou adiantando o motivo, Desembargador Cerello, pelo qual esses presos foram tão rapidamente transferidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu quero só dizer aos nossos convidados para depor na CPI que a CPI já determinou a identificação desses 2 presos que foram transferidos. O Delegado Federal que está conosco já está providenciando a identificação desses presos, para exame de corpo de delito. E agradecemos ao Desembargador que está conosco aqui e ao Secretário de Justiça, que estão dispostos, assim como a CPI, a apurar as denúncias.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós não podemos é sair daqui ouvindo uma denúncia sem tomar nenhuma atitude. Então a CPI já determinou o encaminhamento das pessoas para exame de corpo de delito, para checar as informações de tortura. E agradecemos ao Tribunal de Justiça e à Secretaria de Justiça por concordarem com a nossa decisão de realmente fazer exame de corpo de delito para comprovar se houve ou não a tortura, conforme está sendo feita a denúncia. Os motivos das transferências poderão ser esclarecidos posteriormente, ou até durante esta audiência ainda. Com certeza, o Diretor do presídio deve ter um documento ou um livro onde ele lavra todos os atos que ocorreram dentro do presídio e os motivos que o levaram a pedir a transferência. Eu não sei como funciona aqui no Estado de Santa Catarina. Normalmente, em alguns outros Estados, sempre que um preso é transferido, ele é transferido com autorização judicial. Se a transferência foi feita de diretor para diretor e se estiver dentro daquilo que regulamenta os procedimentos aqui, nós só vamos lamentar, mas, se as transferências dependessem também de autorização judicial e foram



feitas à revelia dessa autorização, nós pedimos ao Tribunal de Justiça também que possa tomar as devidas providências.

O SR. ANSELMO CERELLO - Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Se o senhor pudesse falar perto do microfone...

O SR. ANSELMO CERELLO - Eu queria, eu gostaria, se possível, que o Dr. Júlio César Melo, que é o Juiz das Execuções Penais aqui em Florianópolis, se... S.Exa. veio há pouco da Comarca de Araranguá, que fica a 30 quilômetros de Criciúma. Se S.Exa. tem condições, já que conhece realmente esse presídio, se o presídio de Santa Augusta tem condições para receber presos de Florianópolis, porque essa é a primeira vez que eu ouço falar nisso.

A segunda questão que eu faria a S.Exa. é se ele se recorda se autorizou alguma transferência de preso para a prisão de Santa Augusta, em Criciúma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Júlio, né?

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Júlio de Melo. Então já está feito o questionamento pelo Desembargador, e nós queremos só reforçar, aproveitando a oportunidade. Primeiro, perguntar: a transferência de preso de presídios da Capital para o interior pode ser feita sem uma consulta ou autorização judicial? Se depender da consulta judicial ou da autorização, se foi solicitada, e se chegou ao conhecimento de V.Exa. a transferência desse preso. Essas as perguntas que queremos fazer.

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Pois não. Quando for urgente, faz a transferência e comunica em menos de 24 horas. Com relação a estas daqui, segundo apontou a minha assessora, são presos cautelares, eles não são da execução penal, não têm PEC, né? Então não seria da minha alçada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Aí seria o que, Secretaria de Segurança?

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Não. Aí o juiz é da vara onde o preso está sendo processado.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Solicitar se o Dr. Júlio, se tem informação de que vara pertencem esses presos.

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - A vara?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É, esses 8 presos.

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Podemos ver. Eu peço à minha assessora que veja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos solicitar ao Juiz e ao Tribunal de Justiça, no caso aqui representado pelo Desembargador e pelo Juiz, que possam então nos esclarecer a que vara pertencem esses presos e se o juiz da vara foi comunicado ou autorizou a transferência desses presos.

Ademais, a providência está decidida pela Comissão: os presos serão encaminhados para exame de corpo de delito ainda hoje. Dependendo do resultado, nós poderemos ouvi-los ainda hoje, ou amanhã cedo, aqui no Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu queria só fazer o seguinte requerimento.

O SR. ANSELMO CERELLO - Dr. Júlio, pelo que V.Exa. sabe, V.Exa. que saiu de lá há pouco tempo, o presídio de Santa Augusta tem condições de receber presos, ainda mais cautelares, aqui de Florianópolis?

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Desembargador, eu não conheço. Eu trabalhei em Araranguá, no presídio de Araranguá.

O SR. ANSELMO CERELLO - Sim, mas são 30 quilômetros. Eu, quando fui juiz em Araranguá, eu conheci o presídio.

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Ocorreu uma reforma, mas eu não sei a condição, Desembargador, hoje, daquele presídio.

O SR. ANSELMO CERELLO - Ah, sim.

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Eu não posso informar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só com relação a esse fato, a Relatoria gostaria de ouvir, a qualquer hora — pode ser de madrugada, daqui para as 6 da manhã —, de ouvir o depoimento dos 3, pela gravidade do fato e até mesmo para resguardar, já que os Diretores estão falando que houve essa



medida, esses maus tratos foram decorrentes de uma... foi uma reação a uma ação dos presos. Então é importante ouvir. Independente do exame, era importante serem ouvidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, quero determinar aqui aos representantes da Polícia Federal que estão conosco e pedir ao Tribunal de Justiça, aqui representado pelo Desembargador, ao Juiz de Execuções Penais e ao Diretor Penitenciário que possam encaminhar esses presos de Criciúma para Florianópolis ainda hoje, para que nós possamos ouvir aqui na CPI. E os mesmos serão também encaminhados a exame de corpo de delito. Se pudessem tomar as providências... Se houver dificuldade de viatura, a Polícia Federal poderá trazê-los. Nós já estamos fazendo o contato aqui.

O SR. ANDREY CUNHA AMORIM - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu pergunto ao representante da Secretaria de Justiça e ao Diretor Penitenciário: se a Polícia Federal de Criciúma tiver dificuldade em trazê-los, se a Polícia Civil daqui, ou a Polícia Judiciária ou a Penitenciária pode encaminhá-los até aqui. *(Pausa.)* Sim? O.k.

O SR. ANDREY CUNHA AMORIM - Sr. Presidente, eu sou promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal de toda a execução penal do Estado de Santa Catarina e posso passar ao senhor uma visão estadualizada desse problema que hoje aflige o nosso Estado com relação a transferência de presos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então eu queria só aproveitar, Promotor, para a gente tomar as decisões que temos que tomar aqui.

O SR. ANDREY CUNHA AMORIM - Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em seguida nós vamos continuar a ouvir as autoridades, e cada um vai ter oportunidade de falar da sua área. Eu só queria que o senhor me aguardasse então...

O SR. ANDREY CUNHA AMORIM - É sobre transferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Apenas para esclarecer o encaminhamento que será dado.



O Diretor Penitenciário está se comprometendo aqui com a CPI de já identificar esses elementos lá na cadeia, os 3 elementos. Falta o nome de um, se eu não me engano. Não é isso? O Dênis... Não tem o nome? São os 3 que foram para lá: Marcos Paulo Costa, Glauber Sátiro dos Santos e o Dênis. Identificá-los e encaminhá-los...

O SR. ANDREY CUNHA AMORIM - Sr. Presidente, o problema é exatamente esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não.

O SR. ANDREY CUNHA AMORIM - É que desde meados do ano passado há uma resolução do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina recomendando a todos os diretores penitenciários que não procedam a transferência de preso sem autorização judicial. E me parece que, se V.Exa. determinar que esses presos venham de Criciúma para cá, antes de fazê-lo V.Exa. deveria também solicitar autorização judicial do Juiz da Vara de Execuções Penais da Comarca de Criciúma, onde eles estão presos, sob pena de essa recomendação não poder se aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu pergunto se V.Exa. tem conhecimento se eles foram transferidos com autorização judicial.

O SR. ANDREY CUNHA AMORIM - Eu não tenho conhecimento da situação. Eu só acho que preso não pode ser transferido de Criciúma para cá ou daqui para lá sem autorização. Então, a prudência... Só a título de recomendação, eu sugeriria que V.Exa., através do Desembargador Anselmo Cerello, entrasse em contato com o Juiz da Vara de Execução Penal de Criciúma ou mesmo aqui de Florianópolis e solicitasse a autorização deles para transferir esse preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A CPI vai tomar todas as providências para que possam ser encaminhados os presos ainda hoje, para serem ouvidos pela CPI e para exame de corpo de delito também, no Instituto Médico Legal. E nós queremos pedir ao Desembargador, aqui representando o Tribunal de Justiça, que possa também facilitar o entendimento junto com o Juiz, para que esses elementos possam ser transferidos ou transportados até aqui para ser ouvidos pela CPI.



O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Sr. Presidente, uma questão de ordem também. Eu acho que para nós, para que o princípio do contraditório fique perfectibilizado, eu acho que também, além dos detentos, nós temos que ouvir os “torturadores” — entre aspas — e a pessoa, o responsável pela Penitenciária de Florianópolis também. Senão vai ficar uma versão de um lado só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós primeiro vamos fazer o exame de corpo de delito...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o preso... mas a acusação que está sendo feita é que a tortura foi feita lá, não foi feita aqui.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós estamos determinando que se faça um exame de corpo de delito hoje dos presos. Se ficar comprovada a tortura, depois nós vamos ouvir os torturadores e os responsáveis pela transferência ilegal.

O SR. HUDSON QUEIROZ - Excelência, os possíveis torturadores, né? Os possíveis torturadores, no caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só será torturador se o exame de corpo de delito comprovar que houve tortura. Por isso que eu disse que primeiro nós vamos fazer o exame. Eu não vou convocar ninguém nem identificar ninguém antes de fazer o exame. Primeiro nós vamos fazer o exame. Se ficar comprovado que há ferimentos oriundos de tortura, nós vamos identificar os torturadores. Porque, se houve tortura, não tem possível, tem torturador. Se não for possível ouvir os envolvidos na tortura — se houver comprovação após o exame — aqui, vão ser convocados para depor em Brasília. Para nós não tem problema. Hoje, para o andamento desta Comissão, fica determinado o encaminhamento dos elementos para exame de corpo de delito. Estamos entrando em contato para a transferência dos mesmos para depor na CPI. Se ficar comprovado que houve tortura, através do exame de corpo de delito, nós vamos identificar os torturadores que poderão depor aqui ou em Brasília, a critério da Comissão.



O SR. HUDSON QUEIROZ - Então, só por questão de sugestão, Excelência, que fosse solicitado também ao Presídio de Santa Augusta, à direção da casa, que fossem encaminhados junto com os detentos o boletim de ocorrência, o exame de corpo de delito, que já foi feito, o comunicado ao Judiciário local e o que motivou a transferência dos presos do COT da Capital para Criciúma, para que seja juntado a todo o procedimento que vai ser tomado pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Determino à Secretaria da Comissão que, no requerimento enviado, solicitando o transporte dos presos para exame de corpo de delito, seja também incluída a necessidade da cópia do relatório desses presos, feito pela penitenciária de Florianópolis e também pela penitenciária de Criciúma, todos os relatórios, daqui e de lá, juntamente com o laudo preliminar de corpo de delito para a Comissão, para que possamos avaliar em conjunto.

O SR. HUDSON QUEIROZ - Obrigado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, há uma pessoa lá que parece que quer complementar a informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria pedir ao pessoal do som, se pudesse, centralizar aqui o meu microfone e o do Relator. E os outros só liberar a pedido da Comissão, porque senão a gente fica sendo interpelado a qualquer momento, e a sessão fica tumultuada; os 2 microfones. Os outros nós vamos liberar de acordo com solicitação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora tem alguma informação relevante?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Sra. Doraci gostaria de fazer uso da palavra também, falando em nome da Associação Habeas Corpus. Tem a palavra neste momento a Sra. Doraci. Peço um microfone sem fio aqui para a senhora.

A SRA. DORACI APARECIDA BECKER - Boa-tarde. Meu nome é Doraci Aparecida Becker. Quando me apresentei, eu me apresentei como representante da Associação Habeas Corpus. Na verdade, eu ainda não faço parte da associação. Quero fazer. Mas a minha vinda aqui também é uma denúncia, é um questionamento. Sou mãe de um rapaz de 22 anos, que está preso desde o dia 5 de outubro de 2007, por tráfico de drogas. Ele é réu primário. Eu fui investigar a vida do



meu filho depois, porque eu também não sabia, para saber a que ponto... onde estava a coisa, porque eu fiquei 2 meses sem falar com o meu filho, porque eu não perdoava ele e não me permitia. Sou uma professora e sempre falei para ele da moral, dos bons costumes, do amor, do que pode fazer, do que não pode, e isso aconteceu na minha vida. Até 1 mês atrás eu ainda não fazia parte desse mundo, o mundo do cárcere. Então, a partir de 1 mês atrás eu comecei a fazer. Por quê? Dia 12 de fevereiro meu filho foi transferido da Polícia Federal para cá, porque ele pediu que uma juíza que esteve lá na Polícia Federal... Desculpa, no dia da primeira audiência dele, no dia 14 de janeiro, ele pediu à juíza se ela podia fazer alguma coisa para ajudar eles lá na Polícia Federal, porque haviam chegado presos lá de colarinho... presos de... com aquele problema que teve no INSS, e os carcereiros haviam cortado a água potável deles, a água corrente. Aí a juíza esteve lá, foi conversar com eles. Dois dias depois, o meu filho foi transferido. Alegaram eles que meu filho fez baderna, assinou um abaixo-assinado — que era pedindo a visita dessa juíza — e teve briga lá dentro. Quando eu cheguei à Polícia Federal — eu não tinha sido avisada, fui fazer a visita para o meu filho —, chegando lá, eles disseram o seguinte: *“Olha, o teu filho foi transferido”*. Eu disse: *“Por quê?”* *“Porque ele fez a maior baderna aqui dentro”*. *“Então, está bom, está certo. Fez baderna tem que pagar”*. Foi para a penitenciária nesse mesmo lugar que essa mesma senhora estava com o marido preso. Quando eu cheguei à penitenciária, no primeiro dia, me trataram como se eu fosse um marginal, sabe? Eu olhei para a cara da moça e disse assim para ela: *“Querida, eu sou uma professora. Eu sei que o meu filho perdeu a liberdade dele, mas eu tenho os meus direitos”*. Isso já fazia mais de 20 dias que eu não tinha visto meu filho. Agora, ela disse assim: *“A senhora tem que fazer uma carteirinha e esperar na fila quando tiver vaga”*. *“Tudo bem, eu faço isso”*. Esperei. Aí eu perguntei: *“Mas o meu filho está em que local?”* *“O seu filho está num setor que se chama... Eles ficam num lugar que tem que... Como é que a gente chama... Vulgarmente, lá dentro, eles chamam de toca, um buraco. Então ali ele não recebe nada. Ele recebe sabonete, papel higiênico e não recebe mais nada. Creme dental ele recebeu. Quer dizer, não recebeu, porque eu levei um creme dental comum, porque na Polícia Federal podia; lá não pode, era só o transparente. Nisso passou-se quase 1 mês, a primeira visita que eu tive com meu filho. Eu mesma cheia de dor,*



de raiva, não da penitenciária, não da instituição em si, não, sabe? Dele, das coisas... Mas eu comecei a entender o outro lado. Por que às vezes a gente se revolta? Por que o preso sai de lá mais bandido? Meu filho vai sair assim, pelo jeito. Ele é um guri de 22 anos, e eu garanto para o senhor que, a partir de segunda-feira agora, quando eu fui visitá-lo novamente, de novo, ele agora foi para a máxima. Sabe por quê? Porque tinha jogo do Figueirense e do Criciúma, e ele torceu para o time dele, ele gritou, ele berrou pelo time, como acontece nos estádios, como acontecia em casa. Eu passei pela revista, segunda-feira agora. Uma e meia da tarde eu estava lá. Fui entregar comida, fiz o passe, fui entrar, passei pela revista, passei para dentro. Quando cheguei lá em cima, na sala onde é o COT, nesse mesmo lugar, porque meu filho não está registrado (*pausa*), depois de passar por toda a revista, quando eu cheguei lá em cima, subindo a ala para o corredor, daí a pessoa ali que fica, o carcereiro, disse assim para mim: *“Teu filho é Figueirense?”* Eu disse: *“É, infelizmente é. Por quê?”* As minhas pernas já tremeram. Ele disse assim: *“Não tem problema. Vem cá”*. Daí eu cheguei para ele e disse assim: *“O que que houve, gente?”* Eu já estava assim com meus nervos à flor da pele. *“Bom aconteceu alguma coisa”*. Aí ele disse assim para mim, olha: *“O teu filho ontem, no jogo ontem à noite, foi para o castigo”*. *“Sim, mas castigo por quê? O que aconteceu?”* *“Não, é que ele torceu demais para o time dele. Ele subiu na grade e chutou lata”*. Eu disse: *“O que é chutar lata?”* *“Chutar lata é a porta da cela, que é de lata”*. *“Tá, mas o senhor avisou isso, que não podia?”* *“Não, com certeza eu avisei”*. Ora, eu disse para ele assim... aí eu voltei para ele e disse assim para ele: *“Escuta, quando eu visitei meu filho, há mais ou menos 2 semanas atrás, que foi a primeira vez, eu perguntei para ele assim: Guilherme, está muito ruim para ti aqui? Está muito difícil, está muito complicado? É tão terrível assim essa coisa do abuso?”* Ele disse: *“Não, mãe, aqui está ótimo, porque pelo menos eu posso te dar um abraço, sabe, eu preciso do contato, e lá na Polícia Federal tinha muita pressão psicológica, tinha muito nhenhém. Mas tudo bem. Eu estou bem”*. Ele disse para mim: *“Mãe, estou bem, estou tranquilo. O pior foram os 5 dias que eu fiquei no buraco”*. Aí ele me explicou. Eu perguntei: *“Como é o buraco?”* Ele disse que era uma sala escura, com um buraco assim, uma janela. Ele disse: *“Mãe, eu não pirei ali dentro, sabe, eu não pirei ali, eu não tive vontade de morrer, de me matar, de fazer qualquer coisa,*



porque tinha um senhor que estava junto comigo, inclusive eu dei... o cobertor que tu trouxe para mim eu dei para ele, porque o cara contava muita piada, muita besteira para mim e dizia: *Ô gurizão, ô gurizão, te levanta, é assim mesmo*". Passou. Aí eu chego na segunda-feira, e o meu filho de novo... Só que agora ele foi para a máxima. E depois que eu fui convidada para participar da associação... Fui convidada, não, eu me enfiei (*pausa*), sabe, Presidente, depois que meu filho caiu nessa vida, que eu resolvi assumir e levar de frente, pela humilhação que eu passei no primeiro dia, eu disse: *"Não, então eu vou fazer parte"*. Eu quero mostrar para eles que eu sou uma cidadã, que eu sou uma professora, que eu tenho vergonha; tenho. Faz 3 meses que eu não consigo voltar a trabalhar, porque tenho vergonha dos meus colegas — tenho —, porque meu filho está preso por tráfico. A minha vizinha... O dono da casa onde eu moro, que é alugada, me pediu a casa porque eu sou mãe de traficante. Não tem problema, vou pagar junto isso aí. Só que assim, ó, o art. 45... que quando eu participei da primeira reunião da Habeas Corpus, eles deram para a gente uma cartilha, e ali fala... Eu, como professora, sei que tortura não é só puxar o cabelo, não é só machucar o nosso aluno, como nosso preso; também é praticar uma certa violência de pressão psicológica. Então, o art. 45 diz assim: *Art. 45. Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar*. Onde é que está esse regulamento? Por que o Guilherme, quando chegou à prisão, ele chegou lá, assim, com uma ficha... como disse o rapaz ontem à noite para mim, o chefe de segurança disse para mim: *"O teu filho já veio para cá como uma pessoa"* — como é que se diz, que faz barulho — *"agitador"*. Daí eu disse: *"Não, senhor, ele é um boi de piranha, como disse o advogado para mim"*. O meu filho é um boi de piranha — o advogado usou essa expressão para mim —, porque é um guri de 22 anos. O outro rapaz na cela estava apanhando cascudo do preso e ele se meteu, chamou a juíza para conversar, a juíza deu bronca não sei em quem e disse que não poderia ficar sem água. Dali, 2 dias depois, foi transferido para a penitenciária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para concluir.

A SRA. DORACI APARECIDA BECKER - Para concluir eu pergunto: ele é um guri de 22 anos, ainda é 00, ele é preso provisório. Por que ele não foi para a cadeia pública? Por que ele está na penitenciária? Por que esse castigo por torcer



pelo futebol ou chutar a grade? Por que não pode ser uma pena leve? Daí o rapaz falou para mim ontem à noite assim, ó, ontem no final da tarde, no telefone, o chefe de supervisão: *“Se a senhora quiser, eu transfiro ele para São Pedro. Lá é melhor”*. Eu comecei a chorar. Eu disse a ele: *“Pelo amor de Deus, o que matam de gente lá... e geralmente matam as pessoas que são assim como o meu filho, bobão”*. *“A senhora se acalme. Segunda-feira a senhora vem aqui”*. Desculpa se eu não soube... Eu só quero saber assim: existe regra? Existe castigo? Castiga, gente. Mas botar de novo no buraco escuro... porque lá tem barata, tem rato. É uma cela escura? É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos à Sra. Doraci. Essas informações que a senhora está prestando estão sendo ouvidas pelo Diretor Penitenciário, pelo Secretário de Justiça, pelo juiz de Execuções Penais. Eles vão se manifestar logo após sobre esses fatos, e a senhora poderá ouvir as respostas.

A SRA. DORACI APARECIDA BECKER - Outra coisa: ontem, quando eu falei com ele no telefone, desculpa, eu pedi para esse supervisor, eu disse para ele assim, ó: *“Por que não transfere, se a gente já pediu, o advogado... Ele assim: “Porque o seu filho veio como agitador, então ele vai ficar aqui de castigo 3 meses, depois a gente libera ele para ir para outra prisão”*.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só para citar o nome do filho.

A SRA. DORACI APARECIDA BECKER - É Guilherme Felipe Dresch.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Guilherme Felipe...

A SRA. DORACI APARECIDA BECKER - Dresch, D-R-E-S-C-H.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dresch. O.k. Nós agradecemos à Sra. Doraci. Nós entendemos a situação. Vamos passar a palavra neste momento... *(Pausa.)*

Só quero confirmar com o Diretor Penitenciário: o transporte dos presos está garantido?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, às 9 da noite, 9, 10 horas?



(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, eles vêm depois e daqui vão para o IML.

O SR. HUDSON QUEIROZ - Vêm direto aqui para a Assembléia, então?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Depois para o IML.
(Pausa.)

Vamos passar a palavra agora para o Sr. Dorian Esteves Ribas, que é representante da OAB de Santa Catarina.

O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Obrigado. Boa-tarde a todos. Meu nome é Dorian Esteves Ribas Marinho. Sou advogado criminalista há 30 anos e presido a Comissão Estadual de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, em Santa Catarina, mais ou menos há uns 10 anos, com alguns hiatos. Estou aqui em substituição ao Dr. Francisco Emmanuel Campos Ferreira, que é o titular da questão prisional dentro da Ordem dos Advogados do Brasil, ficando com a Comissão de Direitos Humanos, especificamente, a questão da tortura e dos maus-tratos e das violações de direitos fundamentais ocorridas nas unidades prisionais deste Estado. Queria dizer, primeiramente, para começar a minha fala, queria dizer que esses exemplos que acabamos de ver não são... estão longe de ser os únicos. Cada unidade prisional tem algum... Nós temos na OAB algumas dezenas de relatos desse tipo que encaminhamos à Secretaria de Justiça e que não obtemos resposta. Eu não sei nem se chegam ao DEAP essas nossas manifestações. Não temos poderes para fazer denúncia, porque quem faz denúncia é o Ministério Público. Nós fazemos relatos daquelas pessoas que nos procuram com problemas com seus familiares. E o que ouvimos agora não está nada longe da realidade. É exatamente isso que se prolifera no sistema prisional de Santa Catarina. Eu gostaria de começar fazendo um elogio ao sistema prisional de Santa Catarina, dizendo que ele é um lixo, pura e simplesmente um lixo, porque o lixo é um elogio a esse tipo de sistema barbárico, o qual estamos vivendo aqui em Santa Catarina. E não é de hoje. A crítica não é a essa administração, que muito tem-se esforçado para melhorar uma situação que vem de ene anos atrás. A nossa crítica não é de natureza pessoal nem nunca foi de natureza pessoal; não é política e muito menos partidária. A nossa crítica é uma questão de concepção, de como ver a questão da execução penal. A



meu ver, ao ver da OAB, a concepção deve ser a da lei, como o Deputado bem mencionou anteriormente. O que vemos — a concepção — é do autoritarismo, é do personalismo, da confusão entre o público e o privado. E vou tomar a liberdade, Excelência, de ler um pequeno memorando que eu, na qualidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, mandei para o Presidente da Comissão de Assuntos Prisionais da OAB, a propósito de um assunto que já foi levantado aqui, que é um MAP — Manual de Administração Penal de Santa Catarina, e que vai historiar um pouquinho essa situação, e vocês vão entender bem. Digo eu: Sr. Presidente, instado a manifestar-me acerca do processo em epígrafe, que fala de uma portaria criada por um agente prisional, gostaria de esclarecer inicialmente que, em decorrência da portaria tal, publicada no *Diário Oficial* tal, que criou a Comissão de Elaboração do Projeto do Manual de Administração Penitenciária — MAP, instalada em 1999, e integrada por representantes da então Diretoria de Administração Penal, da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, do Ministério Público Estadual, do Conselho Penitenciário, da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Ordem dos Advogados do Brasil, fui honrado com a designação institucional, na condição de Presidente da Comissão de Assuntos Prisionais da OAB, à época, com o intuito de oferecer alguma contribuição. Para tanto, recebemos das diversas unidades prisionais uma série de documentos constituídos por regulamentos internos, ordens de serviço, memorandos, que até então compunham as diretrizes e as normas que vinham sendo aplicadas, isolada e indiscriminadamente, na execução das penas em todo o Estado. Tais aberrações jurídicas, que contrariavam frontalmente a Lei de Execuções Penais em diversos aspectos, vinham servindo apenas para legitimar o caráter personalista que já se imprimia à administração de cada uma daquelas unidades — esta carta é de outubro passado — invariavelmente dirigidas por pessoas francamente despreparadas para os exercícios daqueles cargos, designadas por critérios exclusivamente políticos, indicações que recaíam, via de regra, em favor de candidatos malsucedidos em eleições anteriores ou por neófitos que aspiravam eleger-se com os votos das famílias dos apenados, por isso mesmo expressavam simplesmente a prepotência individual de cada uma das pessoas brindadas com os cargos diretivos das diversas unidades prisionais, medidas



sempre em desfavor dos direitos dos apenados e de suas famílias. Desnecessário salientar que a atividade prisional, como qualquer outra, implica mínimo conhecimento e suficiente formação para o seu razoável exercício, não bastando um diploma em Direito para chancelar tal qualidade, até porque muitos dos agraciados nem diplomados eram, talvez por conta do crônico desinteresse do Estado na formação de agentes prisionais, para que pudessem, através de um plano de carreira definido, galgar uma trajetória através da técnica, da qualificação, do profissionalismo e do justo mérito. Surpreendidos com a quantidade de determinações absurdas e abusivas, debruçamo-nos todos por meses a fio, através de inúmeras reuniões de trabalho, na complexa tarefa de elaborar um texto que pudesse atender simultaneamente as imposições da Lei de Execuções Penais e as peculiaridades próprias das unidades prisionais do nosso Estado, daí resultando um texto que, se não exemplar, até porque pode ser sempre aperfeiçoado, pelo menos digno de uma pretensão humanista na aplicação das penas. Todavia, para a nossa perplexidade, o resultado do nosso trabalho não mereceu atenção maior que não a sombra de alguma gaveta entre os escaninhos da desídia governamental, quedando inerte frente aos múltiplos interesses que convergem para o campo da administração penal, vitoriosos na infinita sanha de saquear o Erário, sem qualquer controle social que possa sequer identificá-los. Nesse aspecto, algumas — abre aspas — “caixas-pretas” — fecha aspas — ainda subsistem e se especializam sem que haja qualquer resposta dos poderes constituídos que demonstre mínimo interesse em sua supressão ou mesmo redução. Como conseqüência lógica, a corrupção, o enriquecimento ilícito vicejam nesse campo repleto de favores como avesso do Direito. A prepotência emerge como moeda de troca e ferramenta de injustiças, dura realidade com a qual a sociedade parece se conformar. Nesse contexto, nos insurgimos permanentemente contra tal situação de descalabro, onde o princípio da ressocialização se transforma em simples pilhéria, em objeto de escárnio por parte de muitos daqueles que integram o próprio sistema prisional, fazendo crer a todos que nada pode ou deve ser feito, com isso normalizando condutas francamente reprováveis e enaltecendo o *status quo* de intolerância e de ilegalidade. Por outro lado, lamento que, no caso concreto, representado pela portaria tal, assim, assim, o objeto pontual de nossa crítica nesse processo, sob manifestação do Relator, que o



reitera integralmente, tenha como autor exatamente o Sr. Heliomar Weirich, por quem, ao longo do tempo, ambos construímos uma relação de respeito e admiração, até porque testemunhei muitas vezes o seu empenho e esforço na condução de seu trabalho em prol de alguma melhora no sistema, trajetória que enalteço por dever de justiça e não de amizade e que, por isso mesmo, me autoriza e me sinto mais à vontade para me manifestar, na medida em que despersonalizo a crítica para isentá-la de qualquer laivo de perseguição ou individualização e a direciono aos responsáveis pelas políticas prisionais ou sua ausência, todos co-autores de uma situação insustentável e uma perspectiva de Estado Democrático de Direito que não pode nem deve ser apenas uma pretensão, mas uma materialização cotidiana, assegurada pela Constituição e garantida por cada um de nós a todo o tempo. Diante do exposto... E aí sigo adiante, pedindo algumas providências que fossem tomadas com relação a essa questão. Pena que nós temos pouco tempo para discutir questões como, por exemplo... que nós vemos como fundamental, que é a questão da transparência. Nós da OAB, nós advogados criminalistas não temos nenhuma informação da caixa-preta que é a Secretaria de Segurança Pública. São informações que deveriam estar no *site*. São informações em que não pode ser invocado o princípio da segurança para serem omitidas da população. Nós precisamos saber quantos presos tem, quem são, onde estão, o que estão fazendo, se estão trabalhando, toda a atividade do preso no Estado. Fazendo um parêntese, essas transferências administrativas as quais acabamos de falar, nós nos batemos sempre contra elas, porque aqui, como deve existir em outros Estados, nós temos um sisteminha que é o seguinte: o sujeito entra num camburão, numa unidade prisional, é colocado dentro de um camburão, ele apanha e vai sofrer os males do que ele apanhou numa segunda unidade prisional. Se ele grita, ele vai para uma terceira, e vai gritar na terceira. E lá ninguém sabe onde ele apanhou, se ele foi atropelado por um ônibus. Isso sempre aconteceu aqui em Santa Catarina. Sempre aconteceu e continua acontecendo, porque nós temos denúncias, várias denúncias de que isso continua acontecendo. Essa transferência administrativa de preso só existe... não para questões organizacionais, porque não existe banco que viva transferindo funcionário, não existe nenhuma empresa que transfira todo mundo o tempo todo, essas transferências são, única e exclusivamente, para proporcionar um



ambiente de tortura e de maus-tratos para os presos. Eles não têm também acompanhamento regular das suas revisões, não têm acompanhamento dos seus benefícios, não têm laudos técnicos sobre médicos, o hospital de custódia é uma porcaria, não atende ninguém, e aqueles que atende, atende mal; e tem o atendimento médico, a questão de higiene, a questão de educação, os presos cumprindo penas em delegacias, as crianças presas, as mulheres presas... As universidades, as ONGs e as igrejas que têm ido colaborar não têm recebido grande permeabilidade do sistema e, muito menos, colaboração, para que exista efetivamente educação do preso. Existe, em relação aos depoimentos colocados, uma lei do silêncio, imposta por... a continuidade de represálias aos presos toda vez que nós tocamos nesses assuntos. Fiquem certos V.Exas. que essas 2 pessoas hoje, que são objeto da denúncia de vocês, vão sofrer hoje ou amanhã algum tipo de represália. Isso é praxe aqui no Estado. A questão do trabalho do preso. Preso aqui costura bola e cola pregador. Houve um episódio aqui, no passado, quando retiraram as máquinas de escrever das repartições estaduais, levaram essas máquinas de escrever para os presídios, para que os apenados aprendessem a datilografar, uma atividade que já estava fora de uso no mercado de trabalho. Mais uma vez enganaram os presos com uma política de pegar as máquinas de escrever velhas e, no mundo da computação, entregaram a esse rapaz o sonho de poder sair e, quem sabe, vir a poder trabalhar. Nosso pleito é sempre pela criação e ampliação de uma central de penas alternativas, que possa evitar a superpopulação carcerária nesse Estado, em que essas penas alternativas... os juízes se sintam confortáveis para aplicar essas penas alternativas, na medida em que elas não se tornem apenas uma entrega de cesta básica ou um tipo de cumprimento nessa forma. O que nós pretendemos é que as penas alternativas sejam extremamente privilegiadas nesse Estado, porque pretendemos, pelo menos, passar uma imagem de pessoas civilizadas, que se contentam com uma pequena resposta, uma resposta proporcional ao delito, e não apenas a prisão privativa de liberdade. Por último, anotei aqui para falar sobre a questão da privatização. Eu não sou contra nem a favor da privatização do sistema prisional, mas, creio — estou certo disso — que nada poderá ser pior do que aquilo que existe hoje. Dificilmente o mundo privado vai poder construir o terror que são as prisões do Estado de Santa Catarina. Essa



administração que está aqui, eles estão chegando agora e estão cheios de boa vontade para resolver os problemas. Só que os problemas são muito maiores do que eles. A diferença é perceber o tamanho do problema e o tamanho de si mesmo, não ter a vaidade de imaginar que controla tudo, porque... Na realidade tem tempo que eu não vou a presídio aqui. As informações chegam a mim através dos próprios agentes prisionais, que me telefonam, que me ligam, que entregam o que está acontecendo. Não preciso mais ir. Não preciso mais fazer turismo carcerário, que é, na realidade, o que a gente acaba fazendo, sendo levado com tapete vermelho nas melhores unidades, mostrando a parte boa da fruta, aquela coisa que a gente sabe como é. Quem milita nessa área sabe muito bem o que é mostrado às autoridades. A parte ruim... Eu tenho certeza de que V.Exas. não viram as tocas, V.Exas. não viram os cofres. Isso, certamente, não foi mostrado. Aliás, nem existem, nem existem coisas desse tipo assim. O que não é culpa das administrações, até porque, todas elas — as anteriores também — procuraram, de certa forma, minimizar esse problema. Mas o problema não é de minimizar, o problema é de mudar conceito. A idéia geral é de mudar o conceito do que é prisão, o que é exatamente essa questão da reclusão e o que é uma execução penal. Se a gente não discutir isso, não discutir os parâmetros que a gente vai começar a andar... Não sei se essa proposta do ilustre Deputado de padronizar arquitetonicamente as unidades prisionais faria sentido. Talvez faça mais sentido padronizar o comportamento prisional no País. Quer dizer, o preso de Sergipe tem que ter os mesmos direitos e regalias do preso de Santa Catarina. Me parece que esse... A nossa postulação, a postulação da OAB, é pura e simplesmente o cumprimento da Lei de Execuções Penais. Só para ilustrar, e para o pessoal do Governo atual não achar que eu estou acabando com eles, no Governo anterior... Vou citar o Governo anterior, que era assim. Uma vez eu fui lá dizer exatamente o que disse aqui: *“Nós queremos o cumprimento da Lei de Execuções Penais”*. O que me disse o Secretário? O Secretário virou-se para mim e disse assim: *“Não, a Lei de Execuções Penais é uma lei criada lá na Alemanha, é coisa de alemão. A gente não precisa seguir, assim, à risca”*. E eu respondi para ele: *“Bom, então não precisamos seguir à risca lei alguma, porque toda a nossa lei também teve origem lá em Roma, também não é nossa. Nós não criamos nada. Nós só reproduzimos”*. Então não vamos cumprir a Lei de Execuções Penais? Aqui, em



Santa Catarina, certamente, as questões de segurança, subjetivíssimas questões de segurança, justificam qualquer transgressão à Lei de Execuções Penais. E o Estado, pelas suas diversas manifestações, prefere bater com a cabeça do que se insurgir contra isso. Só para terminar, como eu vinha hoje aqui, o Dr. Paulo Roberto de Borba, Presidente da OAB, me telefonou dizendo assim: *“Dorian, vai lá, porque criaram uma CPI da questão prisional”*. Eu disse: *“Finalmente os Deputados aqui tomaram coragem, como os Deputados de Brasília, de criar uma CPI para levantar essa caixa-preta”*. Mas quando eu cheguei aqui, vi que a coragem não era assim, ainda pelo menos, tão grande. Eu espero que seja. Eu espero que vocês motivem os Deputados daqui a abrir uma CPI permanente, ou um espaço permanente. Não quero uma CPI, quero um espaço permanente para discussão desses problemas, o que a gente não tem. A gente não tem conseguido nem discutir esses problemas, porque as autoridades se negam a vir aos nossos eventos, assim como vêm hoje aqui. Vocês vêm de Brasília, eles vêm para cá, mas quando a gente quer discutir isso, eles não aparecem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos o Dr. Dorian...

O SR. ANSELMO CERELLO - Sr. Presidente, só uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós queremos agradecer ao Dr. Dorian Esteves Ribas, representante da OAB. Eu vou conceder uma questão de ordem ao desembargador e, logo em seguida, o Relator vai estar com a palavra, para fazer a interpelação necessária ao representante da OAB.

Com a palavra o Dr. Anselmo.

O SR. ANSELMO CERELLO - Inicialmente, quero cumprimentar o representante da OAB, que se manifestou e tratou do problema carcerário em Santa Catarina em termos genéricos. Queria fazer um apelo a V.Exa., se possível, evidentemente, de nós não trazermos casos isolados aqui para a CPI. Porque, veja bem: nós temos uma população carcerária de 12 mil presos, e mais da metade vai dizer que foi espancada. Então, se formos trazer toda essa população para cá para ser ouvida... Eu queria dizer que a Corregedoria da Justiça, os juízes das execuções criminais estão de portas abertas. Quem quiser fazer uma denúncia, mesmo que



seja anônima — e nós temos recebido —, nós vamos apurar. Não vai ficar nada sem apurar. Agora, inclusive, falei com o representante do Ministério Público aqui, se cada um vier aqui: “*Não, meu marido apanhou, meu filho apanhou e tal e tal...* Então, nós temos certeza: se nós vamos trazer aqui para ouvir — e V.Exa. falou que tem tempo aí disponível —, mais da metade da população carcerária... Nós anotamos, vamos lá. É um juiz que vai fazer... com toda a imparcialidade e com todo o rigor e, posteriormente, encaminhará as conclusões a esta egrégia Comissão. Por outro lado, essa remoção de presos de um lugar para outro, assim, realmente, vai causar um impacto, e nós sabemos que o inocente paga pelo pecador. Então, pode ser que detentos, marginais perigosos se valham desse expediente para, evidentemente, tentar alguma coisa, se aproveitar disso, até fugas e até questões de segurança. Estamos com as portas abertas e creio que o Ministério Público também. O juiz das execuções criminais aqui da Capital e todos os juizes das execuções de todas as comarcas têm determinação para apurarem todas as denúncias. As conclusões nós mandamos para a CPI. Agora, atender casos isolados, evidentemente, é uma questão que, creio, vá causar à administração da Justiça graves inconvenientes.

O Sr. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Sr. Presidente, perdão. Eu só queria responder, porque foi dirigida a mim a manifestação do desembargador. Eu queria dizer que sempre tive...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só queria dizer o seguinte, para a condução dos nosso trabalhos: nós não viemos aqui para fazer um debate entre os convidados. Nós viemos aqui para tomar depoimentos. E agora está com a palavra o Relator, para fazer as perguntas que entender que sejam necessárias que se façam ao representante da OAB. Cada convidado vai ter oportunidade e o tempo de fazer a sua explanação. Nesse tempo poderá rebater ou não uma suposta fala direcionada a ele, mas com a palavra estarão os membros da CPI. Então eu sei que algumas palavras podem ser ofensivas ou podem ser mal interpretadas por alguns representantes da Mesa ou que estejam no plenário, mas o trabalho da Comissão tem um ritmo, e nós temos interesse em algumas perguntas e em algumas informações que julgamos necessárias. Então, para nós, é importante esse relato.



Eu queria dizer ao nosso desembargador, Sr. Anselmo, que nós entendemos a sua preocupação, e é por isso que nós fizemos a diligência e não trouxemos os presos que fizeram reclamação para nós, na diligência, para depor aqui. Mas não poderíamos sair daqui de Santa Catarina, depois de uma denúncia feita pela esposa de um preso, numa audiência pública, sem tomar nenhuma providência. Primeiro, nós poderíamos sair daqui tendo a denúncia como absoluta verdade. Então, nós estamos determinando o encaminhamento desses presos para exame de corpo de delito, justamente para podermos ter a certeza ou não de que a denúncia é consistente e se procedem as informações prestadas. Se não, está desqualificado o depoimento, e a denúncia vai ser arquivada. Se a denúncia for consistente, a partir daí nós vamos tomar outros passos em relação às denúncias.

A CPI entende a importância do trabalho feito pelo Ministério Público e entende a importância do trabalho feito pelo juiz de Execuções Penais, mas a CPI está aqui revestida de autoridade, judicial inclusive, para solicitar que esses presos sejam transferidos até aqui para serem ouvidos. E nós queremos ouvi-los ainda hoje. Se as Polícias Militar e Civil disserem que não têm condições de fazer o transporte com segurança desses presos, nós vamos pedir à Polícia Federal que o faça. Mas nós queremos ouvir esses presos ainda hoje aqui na CPI.

Entendemos todas as considerações que foram feitas, mas nós queremos ouvir esses presos aqui, porque a CPI precisa dessas informações para constarem do relatório.

Com a palavra o Relator.

O SR. ELIZEU MATTOS - Sr. Presidente, em nome da Casa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ah, sim, Deputado. Já havia sido feita uma solicitação para falar em nome da Casa. Eu concedo a palavra pelo tempo de 5 minutos para a saudação em nome da Casa.

O SR. ELIZEU MATTOS - Serei, talvez, mais rápido. Falo em nome da Casa, nossa Assembléia Legislativa, o Parlamento catarinense, onde hoje recebemos os Deputados e a Deputada desta CPI, que discute a realidade do sistema prisional no País — e não é diferente do Estado de Santa Catarina — e a busca de soluções. Esse Parlamento gostaria de dar as boas-vindas ao Deputado Neucimar Fraga; Deputado Luiz Carlos Busato, nosso vizinho do Rio Grande do Sul; à Deputada



Jusmari; e ao Deputado Domingos, que, hoje... além dos demais convidados que participam desse debate. Eu estou aqui representando a Assembléia e, de outro lado, estou de metido, porque faço parte da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa, desta Casa, onde esse assunto entra em pauta todas as sessões, em todas as semanas. E tivemos conhecimento de V.Exas. aqui nesta Casa, em Santa Catarina, somente no dia de hoje, numa busca de um pedido de usar o espaço da Assembléia Legislativa. Gostaríamos nós, da Comissão de Segurança Pública, Sr. Presidente, de estar todos juntos para debater essa questão para acharmos soluções. Para se ter idéia, nesta manhã, discutíamos, na Comissão de Segurança Pública, que era uma questão que gostaríamos, com a presença desta importante Comissão de investigação, de estarmos aqui discutindo algumas coisas que são empecilhos — e nós da cidade de Santa Catarina estamos tendo —, que são questões para resolver o problema prisional do Estado. Para se ter idéia, em menos de 5 ou 6 anos dobrou o número de apenados em Santa Catarina, e aumentou em 2.500 o número de vagas em nosso presídios. Hoje nós discutimos isso. E o maior problema em Santa Catarina é um município ou cidade aceitar uma unidade prisional. E hoje discutimos, dentro da Comissão, que gostaríamos de estar todos os membros aqui, se tivéssemos sido convidados. Eu estou aqui de metido. Discutimos hoje uma lei compensatória para o município que queira ter uma unidade prisional. E essa lei nós queríamos discutir com V.Exas. Uma idéia para ser em nível nacional, para resolvermos de vez essa história de não aceitar uma unidade prisional no município A ou no município B, que é o grande entrava do sistema, hoje, para criar novas vagas no Estado de Santa Catarina. Não tivemos oportunidade, mas eu, como metido, estou aqui fazendo essa proposta também: que se leve ao Congresso Nacional, para que tenhamos uma lei, que vamos criar no Estado, com esse lado compensatório. Isso resolveria grande parte dos problemas que estamos enfrentando do “*não aceito*” por parte da população e dos Prefeitos do sistema prisional no Estado. E isso deve ser o ano inteiro. V.Exas. que estão viajando o Brasil devem ter enfrentado isso. Então, nós gostaríamos, em nome da Casa, de dar as boas-vindas. Gostaríamos de, numa próxima oportunidade de vinda a Santa Catarina, fazer um grande debate com antecedência, de encher esse auditório e discutir as questões, porque não são diferentes as de Santa Catarina das do resto



do Brasil — as questões são praticamente iguais quando se fala em sistema prisional. Que pudéssemos lotar este salão para fazermos um grande debate de um dia inteiro, com a participação da nossa Assembléia Legislativa nesse debate. Mas, mesmo assim, quero aqui, na pessoa do Deputado Júlio Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa, dar as boas-vindas e sempre colocar a Assembléia Legislativa, o Parlamento catarinense à disposição das grandes questões que venham achar e dar solução para a esse problema, que é grave. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quero agradecer a presença ao Deputado e, mais uma vez, agradecer, em nome do Presidente Júlio Garcia, a cessão do espaço para que pudéssemos realizar esta audiência pública.

Temos já tramitando na Casa, Deputado, uma PEC do Deputado Jorginho Maluly, do Estado de São Paulo, que trata justamente dessa questão, da compensação para os municípios que sediarem um presídio, muito embora saibamos, como já dissemos anteriormente, que os Prefeitos interpretam mal o texto constitucional, que diz que a segurança é dever do Estado. Eles acham que é o Estado da Federação e não do Município e da União. E os Prefeitos têm que entender que é nos municípios deles que são produzidos os delitos e as infrações. É no município que falta, muitas vezes, uma creche, que uma mãe deixa um filho na casa da vizinha ou sob os cuidados dos demais, que o filho cresce sendo aliciado como aviãozinho para os traficantes e as drogas são responsáveis por 80% dos delitos das infrações. Quem visita a população carcerária sabe que 80% é de usuário, ou traficante, ou cometeu um crime por causa das drogas. São lá na Prefeitura... Por falta de vaga na creche, por falta de vaga na escola e por falta de um transporte escolar é que começam a nascer os problemas da segurança pública. É lá que são cometidos os assaltos e é lá que é feita a cobrança da população para que a Polícia haja e prenda, para que a Justiça condene. Depois os Prefeitos lavam as mãos e acham que a segurança é dever do Estado, como se o Estado fosse um outro espaço dentro desse território de que os municípios não fizessem parte.

Então, é importante essa conscientização, sim, mas, mesmo sabendo que essa interpretação é feita de forma errônea por parte dos Prefeitos, que lavam as mãos e entregam a segurança pública para o Estado, mesmo assim, o Congresso está analisando uma proposta feita pelo Deputado Jorginho Maluly, de São Paulo,



para que possa compensar os municípios que queiram sediar um presídio. Na verdade, feira, quebra-mola, ponto de ônibus e cemitério todo mundo sabe que é preciso numa cidade, mas ninguém quer na sua rua, nem perto da sua casa. Sabemos que esta é uma realidade.

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de solicitar ao representante da Pastoral Carcerária e também aos representantes do *habeas corpus* que pudessem ficar no recinto porque temos algumas perguntas aos mesmos.

Quero perguntar ao representante da OAB, Dr. Dorian... E aí eu queria, independentemente do que nós vamos apurar sobre as denúncias que a Sra. Thayse fez, eu acho que este é o momento de se abrir o coração e falar a verdade sem medo, porque o medo e a omissão têm sido responsáveis pelo caos do sistema carcerário. Porque preso no Brasil sempre foi tratado como resto de gente, pois há compreensão de que esses presos vão ficar o resto da vida presos, mas eles, um dia, sairão. E se eles forem tratados como animais, como são em muitos Estados, evidentemente que todos nós pagaremos a conta. Por isso que a reincidência chega a 86% em alguns Estados e o custo econômico, o custo social e o custo em vidas da falta de cumprimento da legislação, todos nós pagaremos. Portanto, como nós não estamos partindo do ponto de vista de indiciar ninguém, temos é que revelar, abrir, colocar todos os problemas, para que nós, juntos, possamos resolver. A questão carcerária não é de hoje. É antiga. Não é responsabilidade de apenas um ente público. São todos os entes públicos: é do Poder Judiciário, é do Ministério Público, é do Poder Executivo dos Estados, é do Poder Executivo Federal, é do Congresso Nacional, que formula a legislação com conseqüências negativas. Ou seja, se cada um ficar se autoprotegendo, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Vou fazer algumas perguntas e gostaria que, se houver conhecimento, que elas fossem respondidas. Eu perguntaria ao Dr. Dorian qual é o pior estabelecimento penal no Estado de Santa Catarina. A seu juízo, a juízo da Comissão que V.Sa. preside, qual é o pior ou quais os piores estabelecimentos prisionais daqui do Estado? Se puder, seja bem objetivo, porque eu tenho várias perguntas.



O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Eu lhe diria que o pior estabelecimento prisional — e aí num campo bem genérico — são as delegacias de polícia. Esses são os piores, de cara. Depois, pelo tamanho, a penitenciária de São Pedro de Alcântara, onde acontecem coisas do arco da velha e a gente fica sabendo por outras pessoas. O problema da tortura é a materialidade de autoria, comprovação da materialidade da autoria. Isso é praticamente impossível num sistema prisional. A gente pode provar a tortura de um marido contra a mulher, porque ela está exposta à sanha do Estado, mas a tortura praticada pelo próprio Estado? Ah, isso é muito difícil, muito complicado, pelo corporativismo. Como é que eu posso entrar numa cadeia sem permissão do dirigente prisional para mandar fazer esse exame que V.Exa. está mandando fazer agora? Eu tenho pelo menos uns 100 casos para tomar o mesmo tipo de atitude, só que eu não tenho como. Eu posso enviar ao Ministério Público e, se ele entender que existem os pressupostos necessários para a apresentação da denúncia, ele apresenta. E só aí — e só aí! — o juiz da vara vai ficar sabendo o que aconteceu, porque antes não. Quer dizer, se eu conseguir reunir todos os dados e comprová-los e o Ministério Público, efetivamente, levar adiante a denúncia, o juiz da Vara de Execuções Penais vai poder tomar alguma atitude, porque antes ele nem pode tomar atitude alguma. O juiz não pode se antecipar à ação do Ministério Público. Portanto, o problema que nós temos aqui é de qualidade no sentido geral. É de concepção. Quer dizer, é mudar a idéia de como prender pessoas sem torturar pessoas. A tortura que a colega falou, que a amiga falou — não só a tortura física, mas a tortura de condição inumana de vida, de higiene, de falta de tudo, de falta de medicina, falta de tudo... Tem médico? Ah, tem médico, mas atinge 30 num universo de 2300. Isso quer dizer que não tem médico, na realidade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sobre as transferências. O senhor falou que as transferências são comuns. As transferências...

O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Administrativas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... administrativas. O senhor tem conhecimento se quase todas elas são sem ordem judicial, sempre com carimbo da emergência?



O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Olha, com relação a esse assunto, acontecia o seguinte: Nós éramos veementemente contra, há uns 2 Governos atrás — tem já bastante tempo —, essas transferências administrativas, porque elas sempre geravam esses problemas que a colega está falando: transferiu, apanhou, chega lá todo quebrado, ninguém sabe quem é o quebrado, se foi atropelado por um ônibus, se não foi. E, quando nós estávamos no auge dessa discussão, o Presidente Fernando Henrique Cardoso editou uma MP liberando essas transferências administrativas. Então, o sistema prisional acabou adotando essa MP como uma norma de conduta: se transfere e depois se comunica ao juiz. O juiz só vai tomar alguma atitude se ele entender que aquele relato é absolutamente relevante e contrário aos procedimentos legais. Ele estando revestido das formalidades legais, evidentemente o juiz vai deferir. Parece-me parece claro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Além das torturas... A Relatoria solicita ao senhor que encaminhe à Comissão os relatórios e as denúncias sobre torturas. A OAB tem recebido denúncia de corrupção no sistema?

O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Olha, esse sistema é, por natureza, corrupto. É difícil em qualquer lugar do mundo, de Singapura aos Estados Unidos, a gente ver um sistema prisional que não seja corrupto. É da natureza dele ser corrupto. Por quê? Porque ele é o avesso do direito. Ele é a idéia do privilégio. Por exemplo, uma das questões que a gente podia abordar muito aqui é a questão da poupança dos presos. Ninguém sabe para onde vai esse dinheiro. Esse dinheiro acaba ficando nas “lojinhas”, entre aspas, dentro das unidades prisionais que são administradas por alguns agentes prisionais. Não em todas, mas em algumas delas isso acontece. Esse dinheiro vai sendo descontado, descontado, descontado, o sujeito assina o recebido no final que recebeu, mas ele, no fundo, não recebeu nada. Esse é o problema.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem algum fato concreto sobre a alimentação, reformas e outro sobre corrupção?

O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Olha, como o nosso notável decano, como o desembargador revelou, todo preso exagera um pouquinho. Todo preso reclama, algumas vezes com razão, muitas das vezes sem razão também, até porque, em existindo um clima de reclamação, ele fica muito à vontade para fazer



qualquer tipo de reclamação, seja ela verdadeira ou não. A comida, a gente recebe reclamações esporádicas, mas não são reclamações permanentes como são as de maus-tratos. Maus-tratos, muitas mães me ligam, me telefonam, escrevem, algumas assinam, a gente procura evitar inclusive expor essas pessoas quando não há a tipificação clara da materialidade e autoria, para que elas não fiquem expostas às represálias que costumam acontecer.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A OAB tem alguma denúncia de mulheres presas nos mesmos estabelecimentos masculinos? Mulheres presas no mesmo estabelecimento?

O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Não. Não. Aqui no Estado não. Nós não temos essa... Acredito que não. Acredito que não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sobre as inspeções judiciais e visitas do Ministério Público, a OAB tem sido convidada a participar? Qual é a opinião da OAB? Há inspeções judiciais como determina a lei?

O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Nós não só não temos sido convidados — e gostaríamos de ser convidados efetivamente para participar dessas inspeções... E creio até... Num passado de uns 5 anos atrás, desafiei algum promotor me apresentar algum relatório dessas visitas. Nós não recebemos. Não sou autoridade nenhuma para desafiar ninguém, mas o fato é que nós não recebemos nenhuma cópia de nenhum desses relatórios, e os relatórios que existem sabemos que é aquele famoso do turismo penitenciário. Ou seja, visitas à administração, visitas à documentação, visitas às coisas bonitas, mas os presos que tomaram tiro com bala de borracha, como ontem, por exemplo, para não ir muito longe, essas não aparecem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem informação sobre queixas...

O SR. ANSELMO CERELLO - Sr. Presidente, Sr. Relator, vai ser permitido o contraditório?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Depois vai ter... o Presidente vai conceder a palavra ao desembargador e ao Ministério Público. O senhor podia ligar o microfone?



O SR. ANSELMO CERELLO - Eu tenho a dizer o seguinte. O Glauber responde a processo por tráfico de drogas nas 1ª, 4ª e 3ª Varas daqui. O juiz não autorizou a ida para Criciúma, não autorizou, e a remoção dele para lá, para Criciúma, foi por excesso de população carcerária. Então, 10 foram mandados, mas sem ordem judicial. Quanto ao Marcos Paulo Costa, ele está sendo processado por assalto a mão armada e seqüestro e tráfico também, pela 1ª Vara Criminal. Requereu a liberdade provisória, e o juiz negou. E ele também foi recambiado para lá, evidentemente por questões de população carcerária sem ordem judicial. Neste momento, eles estão sendo submetidos a exame de corpo de delito. Vão ser ouvidos pelo juiz das Execuções de Criciúma e após isso serão então recambiados aqui para a capital.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A gente agradece ao Desembargador Anselmo as informações. As questões processuais a Comissão vai solicitar a cópia do processo. O depoimento deles aqui diz respeito mais à questão da suposta tortura.

Eu perguntaria ao Dr. Dorian: o senhor estava falando sobre? A pergunta que eu fiz...

O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Não, eu já tinha encerrado a pergunta quando o nosso querido desembargador fez o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu pergunto ao senhor se tem havido reclamações de advogados, que são designados como dativos, que o juiz arbitra honorários e que acabam não recebendo do Estado, se há esse tipo de reclamação na OAB.

O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Olha, existe muita reclamação de advogados contra maus-tratos contra os seus clientes. Essa questão dativo é irrelevante, porque normalmente quem faz dativo criminal aqui em Santa Catarina praticamente faz de graça mesmo, até porque o Estado demora a pagar e tal. Quer dizer, é uma coisa que vai mais do coração exatamente do que da profissão. Advogados criminalistas ganham dinheiro com grandes clientes, não ganham dinheiro com clientes pobres. Isso é um fato em qualquer lugar do mundo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem alguma reclamação...



O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Tenho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ...tem alguma reclamação na OAB contra advogados que abandonam a causa dos clientes pela metade, ou advogados que facilitam a entrada...

O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Vou tentar explicar ao senhor. Primeiro, respondendo à pergunta anterior, é seguinte: é péssimo o lugar onde os advogados atendem os seus clientes dentro das unidades prisionais. É horroroso, não dá para sentar. Aliás, não tem onde sentar. É em pé, num cubículo que faz eco, falando 3 advogados ao mesmo tempo, com 3 clientes. É o samba do crioulo doido mesmo, uma coisa horrorosa você atender um cliente dentro de qualquer unidade prisional aqui. E a segunda pergunta, perdão? Eu me perdi um pouquinho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Se há alguma reclamação e processo contra advogados ou por abandono de causa...

O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Olha, tem, tem, mas acontece...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... ou por envolvimento, facilitação de drogas, celulares, armas.

O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Não, não, não. Isso não tem. Isso não tem aqui. O que acontece é o seguinte: muitas pessoas contratam advogado achando que a tarefa do advogado vai além da condenação, vai também na parte de execução penal. E na realidade não vai. Quer dizer, advogado não se sente, nem todos, alguns se sentem, não se sente na obrigação de acompanhar a execução penal. E o preso se sente abandonado, porque, afinal de contas, ele pagou e ele recebeu um serviço. E o advogado acha que o serviço dele está completo no momento da condenação e da impossibilidade de recurso. Esse é um problema que nós temos aqui, que talvez as universidades pudessem ajudar. Talvez esse sistema de defensoria dativa pudesse remunerar advogados para trabalhar nas PECs, para trabalhar numa série de espaços onde hoje o advogado não tem um trânsito, até porque não tem remuneração.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há alguma denúncia contra membro do Poder Judiciário por venda de sentença ou coisa parecida?

O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Perdão, Excelência.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há alguma denúncia contra membro do Poder Judiciário por venda de sentença?

O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Olha, o Poder Judiciário em Santa Catarina é absolutamente exemplar. Pelo que tenho percebido, nesse trânsito que tenho desenvolvido aqui no Estado de Santa Catarina, temos o hábito de respeitar as decisões do Poder Judiciário e temos com ele levado a melhor das boas relações. Poder bem-intencionado, com capacidade para desenvolver o seu trabalho. Talvez os juízes precisem de mais assessores, efetivamente precisem de mais assessores para poderem produzir mais, porque eles têm qualidade para produzir mais do que produzem. Nós não temos problema de falta de juiz, não temos problema de falta de estrutura. Temos só problema de falta de assessores para os juízes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor falou que denunciou ou fez uma afirmativa das indicações políticas no sistema como um dos motivos dos problemas da deficiência. O senhor podia esclarecer melhor sobre essa ingerência política no sistema?

O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Não, a ingerência política total, porque o Governador é um político e sempre o será. E, na estrutura hierárquica do Poder, há um partido político que gera poder dentro de uma gestão. E eu acho isso extremamente normal. Acho até que essas indicações em outras áreas não são tão perniciosas quanto são na área de execução penal, porque muita gente acha que ser administrador penal é pegar uma caneta e começar a despachar. E, na realidade, é preciso um conhecimento muito grande, muito profundo, uma tarimba muito grande no trato com essa coisa e simultaneamente no trato com a coisa pública. As tarefas que são desenvolvidas pela administração penal, elas estão complementemente desintonizadas da Lei de Execuções Penais, que prevê a maioria dos casos possíveis para essas questões.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Em todos os lugares, e aqui não foi diferente, os presos, eles reclamam muito da ausência do juiz, da execução, da ausência do Ministério Público, da ausência também tanto dos defensores quanto dos próprios advogados. Você sabe que os advogados têm uma linguagem própria, eu também sou advogado, e os advogados concentram muito para si esse privilégio



de não popularizar ou não destrinchar numa linguagem acessível a linguagem jurídica e os procedimentos. Eu tenho visto aqui, pelo dado de Santa Catarina, que cerca de 15% dos apenados estão ali como furto simples. Nós já ouvimos alguns depoimentos de que há um rigor muito grande dos juízes, o Ministério Público é muito aparelhado, as defesas são muito frágeis, principalmente os dativos.

Faço 2 perguntas ao senhor. Uma: o senhor considera que as defesas, principalmente dos dativos, são bem-feitas? Dois: o fato de haver tantos crimes de pequeno potencial ofensivo, e de os presos estarem ali enclausurados é rigor demais do juiz na fixação da pena, é abandono a penas alternativas, a outras opções que não sejam só a prisão?

O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Eu vou tentar responder a partir da segunda. O juiz expressa sempre o pensamento da sociedade que está em torno dele. Ele não pensa sozinho. Ele procura exprimir sua verdade dentro do contexto que o cerca. Se uma sociedade é absolutamente punitiva, repressora, evidentemente a decisão desse juiz acompanhará um tanto disso. Isso me parece claro. Se uma sociedade é mais libertária, o juiz se sente também mais à vontade de ser mais libertário. Acho que o nosso problema que nós temos aqui é menos de juiz e mais de sociedade. A nossa sociedade precisa estar mais conscientizada para os direitos das pessoas, que todas as pessoas têm direitos, inclusive os presos. Não sei... A primeira era, perdão?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Se o senhor considera... O senhor já falou que os dativos exercem uma função com muito zelo.

O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Se a defesa é bem-feita. Olha, essa defesa criminal de primeira instância, ela é quase padrão. Hoje em dia, com a invenção do computador e com o recortar e colar, é quase tudo a mesma coisa. A diligência do advogado, a presença dele lá no fórum, nas audiências e nos atos processuais é que me parecem fundamental. O conteúdo dos textos, os grandes juristas me parece que ficaram no passado. Hoje, o que me parece importante é a celeridade e o atendimento ao preso. Acho que de uma maneira geral isso é realizado. Agora, o amigo há de convir que um serviço profissional, seja de que natureza for, quando ele não é bem remunerado e não é remunerado a tempo, acho que isso não é desculpa, não. Eu gosto de prestar, eu tenho prazer e honra de fazer



o meu trabalho, mas sou forçado a reconhecer que nem todos os meus colegas são assim. A advocacia vai do pior ao melhor, como toda instituição; vai do pior ao melhor: tem pessoas maravilhosas e tem pessoas horrorosas. Faz parte do ser humano ser assim múltiplo mesmo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - As 2 últimas perguntas, Sr. Presidente.

A OAB tem notícia, recebeu alguma reclamação de um dentista no presídio feminino que cobra de 60 a 100 reais por atendimento ali naquele estabelecimento?

O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Olha, não tenho conhecimento específico, não, mas eu acredito que, se existe essa denúncia, coitado do dentista, porque na área prisional tudo se cobra, não tem nada que sai de graça: transferência de cela, ida ao banheiro, tudo se cobra, tudo tem um... Às vezes não é o dinheiro, mas é o favor, é a prepotência, é a união, é um jogo de poder que se estabelece. Então, coitado do dentista. Não querendo justificar o comportamento, mas eu acho coitado para ele não pagar o pato dos demais, não é?, porque o problema não está no dentista, o problema está na estrutura.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Por último, na opinião da OAB, por que o Estado tem tanta dificuldade de oferecer aos presos trabalho e educação, que são 2 obrigações do Estado?

O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Bom, são várias as razões, mas o ilustre Deputado vai considerar a seguinte coisa: nós temos um problema aqui, sempre tivemos na discussão do trabalho para preso, como contraponto, a posição dos sindicatos. Os sindicatos são contra o trabalho dos presos porque acreditam que de uma certa maneira estão sendo violadas as normas trabalhistas, e estão mesmo. Está-se usando, as empresas de uma maneira geral estão usando o preso não no sentido *caritas* da vida, não no sentido de compromisso social, mas no sentido de maior lucratividade. Quer dizer, o preso hoje é formado para costurar bola, para fazer pregador de roupa. Ele vai sair no mercado para trabalhar em que fábrica de bola e em que fábrica de pregador de roupa? Nenhuma. Então, ele não trabalha; na realidade, ele não trabalha; ele é escravizado para produzir alguma coisa, porque o trabalho pressupõe, me parece, uma progressão permanente, e ele vai ficar a vida inteira costurando bola, e, como o senhor disse, ele vai ficar preso o



resto da vida mesmo, porque ele é conduzido a reincidir; o nosso sistema obriga o sujeito a reincidir, e ele não vai mesmo sair nunca dali.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Presidente, obrigado.

O SR. DORIAN ESTEVES RIBAS MARINHO - Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Eu perguntaria ao Secretário: nós não tivemos oportunidade, evidentemente, de visitar o presídio da cidade de São Pedro de Alcântara, nem de Camboriú, mas, numa pesquisa que nós fizemos aí, nós constatamos que há algum tempo havia problema — eu vou fazer esta pergunta em virtude da nossa Relatoria, no aspecto de arquitetura carcerária — problema de licenciamento ambiental e tratamento de esgoto no presídio de São Pedro de Alcântara, e que havia um problema junto ao Ministério Público de licenciamento ambiental. E, no presídio de Camboriú, consta que, tempos atrás, até foi obrigada a ser feita uma remoção de 51 detentos, em virtude de alto consumo de *crack*, apreensão de armas, estoques, telefones celulares, problemas de infiltração, problemas na eletricidade, ventilação e superlotação. Uma situação caótica nesse sentido. Eu perguntaria como é que se encontram essas casas diante dessas argumentações.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Meu caro Deputado, eu quero, primeiramente, até por uma questão de horário, acho que está havendo, os senhores são os comandantes aqui da CPI, da sessão, mas está havendo uma inversão de pauta. Primeiro as pessoas se manifestam, e depois são inquiridas. Eu ainda ia... E reclamava com o Presidente, que eu acho que houve... Não foi esse... Por isso que, no início, no início eu perguntei qual era o roteiro a ser seguido. Eu ainda não tive oportunidade. Mas, quanto a isso, questão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Secretário, eu só queria lhe salientar o seguinte: nós não estamos aqui procurando culpados, nós estamos aqui...

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Não, absolutamente, eu não me sinto culpado; eu me sinto, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Só deixa eu complementar.



O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Nós estamos apenas, como o próprio Relator falou, nós estamos tentando ajudar.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - O objetivo todo nosso da visita ao Estado de Santa Catarina, que é o meu Estado natal...

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Com muito orgulho para nós sabermos que temos um Deputado catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Apesar de eu ser Deputado pelo Rio Grande do Sul, sou nascido em Santa Catarina e tenho o maior apreço por meu Estado.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - O nosso objetivo aqui é exatamente ajudar. Nós estivemos agora visitando o presídio de Florianópolis, e lá o presídio masculino, feminino, e encontramos ali um prédio arcaico, de 1930 etc e tal, mas que constatamos a maior boa vontade da gestão dos 2 presídios, tanto na direção do presídio feminino como na gestão do presídio masculino. Quer dizer, essa administração, a gente percebe que está sendo feito um esforço de... Quer dizer, as nossas perguntas aqui são nesse sentido, no sentido de colaborar. Por isso que a gente não abre essa discussão.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Com certeza. Com certeza, Deputado, e eu não me furto a responder, só que eu já fiz essa reclamação ao Presidente há pouco, particularmente, que... No início da sessão eu perguntei qual seria o roteiro, qual seria o procedimento. Era para que nós manifestássemos, e, após a manifestação, seríamos inquiridos. Eu não me recuso absolutamente a responder a essas perguntas. Absolutamente, Deputado.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Deixem-me mais uma vez informar: nós estamos seguindo o roteiro e procedimentos adotados em todos os Estados. Nós ouvimos primeiro as denúncias para depois darmos direito às autoridades, que



poderão responder à denúncia e fazer a defesa. Se nós abrirmos a palavra no projeto de trabalho nosso, primeiro, para o Secretário, depois para o desembargador, depois para o Juiz, aí quem tiver alguma denúncia vai fazer depois da fala, aí nós vamos ter que ouvir novamente. Então, o procedimento é: vamos ouvir quem tem informações para trazer, denúncias para fazer, para que as autoridades responsáveis pelos órgãos e as instituições possam, depois dessas falas, responderem aos questionamentos feitos e às denúncias feitas.

O Relator já inquiriu o representante da OAB, e dentro da nossa conduta de trabalho, em seguida nós íamos passar a palavra justamente para o Secretário, para ele ter o tempo para fazer a explanação e responder a algumas perguntas.

O Presidente, o Deputado Luiz Carlos Busato, depois do uso da palavra, nós vamos passar a palavra para o Secretário fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Veja bem, Secretário, essas 2 perguntas que eu fiz a respeito do presídio de São Pedro de Alcântara, de Camboriú, e da visita que nós fizemos aqui... Hoje, na visita que nós fizemos aqui, nós constatamos que Santa Catarina não está inserida no PAC da Segurança Nacional. Quer dizer, isso é uma coisa que para nós é importante saber, porque nós vamos pedir que haja investimentos em Santa Catarina.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Com certeza. Eu acho que nós temos é que fazer parcerias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - O objetivo nosso é exatamente de ajudar Santa Catarina.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Deputado, eu sei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Secretário, V.Exa. está com a palavra agora para falar sobre todo o assunto, inclusive sobre esse problema. Dez minutos para V.Exa.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Muito obrigado. Primeiramente eu gostaria de agradecer a oportunidade que está me sendo dada ao nosso representante da OAB — infelizmente ele foi ao banheiro. Eu queria dizer para ele que não fomos nós que escolhemos os lugares para serem



visitados, porque aqui me parece que foi insinuado que nós preparamos alguns lugares...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Em absoluto; fomos nós que escolhemos.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Exatamente. Então, eu gostaria que isso ficasse muito claro para sociedade catarinense, que não foi a Secretaria, não foi o Governo do Estado que escolheu os lugares a serem visitados. Se V.Exas. quisessem ou quiserem visitar o presídio de Camboriú, se quiserem visitar a penitenciária de São Pedro de Alcântara, qualquer uma das 36 unidades estarão de portas abertas para recebê-los. E eu não sei se V.Exas. notaram: eu fiz questão de acompanhá-los até entrarmos dentro da unidade prisional, e após eu me retirei. Não os acompanhei no percurso que fizeram dentro da penitenciária e não os acompanhei dentro da visita que fizeram no presídio feminino. Justamente para evitar qualquer coação que algum funcionário pudesse estar sentindo pela presença do secretário. Então, quero deixar isso muito claro aos Srs. Deputados, à nossa Deputada, ao nosso Deputado Estadual que aqui reclamou. E me perdoem a CPI, acho que com toda a razão a nossa Assembléia Legislativa não ter sido convidada a participar, não é? Mas eu queria rapidamente aqui — não vou me estender muito — fazer um breve relato. Primeiro, repudiar veementemente o que o representante da minha classe, porque sou filiado à OAB catarinense. Lá se vão 20 e poucos anos que sou formado, mas que eu não posso admitir que venha — e isso mostra, pelo menos, o desconhecimento do sistema prisional brasileiro — dizer que ia elogiar o sistema prisional catarinense, chamando-o de lixo. Isso eu achei uma falta de respeito. Inclusive não conheço o Governo. É uma falta de respeito com as instituições como o Ministério Público, como o Poder Judiciário, como o Governo do Estado, como a Assembléia Legislativa, que conhecem instituições. Parece que o Deputado aqui não conhece...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado não; representante da OAB.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Perdão. O representante da OAB não conhece a penitenciária industrial de Joinville, que acho que é um exemplo. V.Exas. estiveram visitando a nossa penitenciária aqui,



que, se não é um espetáculo, também não pode ser classificada como um lixo. Isso é um desrespeito ao servidor que trabalha e se doa para o sistema prisional de Santa Catarina. É o primeiro dado que eu queria colocar. Outra questão que eu acho de suma importância, Srs. Deputados: eu, em momento algum, como aqui foi insinuado, que parece que tudo se cobra dentro do sistema prisional. Isso coloca na vala comum a todos como se todos fossem corruptos, se todos aqueles que trabalham no sistema prisional fossem corruptos. Tem agente prisional corrupto? Tem. Tem advogado corrupto? Tem. Tem Deputado corrupto? Tem. Tem juiz corrupto? Tem. Agora, não podemos colocar na vala comum, dizer, por exemplo, que, na Câmara dos Deputados, para votar um projeto, tudo se cobra. Para dizer que o Judiciário, para dar uma sentença, tudo se cobra. Que para fazer alguma coisa dentro de uma unidade prisional tudo se cobra. Outra coisa que acho importante que se coloque aqui. Eu defendo, até como advogado, o meu pai foi um dos lutadores pela democracia neste País. Quando era crime e era pecado ser contra o regime militar, foi um dos fundadores do MDB no Estado, que é o que está dando essa oportunidade de estarmos aqui falando. O que eu não posso admitir é que os direitos humanos e a maioria das associações dos direitos humanos, e V.Exas. são testemunhas disso, só olham para o preso, só olham porque tem superlotação, só vêem porque eventualmente o preso disse que foi agredido. O que muitas vezes é verdade, mas muitas, muitas e muitas vezes é mentira. Muitas, muitas e muitas vezes, se houve alguma, agressão foi por necessidade inclusive de conter uma rebelião, um motim numa unidade prisional. Essas coisas são importantes que se diga. Há poucos dias atrás nós tivemos uma tentativa de homicídio de um agente prisional com uma estocada lá em São Pedro de Alcântara. Eu não vi uma voz de associação de direitos humanos se levantar para defender o agente prisional. (*Palmas.*) Essa é uma verdade que tem de ser dita e muito bem dita para a sociedade ficar sabendo. Nós temos procurado valorizar. Acho que o preso tem direito — ele é uma pessoa humana —, mas também têm direito aquelas crianças que ele, com a venda de droga, viciou, aquelas famílias que ele tirou a vida do pai para roubar. Essa também tem que ter a defesa das instituições de direitos humanos. Tem que ter defesa das instituições e entidades de direitos humanos aquele servidor que está lá para dar segurança à sociedade, que está lá para



garantir a nós que estamos aqui fora que o bandido está na cadeia. Essas coisas são importantes que se diga, Deputado Presidente, são importantes. E eu gostaria que V.Exa. procurasse também, nessa peregrinação que está fazendo pelo nosso País, que levasse isso também. Aqui em Santa Catarina estamos buscando valorizar o nosso servidor. Perdoem-me, entre a palavra do preso e a palavra do agente prisional, primeiro acredito no agente prisional, até que se prove o contrário. Eu primeiro acho que o agente prisional é que está me dando segurança, vou acreditar primeiro nele. Depois, se se provar que ele foi, abusou, que torturou, aí, tudo bem. Não sou conivente com tortura, absolutamente. Fizemos... Está aqui o Diretor do DA, fizemos diversas e diversas e diversas sindicâncias e processos administrativos, e estou nessa secretaria faz menos de um ano. Tenho procurado uma interação com o Poder Judiciário, tenho contato constante com o juiz de Execuções Penais, estive há poucos dias visitando o Presidente do Tribunal Justiça, estive ainda ontem visitando o Procurador-Geral de Justiça, colocando a situação efetiva do sistema prisional de Santa Catarina. Outra questão importante que gostaria de colocar aqui, porque acho que é importante a gente debater esses temas: a valorização do nosso servidor. O nosso servidor, hoje, tem uma escola penitenciária para qualificá-lo. Não tínhamos isso no Estado de Santa Catarina, simplesmente se fazia um concurso e se jogava dentro de uma cadeia sem maiores conhecimentos. Agora mesmo, estamos formando uma turma, nós temos uma escola profissional para qualificar. Quando assumimos e foi criada a secretaria, fizemos um núcleo de apoio ao nosso servidor. Está lá psicólogo, está lá assistente social e está advogado, para defender e para apoiar o nosso servidor também. O nosso servidor não tinha só carteira funcional, o que era um absurdo. Muitas vezes, para se identificar, tinha que levar o seu contracheque e a sua carteira de identidade, para mostrar que ele era alguém a serviço da segurança pública. Hoje, ele tem essa carteira funcional. Então, queria fazer essas colocações. Antes, se me permite, Presidente, de fazer um relato do que foi feito no Estado na área do sistema prisional. Nunca, nunca na história de Santa Catarina, plagiando alguém estou dizendo assim, nunca na história desse Estado se aplicou tanto, mas tanto no sistema prisional como está sendo aplicado nos mandatos do atual Governo. Tínhamos, meu caro Presidente, Srs. Deputados, nós tínhamos, em Santa Catarina, em 2002, 500 agentes prisionais. Hoje, nós temos



concurados, sem aparecer apaniguado, passaram num concurso sério. Hoje, nós temos 1.250 agentes prisionais, provavelmente. Estamos chamando agora mais 150. Em breve estaremos chamando mais porque estamos abrindo, até o final do ano, mais 2 mil vagas no sistema. Nós pegamos este Estado de Santa Catarina, como já disse o Deputado Eliseu Matos, aqui há pouco... Em 2002, pegamos esse Estado com 4 mil vagas no sistema prisional. Durante toda a sua história, durante toda a história de Santa Catarina, com 4 mil vagas. De 2006 até agora já foram concedidas à sociedade, disponibilizadas para a segurança da sociedade mais 2.500 vagas. Sessenta por cento do que nós tivemos durante toda a história do nosso Estado foram feitas em 5 anos. Está projetada, meu caro Deputado, depois até gostaria de passar às mãos de V.Exa., está projetada, até o final deste ano, como ele disse, nós abriremos mais ou menos 2 mil vagas no sistema prisional. Não vou listar aqui porque V.Exas. não conhecem os municípios onde estão sendo feitos. Quero lhe dizer, só essas obras já autorizadas pelo Governo do Estado, elas somam 62 milhões e 750 mil reais — 62 milhões e 750 mil reais! É verdade que o Governo Federal tem participado. É verdade. O Dr. Maurício tem sido companheiro, o Dr. Maurício Kuehne, Diretor do DEPEN, tem sido companheiro, tem sido parceiro. Desses 62, o Governo Federal está participando com 26 milhões. Quarenta e seis milhões de reais são dos cofres do Governo do Estado! Isso mostra e demonstra a preocupação e a prioridade que este Governo está dando ao sistema prisional. Essas coisas são importantes que se digam à sociedade. São importantes! Temos problemas. Aqui na Grande Florianópolis temos problemas, e aqui foi colocado que muitos municípios não querem. E é verdade! E é verdade! Tivemos aqui, na Grande Florianópolis, queríamos fazer uma central de triagem, muitas pessoas chegaram a se acorrentar numa ponte, inclusive o Prefeito, que é do meu partido, inclusive o Prefeito que é do partido do Governador chegou a se acorrentar numa ponte para que nós não pudéssemos iniciar as obras. Há poucos dias, o ano passado, numa atitude que eu acho que V.Exa. pode espalhar pelo Brasil, uma atitude do Ministério Público catarinense, a Dra. Promotora de Justiça da Comarca de Itapema, numa ação civil pública por reparação de dano, a imposição ou a transação que lá fizeram foi para que o devedor fizesse uma unidade prisional naquele município, naquela comarca. O senhor não imagina, meu caro Presidente, quantas comitivas eu recebi



de pessoas de Itapema dizendo: *“Por que não constróem escola? Por que não constróem hospital?”* Que não queriam. Está aqui o Dr. Andrey, que é o coordenador criminal do Estado que sabe dessa realidade. Agora, parece que acharam um terreno. Nós estamos buscando locar um imóvel aqui, na Grande Florianópolis, para realmente procurarmos diminuir esse déficit que temos. Reconheço, nunca neguei, nunca fui de botar panos quentes. Estamos buscando locar um imóvel para lá fazermos um centro de ressocialização. Eu quero ver — queira Deus que eu esteja enganado, queira Deus que eu esteja enganado! — que a hora que nós decidirmos o imóvel é esse, que não se insurjam contra isso o município, Câmara de Vereadores e a população em volta. Essas coisas todas acho que são importantes que a gente debata. Me perdoem, mas acho que devemos debater propostas, temos que debater aqui parcerias público-privadas. O Luiz estava comigo lá em Joinville um dia que levantei essa questão — lembra disso? Quase fui trucidado por questões ideológicas. *“Que isso não pode! Que isso não pode acontecer!”* Não é privatizar o sofrimento dos outros; é fazer a iniciativa privada também participar. Por que nós podemos fazer concessão de rodovias? Por que nós podemos fazer concessão de rios para fazer hidrelétricas? Por que não podemos fazer concessão para construção de presídios em parcerias público-privadas? Essas questões acho que são importantes de serem debatidas. Me perdoem, acho que temos de ampliar esse debate, não entrar no varejo, que acho que é importante, mas no varejo temos o Ministério Público de cada um, nós temos delegado de polícia, nós temos o juiz criminal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Secretário, só para a gente tornar essa oportunidade de ter o senhor conosco mais pedagógico para nós, entendemos o desabafo do senhor em relação ao problema do sistema carcerário, essa discussão macro nós estamos fazendo nas audiências públicas na CPI na Câmara. Aqui, nas visitas que fazemos aos Estados, estamos debatendo e discutindo com as unidades locais os problemas, as propostas e as iniciativas locais para dar resposta aos problemas do sistema carcerário.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - É uma proposta que eu estou fazendo aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Queria aproveitar para fazer algumas perguntas ao senhor, de repente o senhor poderia nos responder, e já fazendo uso do seu tempo.

Hoje, qual é o déficit de vaga do setor carcerário de Santa Catarina?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Desculpe, não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o déficit de vagas?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Hoje, nós temos seis mil e quinhentas e poucas vagas, devemos ter aí uns 11 mil presos aproximadamente, onze mil e poucos presos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, umas 4.500 vagas de déficit.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Por aí. Nessa faixa, 4.500; nessa faixa de 5 mil vagas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Governo do Estado está viabilizando, talvez ainda para este ano, disponibilizar mais 2.500 vagas.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Não, para este ano, não. Agora eu tenho que ser muito honesto. Tem obras ou grande parte das obras nós vamos terminar no final do ano, mas não vamos terminar uma penitenciária de Itajaí, que é uma obra de 360 vagas dentro de 1 ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nos próximos 2 anos, podemos afirmar que o Governo ...

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Duas mil vagas, podemos afirmar. Nós estamos aqui. Depois vou lhe passar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Podemos afirmar que nos próximos 2 anos o Governo do Estado está trabalhando para disponibilizar mais 2 mil vagas no sistema.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Não. Nós estamos já com obras ou em execução, ou com projeto em andamento, ou em licitação para 2.748 vagas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Alguma unidade prisional das que estão hoje construídas será desativada após a conclusão dessas obras novas ou vão permanecer para permitir a redistribuição dessa população carcerária?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Isso é uma questão a ser estudada, meu caro Presidente. Existem algumas que talvez até sejam desativadas se nós construirmos, como se pretende. Por exemplo, em Chapecó, construiu um novo presídio. Podemos deixar um presídio feminino onde é o antigo e podemos deixar o outro presídio lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tem quantas presas, hoje, no Estado de Santa Catarina? Qual é o número da população carcerária feminina no Estado?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Tenho que dar ... Não sei exatamente aqui, mas em torno de 700 femininas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Setecentas. Tem previsão dessas 2 mil vagas que estão sendo construídas? Quantas vagas são para presídios femininos, para a população carcerária feminina?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Nós estamos construindo presídios mistos, alguns mistos. Estamos já, no DEPEN, praticamente confirmado, faltando somente firmar o convênio, para nós construirmos uma penitenciária feminina no centro do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantas vagas?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - A penitenciária para 150 vagas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Você acha que só com esse projeto vai resolver o problema?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Das duas mil vagas, quantas vagas serão disponibilizadas para a população carcerária feminina?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Bom, aí nós temos... Há algumas obras... Por exemplo, temos presídios, como é o caso de Rio do Sul, que nós vamos ser mistos. Estou lhe dando um exemplo de



Chapecó, que é no oeste do Estado: nós vamos construir um outro presídio, e quem sabe o presídio atual fique só para feminino, que vai disponibilizar vagas femininas. Vão ser construídas tantas, mas não estou... Eu tenho a consciência de que nós não vamos resolver o problema com a construção das 2 mil vagas. Eu tenho essa consciência — nem no feminino nem no masculino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Os novos projetos que estão sendo executados contemplam espaço para educação da população carcerária e trabalho dentro da unidade para essa população?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - É outra questão que eu queria até tocar, meu caro Presidente. A questão de trabalho, que é fazer bola, costurar bola e fazer grama, isso não procede. Gostaria que o senhor fosse visitar a penitenciária industrial de Joinville. A marca nacional como a Tigre está lá instalada, a Buscar está lá instalada, a Intelbras, que é uma das maiores produtoras de telefone do País, está instalada aqui na Penitenciária de São Pedro. Nós temos a FESPORTE, que realmente é fazer bola, mas é fazer bola inclusive para exportar. Não é esse ficar costurando como aqui foi dito. Então, essas coisas devem ser ditas. Quanto à questão aí, essas questões, nós estamos com o engenheiro Müller, que pode informar melhor do que eu essas questões técnicas de engenharia. Eu não tenho essa condição técnica; sou advogado, não sou engenheiro. Agora, está se buscando, nós estamos criando aqui, no Estado de Santa Catarina, em cada presídio, estamos criando o fundo rotativo do presídio também, estamos buscando criar o fundo rotativo do presídio. Então, são evoluções que nós estamos procurando dar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Hoje tem quantos agentes penitenciários no Estado de Santa Catarina?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Mil duzentos e cinquenta agentes, aproximadamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto ganha um agente penitenciário em Santa Catarina.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Com as vantagens e o salário base deve ser uns 900. Mas eles ganham, vamos dizer, o que eles recebem no final do mês dá 1 mil e 800, 1 mil e 900 reais.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos agentes hoje respondem a algum processo disciplinar por facilitar a entrada de drogas, celular?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Diversos, diversos. Há poucos dias, em função da inteligência, isso eu gostaria de dizer, em função da inteligência do próprio sistema prisional que monitorou com a ajuda da Polícia Militar e da Polícia Civil, nós pegamos um agente levando droga para dentro da Penitenciária de São Pedro de Alcântara e o pegamos, o prendemos — nós não, a polícia o prendeu em flagrante. Então, não somos coniventes. Não sou. Pode ter certeza V.Exa. que não sou, que o meu time, o meu grupo não é conivente com tortura. Há corrupção dentro do sistema? Há, como há corrupção em tantas e tantas e tantas atividades. Sou político também, e nós sabemos que há muita corrupção na política. Como há corrupção também, não digo no Judiciário catarinense, porque como aqui disse o representante da OAB, é exemplar. É exemplar! O Ministério Público aqui, sinceramente, nunca ouvi boato, nem boato, de corrupção aqui no Estado. Mas há pouco tempo atrás, nós tivemos aquela operação da Polícia Federal que apurou as vendas de sentença, e os juízes, a princípio, estariam acima de qualquer suspeita. Então, corrupção há? Há. Agora não vamos generalizar como aqui foi dito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu sei, eu sei. Eu só estou perguntando quantos agentes respondem a processo por irregularidade?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Aí eu não tenho. Posso até buscar esse número. Eu, aqui, de cabeça não sei. Faz o favor de ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor sabe quantos ...

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - É fácil, eu vou pedir o dado para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... advogados já foram abordados no sistema prisional de Santa Catarina tentando entrar com drogas ou com celular? Tem esse registro?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Eu não tenho esse dado. Podemos tentar buscar também. Eu, realmente, esse dado de momento eu não tenho. Posso tentar buscar. Se nós conseguirmos hoje, lhe passo



hoje, lhe entrego em mão. Se não conseguirmos hoje, me comprometo a remeter à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A alimentação dos presídios de Santa Catarina é feita pelos próprios presos ou é feita por empresas terceirizadas?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - São feitas pelos presos na sua grande maioria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não tem nenhuma empresa terceirizada que fornece ...

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Não, não tem né? Nenhuma. Ah, não, mas Joinville é porque a penitenciária... A não ser em Joinville. Tem uma, mas é porque o próprio contrato da empresa, nós temos uma aqui em que a empresa é terceirizada e aí a empresa, uma das obrigações contratuais é a alimentação do preso. É a única. O restante é todo feito aqui. Não há problema de quentinha aqui, pode ter certeza, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Lá no presídio feminino, nós, em visita feita lá acompanhados da diretora, recebemos algumas reclamações. Primeiro, a falta de um médico para atender a população. A informação que nós temos é que lá tem um médico que é voluntário. Como é voluntário, não tem obrigação de ir...

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... à cadeia nos dias que as presas têm solicitação. A Secretaria tem alguma proposta de contratação de um médico, tendo em vista que a população carcerária feminina depende do atendimento na área da saúde mais efetiva do que a própria população carcerária masculina? Tem alguma proposta para a contratação de 1 médico para atender a população carcerária feminina no Estado de Santa Catarina?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Deputado, essa é uma questão que eu tenho de analisar. Nós estamos ... A questão da folha, o senhor sabe que existe a Lei de Responsabilidade Fiscal, claro que não vai ser 1 médico que vai afetar isso, mas são questões que eu não posso... Isso



depende. Nós temos um comitê... Qualquer contratação de funcionários, hoje, no Poder Executivo tem que passar pela aprovação do Comitê Gestor, que faz parte a Secretaria de Administração, a Secretaria da Fazenda, Secretaria do Planejamento, justamente em função do limite prudencial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas a Secretaria... Esse Conselho já tratou desse assunto? *“Olha, a população carcerária feminina precisa de 1 médico para atender. Nós temos um médico da área da Secretaria da Saúde que pode ir lá uma vez por semana para atender.”*

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Eu gostaria, meu caro Presidente. Até está aqui a nossa gerente do presídio, ela poderia lhe dizer — e não quero, Maria, que você te intimide. Eu acho que se tem que falar a verdade. Ninguém está aqui... Eu nunca fui de esconder as coisas. Como está a situação da médica, do médico, médica, não sei que é que tem lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Identifique-se, só o nome diretora, só fala o nome.

A SRA. MARIA CONCEIÇÃO ORIHUELA - Maria Conceição. Sou gerente do presídio feminino. Nós temos uma médica voluntária que atende uma vez por semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Uma vez por semana, mas é voluntária?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO ORIHUELA - Ela é voluntária. Mas, assim, existe o atendimento no Sistema Único de Saúde. Elas são encaminhadas aos postos, sempre que há necessidade, à emergência dos hospitais. Elas são atendidas. Eu não tenho uma médica que permaneça na unidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Outra reclamação que nós ouvimos lá é do atendimento odontológico. As presas nos informaram que o atendimento odontológico é feito por um dentista, um odontólogo, lá, do presídio masculino e que alguns tratamentos são pagos, o dentista só faz se for remunerado pelas presas. O senhor tem conhecimento dessa informação?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Eu tive conhecimento quando alguns dos Srs. Deputados me... Não, foi a imprensa que me manifestou. Aí, eu conversei, inclusive... Eu gostaria que você...



A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO ORIHUELA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A diretora podia confirmar isso para a gente?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO ORIHUELA - Olha, o que eu confirmo é que, de vez em quando, o dentista vai com o memorando da presa autorizando a retirada de dinheiro. Agora, quais procedimentos, se ele cobra ou não cobra, não sei. Possivelmente, ele cobra alguma coisa, porque elas pagam a ele. Há um repasse de dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, a senhora é testemunha de que, de vez em quando, o dentista faz um memorando...

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO ORIHUELA - Há um repasse de dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... para as presas fazerem um repasse de dinheiro para ele?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO ORIHUELA - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Correto.

O SR. ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS - Boa-tarde. Meu nome é Ernani Matos, sou o Diretor-Geral da Secretaria de Justiça, ou seja, o Adjunto do Dr. Justiniano. O que acontece na parte dentária dentro do sistema é o seguinte. O contato que é feito com dentistas que prestam serviço dentro do sistema tem por obrigação fazer 5 procedimentos, que, se não me engano, são extração, obturação, restauração, tratamento de canal e profilaxia. O restante dos outros procedimentos, ou seja, se tem algum detento que quer colocar, trocar, botar um pivô ou fazer qualquer outro fora desses 5, o Estado, pelo seu contrato, e não quer dizer que com isso... mas ele não pode, não pode fazer com ônus para o Estado. Se há um acerto entre o detento e o dentista fora dos 5 procedimentos, aí, é outra situação. Agora, dentro desses 5, ninguém paga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A informação que nós temos lá do presídio é de que a única coisa que é de graça é dente arrancado errado pelo dentista.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Que é o que, Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dente arrancado errado. O senhor vai com a dor num dente, ele arranca outro. Essa é a informação das presas, lá, que a diretora estava presente e confirmou. Que, às vezes, vai para fazer o tratamento de um dente, ele faz de outro, que até limpeza, a limpeza é paga pelas detentas. E se não pagar, ele não faz. Essa a informação que nos foi passada.

O SR. ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS - É, isso realmente eu não tenho, não tenho conhecimento. Eu sei que o dentista que presta serviço na penitenciária da Capital...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu pergunto: o dentista é contratado ou ele é efetivo do Estado?

O SR. ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS - Nós temos um grande problema nessa área. É o seguinte: o piso salarial feito pelo Conselho Regional de Odontologia, no Estado, não tem nenhum dentista que queira trabalhar no sistema pelo piso que é estipulado pelo Conselho Regional de Odontologia. Eu estive numa reunião com o Presidente do Conselho e ele, inclusive, disse-me o seguinte: "*O próximo concurso que o Estado for fazer para contratar dentistas para o sistema prisional ou para qualquer outra situação vai dar vazio*". Porque a instrução do Conselho Regional é para que ninguém participe, pelo valor...

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Inclusive, a questão, lá, em São Pedro de Alcântara, que nós já estamos no oitavo chamando e não quer assumir.

O SR. ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS - Exatamente. Nós já chamamos o oitavo classificado e ele ainda não assumiu o cargo da classificação dele. Então, não é... A mesma coisa acontece com o médico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas esse dentista que atende lá, ele é efetivo ou ele é terceirizado?

O SR. ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS - O dentista que atende na unidade prisional, ali, da penitenciária é efetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, se ele é efetivo, ele é um funcionário público, ele presta serviço lá...

O SR. ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS - Exato.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Um funcionário público pode cobrar serviço?

O SR. ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS - Não. Dentro dos 5 procedimentos. Conforme o contrato, o que ele foi feito no edital, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu acredito o seguinte: o tratamento que ele realizar fora dessa tabela no consultório dele, particular, acredito que tem de ser remunerado.

O SR. ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS - Não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agora, se ele está usando o espaço do Estado, os equipamentos do Estado, o horário de serviço dele que ele está prestando para o Estado e, além dos preços que ele cobra do Estado, se ele está cobrando por procedimento que ele faz dentro da carga horária do espaço, acredito que ele está de forma irregular. Eu queria...

O SR. ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS - Ah, mas veja bem, veja bem, Deputado. Ele, ele, pelo contrato dele, ele não tem obrigação nenhuma, por exemplo, de colocar um pivô.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas nós não estamos falando...

O SR. ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS - Aí, ele tem... A obrigação que está no contrato de trabalho dele, conforme o edital de que ele participou e que é feito até hoje na Secretaria de Segurança Pública no Estado inteiro, são os 5 procedimentos. Dentro dos 5...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, quais são os 5 procedimentos?

O SR. ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS - É a profilaxia, a obturação, a restauração, a extração e, se não me engano, é o tratamento de canal. Não tenho certeza. Teria de verificar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS - Eu não sei. Aí, eu não posso confirmar se é tratamento de canal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu só queria... Eu só estou trazendo essa informação ao Secretário...



O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Não, nós vamos averiguar.

O SR. ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS - Com certeza, vai ser averiguado.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Está determinada a averiguação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... para que possa rever, Secretário, fazer uma análise desse contrato. Acho que tem alguns serviços que poderiam até ser consultados à diretora. *“Olha, o serviço aqui mais cobrado é o de limpeza, porque normalmente as detentas ficam ali, muitas vêm de locais que, às vezes, não têm uma escovação boa”*. Talvez, a limpeza seria até uma forma preventiva de se evitar outros.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Não, mas a limpeza é a profilaxia, né?

O SR. ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois é. E a limpeza, a limpeza, as detentas dizem...

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Mas essa não é cobrada!

O SR. ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... há denúncia lá de que a limpeza é cobrada.

O SR. ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS - Mas, com certeza, vai ser averiguado. Eu só quis fazer o esclarecimento a nível de contrato.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - É, vai ser averiguado. Pode ficar tranquilo porque vai ser averiguado.

O SR. ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS - Não vou lhe... Não estou lhe confirmando aqui se é feito ou não.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Anote isso para nós averiguarmos.

O SR. ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS - Eu só estou lhe... A parte administrativa de contrato é essa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor há de convir com a gente que não fica bem para o sistema...

O SR. ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... um dentista fazer um memorando para a diretora do presídio, para a diretora...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A presa faz um memorando para entregar a um funcionário público. Esse procedimento não é um procedimento adequado para o sistema. Então...

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Concordo. Concordo com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, para o bem de todos e para a transparência total do sistema, seria importante que essas ações fossem evitadas.

O SR. ERNANI ROGÉRIO SEIFFERT DE MATOS - Com certeza.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Com certeza serão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, agora, não. Deixe o Secretário terminar. Fiz uma interpelação a ele e ele tem a palavra para... Depois eu posso conceder a palavra, Deputado.

O SR. HUDSON QUEIROZ - Deputado, só para esclarecer essa questão de dentista e informar aos senhores que, em outubro do ano passado, a gerente da unidade encaminhou ao DEAP um relatório sobre essa situação, inclusive, com ouvida das testemunhas, no caso, as presas, e já está sendo apurado através de procedimento investigativo pela nossa gerência judiciária. Era esse o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Presidente, solicito só um minuto. O Deputado Elizeu Mattos tem de se retirar, tem uma sessão solene, agora, em homenagem ao Beto Carrero. Então, ele está pedindo autorização para nós.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós, agradecemos, Deputado, pela presença e participação.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Valeu, Deputado. Obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Secretário está com a palavra.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Tá, eu já vou encerrar, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o Relator poderá...

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Interpelá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... interpelá-lo logo em seguida.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Com certeza. Eu só quero aqui... Houve uma acusação... Pena que a pessoa acusa e, aí, sai! Aí, fica difícil.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - É, mas foi ao banheiro e ficou no banheiro. Mas é verdade!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas, todas... Pode fazer a defesa, Secretário, porque vai ficar gravado e taquigrafado, é só enviar, depois, para...

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Não, não é defesa, é uma constatação! É uma constatação. Dizer como foi dito aqui: "*Não, não participam de nada*". Quando eu, eu sou convidado, desde que eu tenha possibilidade, eu participo. Já fui ao Conselho, à Comissão de Assuntos Penitenciários da OAB, logo que eu assumi. O Diretor do DEAP já esteve na Comissão de Assuntos Penitenciários. Sou membro do Conselho Penitenciário, participo toda segunda-feira de reunião do Conselho Penitenciário, estive no seminário — o Luiz Carlos é testemunha disso — onde eu sabia que eu ia ser fortemente — o Desembargador Sabino estava lá também —, que eu ia ser fortemente acusado. Não me escondo! Acho que não podemos enfiar a cabeça



embaixo da terra e fingir que o problema não existe. Eu estou aqui para realmente mostrar. Então... Mas eu queria fazer essa retificação ao representante da OAB, aqui, no sentido de dizer que *“não vão, nem que seja...”* Eu vou, quando eu sei que me convidam! Claro que não posso ir a todas as coisas que a gente é convidado. Tenho constantemente visitado o Ministério Público, o Judiciário e o Ministério Público, o Dr. Júlio é testemunha disso, o Dr. Júlio é testemunha. Não me omito nessas questões. Quando a imprensa quer fazer, mesmo que eu saiba que vou ser duramente atacado, estou presente para também fazer ver à população que não é tudo isso que pintam por aí. Presidente, obrigado por essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Relator com a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, vou ser bem breve, vou fazer perguntas bem objetivas. Perguntaria ao Secretário...

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Só um minutinho. Hudson, faz um favor, onde estão os dados técnicos, Hudson, aqui?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Perguntar ao senhor que tipo de doenças, qual é o percentual de doenças incidentes no sistema?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Olha, eu acho que as doenças, o Ernani é que está mais acompanhando a questão da saúde, temos o HIV, temos tuberculose. É um fato. Agora, em percentual, assim, eu não sei exatamente lhe dizer.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem havido alguma morte em virtude desses tipos de doenças?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Tivemos...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - No ano passado, quantas mortes ocorreram, no sistema, por doenças, homicídios, suicídios no interior do sistema?

(Não identificado) - Em todo o sistema, eu não vou ter esse dado.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Mas nós podemos levantar, Deputado. Se o senhor... Nós podemos anotar. Se o senhor quiser eu me comprometo a levantar esses dados, porque eu não sabia que nós íamos entrar nesses detalhes todos, assim. Mas eu me comprometo a levantar esses dados e enviar à CPI.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Essas perguntas aparentemente são bastante simples, mas elas são muito importantes, porque um dos problemas que já detectamos é a falta de estatística segura no sistema carcerário.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - É um fato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Na medida em que o Estado brasileiro não tem estatística do sistema, fica impossibilitado de ter políticas públicas também seguras. Já ouvimos de autoridades do DEPEN que cerca de 30% dos presos no Brasil estão acometidos de AIDS. Já ouvimos que são 10%. Portanto, esses números são importantes, porque nós temos de encontrar uma forma de se ter dados concretos. Ontem, ouvimos, em Brasília, um juiz que está trabalhando uma lei de 2006 que obriga ao sistema estar informatizado. Ou seja, se não temos o número dos presos que estão à disposição do Estado, imaginem aqueles que cometeram delitos, que tiveram ocorrência, inquérito, processo etc.!

Perguntaria ao senhor: qual é a reincidência aqui no Estado, o percentual?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Esse é o mesmo dado que vão lhe dizer do número de doenças. Eu só quero lhe dizer, Deputado, que nós, aqui, no Estado, estamos terminando agora, faltam, acho, que 2 unidades prisionais, 1 unidade prisional, para nós estarmos totalmente ligados ao INFOPEN.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual o percentual de presos que trabalham, em que trabalham e baseado em que se estabeleceu esse tipo de trabalho?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Exatamente. Exatamente, é isso! São todos esses dados são, como o senhor disse: é 30, é 10, é 20, é 100? A verdade é essa! Isso é, um cai... É uma questão que eu acho que agora, com a instalação do INFOPEN, e que realmente a gente qualifica, já fizemos qualificações com alguns servidores, nós vamos ter esses dados exatos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O representante da OAB fez uma colocação sobre a questão do pecúlio do preso, a poupança do preso. O senhor sabe quantos presos têm algum tipo de poupança? Como é que é feita a prestação de contas disso para os presos?



O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Os presos que trabalham têm, nas penitenciárias, todos têm o pecúlio, vai para o pecúlio o seu... E somente sai por autorização do preso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem algum extrato periódico para eles?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Ah, deve ter, com certeza!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Todos eles recebem?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Diga-me outra coisa sobre os procedimentos disciplinares. O senhor tem informação, durante o ano passado, de quantos procedimentos disciplinares...

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Nós vamos fazer, eu não sei se o senhor, já havia me sido perguntado, acho que o senhor não estava aqui, acho que foi o Presidente que me solicitou ou o Deputado Busato que solicitou. A questão disciplinar, nós ficamos de levantar, não sei de cabeça, não vou lhe dizer o número, porque, senão, vou dizer a mesma coisa: é 10, é 30, é 40. Mas eu me comprometo a levantar e passar para a CPI. Essas coisas todas nós vamos anotando. Ou se os senhores... Até porque, porque eu acho que é mais fácil se os senhores me oficiarem, porque está sendo gravado, aí, porque alguma coisa vai passar, acaba passando e a gente não... Mas eu me comprometo a fazer esse levantamento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem o número sobre a quantidade de escoltas durante o ano, tanto para audiência quanto para atendimento médico, e quanto isso custa para o Estado?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Não tenho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Também não tem quantas escoltas foram feitas, a audiência não ocorreu, também o sistema...?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Não, não tenho, não tenho.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E me fale sobre. Tem alguma notícia de advogados que tentaram ingressar ou facilitar celulares, armas, drogas, no interior?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Tem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor podia falar no microfone e identificar?

O SR. KLEBER GOEDE - Meu nome é Kleber Goede, sou agente prisional. Bom, quanto a essa situação de advogados ingressando no sistema com produtos que seriam proibidos dentro da unidade prisional, um caso bem típico ficou de uma advogada, no presídio de Itajaí, a qual não recebeu a revista, só foi perguntado a ela o que tinha. Passou pelo detector de metais. Dentro do seu próprio sutiã! Ela passou pelo parlatório — aquilo que o representante da OAB ligado aos direitos humanos disse que fica inviável de sentar ou coisa desse tipo. Ela ficou num local próprio, onde ela e o detento estavam conversando sobre o processo. Aí ela retirou o celular e passou ao detento esse celular. *A posteriori*, foi verificada essa situação. Isso foi questionado a ela. Ela negou. Quando o detento estava saindo do atendimento, foi feita uma revista pessoal nele e encontrado o celular, que ainda tinha algumas ligações que falavam dela.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Como é o nome da advogada? Você sabe?

O SR. KLEBER GOEDE - Dra. Ana Cristina.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ana Cristina. Você sabe se a OAB... Foi feita alguma representação à OAB?

O SR. KLEBER GOEDE - Foi. Na época, isso foi levado ao conhecimento do Juiz de Execução de Itajaí. E foi feita essa comunicação para que ele a fizesse junto à OAB.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Além desse caso, tem outros casos de envolvimento de advogados?

O SR. KLEBER GOEDE - Temos mais alguns casos, sim, mas que eu não vou... Não são tão comuns assim. Mas tem outros casos, sim.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Vocês têm dados de quantos celulares foram apreendidos, ano passado, em todo o sistema?

O SR. KLEBER GOEDE - Não, nós não temos. Sabemos que existe um número considerável. Hoje a gente pode dizer que, das unidades de Santa Catarina, na Penitenciária de São Pedro de Alcântara, por não pegar celular... lá nunca foi apreendido celular. O único celular que foi apreendido lá era um celular quebrado, praticamente inutilizado — certo? E, na unidade de Jaraguá do Sul, também, onde não se pega telefone celular. Nas outras onde pegam, nós temos apreendidos, sim, celulares, porque fazemos, com certa freqüência, revistas nesses estabelecimentos, onde nós buscamos esses equipamentos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E armas e drogas?

O SR. KLEBER GOEDE - Drogas... O que é mais visível nessas revistas sempre é a maconha, não é? Não em grandes quantidades. O que nós pegamos em grande quantidade foi de um agente prisional. E aí quando se diz que tudo se cobra e que todos agentes são corruptos, ou seja lá o que for, eu gostaria de deixar claro que em Santa Catarina uma coisa a que tem se dado bastante ênfase é, que se tiver ser da própria carne, assim será feito. Tanto é que esse agente prisional foi preso, tentando adentrar a unidade de São Pedro de Alcântara com uma quantidade próxima de 1 quilo de maconha. Mas ele foi pego antes da entrada.

O SR. JUSTINIANO PEDROSO - Era maconha ou era cocaína?

O SR. KLEBER GOEDE - Maconha.

O SR. JUSTINIANO PEDROSO - Maconha?

O SR. KLEBER GOEDE - Maconha.

O SR. JUSTINIANO PEDROSO - Foi detectado pela Inteligência do sistema prisional...

O SR. KLEBER GOEDE - Isso.

O SR. DEPUTADO JUSTINIANO PEDROSO - ...que comunicou à Polícia...

O SR. KLEBER GOEDE - Isso.

O SR. DEPUTADO JUSTINIANO PEDROSO - ...que fez a investigação.

O SR. KLEBER GOEDE - E que hoje me espanta muito ele estar na rua. Ele está respondendo em liberdade.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantos agentes respondem a processo disciplinar ou já foram excluídos por prática irregular?

O SR. KLEBER GOEDE - Olha, não tenho esse número, mas principalmente nessa nova administração a gente tem dado muito ênfase a essa cobrança. Não só com a escola penitenciária tentando qualificar ao máximo os agentes prisionais, mas como também verificando aqueles que já estão no sistema e tentando eliminar essas laranjas podres que estão junto de nós.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor é agente penitenciário?

O SR. KLEBER GOEDE - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Aqui há alguma presença de organizações criminosos, como as de São Paulo e do Paraná?

O SR. KLEBER GOEDE - Não. O que nós temos, sim, são grupos que tentam se organizar dentro das penitenciárias e dentro de cadeias públicas, tentando se organizar e, até de certa forma, intimidar os demais detentos; e até oferecendo, tentando se sobrepor a eles para obter algum tipo de vantagem. Agora, efetivamente, uma organização criminosa como as do Rio de Janeiro, o Comando Vermelho ou até mesmo PCC, desse porte nós não temos.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Eu gostaria até de complementar, caro Relator. Nessa semana passada, com a participação efetiva do Juiz de Execução e dos Juízes Federais, a Inteligência detectou a tentativa de formação — que eu jamais digo que é facção, porque não é; são alguns grupinhos que tentam se formar. Nós detectamos... O Juiz das Execuções Penais autorizou a transferência para os presídios de segurança máxima; os Juízes Federais, da mesma forma. E nós já transferimos 10 ou 12.

O SR. KLEBER GOEDE - São 10 mais 2.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Dez?!

O SR. KLEBER GOEDE - É.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Faltam...

O SR. KLEBER GOEDE - São 10 com mais 2.



O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO -

Então faltam 2, que o Juiz Federal ainda não deferiu lá.

O SR. KLEBER GOEDE - Isso.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO -

Então é isso. Nós temos trabalhado muito. Não existe facção criminosa dentro das unidades prisionais do nosso Estado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sobre agentes penitenciários. Algum agente já foi morto? Tem agente ameaçado? Famílias ameaçadas? Tem agente que teve algum distúrbio psicológico, alcoolismo, separação por conta da função?

O SR. KLEBER GOEDE - Tem, tem essa situação. E eu até gostaria... É uma pena que o representante dos direitos humanos não esteja aqui, que ele tem uma grande preocupação com os detentos. Mas ninguém, em momento nenhum, fez menção à preocupação com o agente prisional. Eu digo isso porque eu sofri esse tipo de situação na própria carne. Eu estive numa rebelião e fui pego como refém. Eu até tomei uma facada. E, quando saí, a única coisa que eu escutei dos Direitos Humanos da OAB é que se tinha algum detento que havia sido machucado. *“Não, mas tem um agente prisional que eu acho que tomou uma facada.” “Bom, esse não me interessa; estou preocupado é com os presos.”* Isso ninguém está falando.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Eu estou falando.

O SR. KLEBER GOEDE - Não, desculpa. Com exceção do senhor. Mas ninguém está falando! *(Risos.)* E é uma pena que o representante da OAB não esteja aí para ouvir, porque nem um copo de água... Por dizer assim: *“Olha, meu amigo! Queres um copo de água?”* Nem isso! *(Risos.)* Nós tivemos, há pouco, um motim no Presídio de Tubarão, onde 2 agentes prisionais ficaram reféns. Eu não vi nenhum membro dos Direitos Humanos preocupado como os agentes prisionais. Então, se direitos humanos existem...

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - É só com os presos, para ver se a polícia vai entrar, vai bater, o que é que vai fazer etc.



O SR. KLEBER GOEDE - Se Direitos Humanos existem, existem somente para o preso. Então fica aqui a minha indignação, mostrando que então o agente prisional ou o agente penitenciário — seja lá a denominação que é tida no restante do Brasil — não é ser humano, porque direito humano é só para o preso, até onde tenho visto — certo? E isso não é só aqui. Eu tenho certeza que isso tem acontecido nos outros Estados. Quanto à situação de se trabalhar no estresse do dia-a-dia, temos tido, sim, algumas vezes, problemas com agentes prisionais que se envolveram no alcoolismo. Isso tem sido combatido. A gente tem tentado verificar, para que ele não fique à margem, na dependência de uma situação de um detento, ou coisa desse tipo. E aí sim vem o grande pulo do gato do Secretário, quando ele criou... Porque só na gestão dele a gente viu a criação de um núcleo de apoio a esse funcionário, que está sob pressão 24 horas por dia. Porque ninguém é agente prisional somente no momento que está dentro da cadeia. Ele é 24 horas por dia agente prisional. As ameaças acontecem, sim, e acontecem 24 horas por dia. Isso a sociedade não está levando em consideração. Ela deveria estar preocupada com o detento, sim. São seres humanos. Mas, e aquele pessoal que está trabalhando lá? Quem é que está preocupado com ele? Quem é que está perguntando sobre ele? O que estão fazendo para ajudar esses funcionários? Essa preocupação eu realmente não vejo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria só registrar que esta Comissão investiga o sistema como um todo; que nós estamos preocupados com os presos, mas também preocupados com todos os agentes públicos que trabalham com os presos. E preocupados com a sociedade. Tanto que também nós estamos atentos com relação às vítimas daqueles que delinqüiram.

Portanto, respondendo até ao Secretário, a Comissão não está apenas observando a questão dos presos. Agora, é evidente que a prioridade é dos presos, compreendendo que tratar deles é tratar de nós. Portanto, a gente está tratando do sistema.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Eu, em momento algum, pensei diferente, caro Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Também queria, Secretário, só fazer justiça aqui. No início dos trabalhos, eu disse que a CPI tentou



entrar em contato com o Sindicato, com Associação dos Agentes Penitenciários do Estado, para que ele pudesse ter voz aqui na CPI. Mas que não foi localizado. Perguntei se existia algum agente ou representante do sindicato no plenário, para que pudesse se identificar e fazer uso da palavra, porque, em todas as reuniões que nós fazemos nos Estados, os agentes comunitários têm um representante para falar. E falam dos seus problemas, das mazelas.

E, como já disse — e o Deputado Domingos Dutra também; e nós vamos reafirmar —, esta CPI não foi criada para defender nem preso nem Governo; nós fomos criados para defender um sistema penitenciário que funcione: que funcione bem para o Estado, que funcione bem para a população, que funcione bem para a população carcerária.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Eu posso só complementar? Em nenhum momento eu disse que a CPI aqui está para defender preso. Em nenhum momento eu disse isso. Eu falei das entidades de direitos humanos que poucas vezes, ou nunca, nós vemos se levantarem para defender o agente prisional.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu perguntaria para o senhor, que é agente, como é que se dão as inspeções judiciais no sistema penitenciário? como é que elas ocorrem?

O SR. KLEBER GOEDE - As inspeções, com a participação dos Juizes de Execução e Promotores?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Com Juiz de Execução. Não aqui na capital, mas no Estado em si.

O SR. KLEBER GOEDE - Não, e até me espanta quando o membro da OAB diz que ele tem visto isso. Eu acho que ele não tem ido realmente, como ele disse, a outras unidades. Não é porque eu estou na presença do Dr. Júlio. Mas ele esteve há pouco tempo em São Pedro de Alcântara. Eu sei que ele está presente nas unidades nas quais ele responde pela execução penal, assim como o Dr. Thomas, em Blumenau. Eu tenho uma situação diferenciada. Ele sempre está presente lá. Em Joinville, inclusive, amanhã... Fomos chamados a Joinville. O Secretário, inclusive, vai a Joinville, porque o Juiz, Dr. Davidson, juntamente com a Promotora, estarão presentes nas unidades. Há preocupação com as 2 unidades. Então, admira-me



muito... Ou melhor dizendo, eu até acredito que realmente ele não esteja indo às unidades, porque eu vejo, sim, a participação tanto do Judiciário quanto do Ministério Público, e não somente nas inspeções, mas para tentar resolver esse problema.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Os presos são retirados da cela para que o juiz possa verificar o que há ali dentro?

O SR. KLEBER GOEDE - Deputado, só para o senhor ter uma idéia, em Blumenau o juiz fica à vontade para entrar em qualquer local do presídio. Ele determina aonde quer ir e com quem ele quer falar, se na presença de agente prisional ou não. E não acho que seja diferente em nenhuma outra unidade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nessas inspeções o juiz vai só ou vai acompanhado com alguma entidade?

O SR. KLEBER GOEDE - Às vezes... Vai geralmente ele e o Ministério Público, mas, às vezes, algumas entidades estão presentes sim. Eu poderia até citar Blumenau, que foi bem marcante para mim, porque eu estive como gerente da unidade. A OAB participa com muita freqüência dessas inspeções.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Em todas as unidades tem um livro onde o Ministério Público assina?

O SR. KLEBER GOEDE - Sim, sim. Tem um registro das autoridades que adentram a unidade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria fazer mais 2 perguntas ao Secretário e, se possível, gostaria de ver o livro de presença da penitenciária que visitamos hoje para constatar as inspeções e as visitas do Ministério público. Eu queria perguntar para o secretário. Nós já andamos em 15 Estados. Esse é o 16º e foi o único lugar em que vimos cachorros auxiliando a força pública. Eu perguntaria ao senhor: quantos presídios, quantas unidades têm cachorros auxiliando a vigilância externa de guarda? e qual é o tipo de raça, qual é o custo? quantos soldados da Polícia Militar são dispensados pelo uso da guarda canina?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Deputado, sobre essas questões operacionais eu me permito... Eu sou o institucional da coisa. Essa questões operacionais eu vou passar para os operacionais. Eu não tenho esses dados operacionais.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você sabe informar quantos cachorros tem ali? Se é só na...

O SR. KLEBER GOEDE - Quantos cachorros?! A gente tem em algumas unidades; não são todas as 36 que utilizam os cachorros. Nós temos — o senhor viu hoje na penitenciária da capital, onde eles ficam ali fazendo a guarda. Nós temos no Presídio de Joinvile, nós temos muito efetivamente a utilização deles no Presídio de Blumenau. As raças principalmente trabalhadas são o Pastor Alemão, o Rottweiler, alguns Pitbull — mas não são todos assim — e alguns Filas Brasileiros. O custo deles geralmente... É que esses animais chegaram até o presídio pela própria Polícia Militar, ou pelos agentes prisionais que os trouxeram para auxiliar. Eu não tenho um custo específico, até porque, muitas das vezes, eles são utilizados pelos próprios agentes e alimentados, algumas das vezes, pelos agentes e outras pessoas, com o auxílio do Estado. A vacinação deles, esta sim, é sempre acertada com as prefeituras.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Esses animais, eles têm uma empresa que fornece, ou o Estado compra os filhotes e cria?

O SR. KLEBER GOEDE - Não, geralmente... Vou exemplificar. São Pedro de Alcântara ganhou alguns filhotes do Presídio de Blumenau. Depois do Presídio de Blumenau, Tubarão também. Lá nós temos um agente que é criador de cachorros e ele forneceu; e assim a gente vai conseguindo os animais. A Polícia Militar, às vezes, auxilia também com alguns animais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Essa é uma política da Secretaria?

O SR. KLEBER GOEDE - Não, não é uma política da Secretaria.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É de cada diretor?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Como?

O SR. KLEBER GOEDE - Isso. Enaltecendo aquilo que vocês falaram, é questão de gestão. Nós tentamos melhorar a segurança dessa forma.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Uma das questões mais importantes que eu acho que foram colocadas, e nós temos discutido muito isso aqui, é a padronização. E acho que a CPI pode ser muito importante nesta questão: a padronização de procedimentos. Hoje nós temos que



ser francos. E acredito que no Brasil inteiro seja assim. A questão de cada diretor administrar da sua maneira. Isso é um fato que eu acredito que não seja só de Santa Catarina. Inclusive, essa questão do Ministério Público, essa cartilha... Não sei quem é que a mencionou. Eu não conheço essa cartilha de procedimentos. Perguntei para o Dr. Juiz das Execuções e ele me disse que também não conhece aquela cartilha de procedimentos do Ministério Público. Eu também não conheço. Sinceramente, não conheço. Acho que isso é uma coisa importante. Nós, inclusive, meu caro relator, agora neste mês, queremos reunir todos os nossos administradores das unidades prisionais onde nós vamos discutir procedimentos. Nós vamos fazer isso. E até, Dr. Júlio, aqui publicamente, eu ia lhe convidar. Vou convidar oficialmente. Mas gostaríamos que o senhor desse a abertura, falasse sobre a LEP, dias 17 e 18 de abril. Vai ser em Laguna. Estamos reservando um hotel para levarmos os administradores das nossas unidades prisionais, e um dos assuntos a serem discutidos será a padronização. Eu até, meu caro Relator, se o senhor me permitir, se V.Exas. tiverem já alguma coisa em mente, que pudessem nos remeter antes dessa data, que acho que nos serviria em muito para essa discussão agora nos dias 17 e 18.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Estou perguntando mais porque é algo diferente e queremos explorar para saber se isso é mais útil, se é mais eficiente. Há quanto tempo são utilizados cães como auxílio da Polícia Militar?

O SR. KLEBER GOEDE - Em algumas unidades, há mais de 10 anos. É importante que se diga que eles não são utilizados para a guarda como uma forma agressiva ao detento. É, simplesmente, que eles são utilizados muito mais para alarmar numa situação de fuga.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A alimentação é o Estado que compra, ou cada agente?

O SR. KLEBER GOEDE - Não, geralmente vai depender de unidade para unidade. Em algumas unidades são os agentes, em outras, através de convênio, como eu disse, no caso da vacinação. E a gente obtém algum tipo de alimentação também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Já houve algum acidente envolvendo ou o agente ou os presos com os cães?



O SR. KLEBER GOEDE - Os cães, quando são utilizados pelo policiamento, ao adentrarem a unidade — e aí não são os cães da unidade — podem sim, numa ação, morderem um detento. Os animais do próprio presídio são, como eu disse, utilizados para alarmar — e tanto isso é verdade que, muitas das vezes, nós temos um problema: quem acaba alimentando os cães ganha uma regalia, fica mais amigo dos cães do que o agente prisional.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Vocês não têm comparativo entre estabelecimentos que não usam os cães com os que usam? O que isso traz de economia, de segurança para os estabelecimentos?

O SR. KLEBER GOEDE - Olha, na questão de economia, eu não teria esse parâmetro. Eu teria a afirmar somente que eles auxiliam porque uma área que ficaria policiada pela Polícia Militar, que faz a guarda externa, ela teria que circular mais vezes ali. Aí ela fica mais tranqüila porque sabe que, ao ter o cachorro ali, ele pode alarmar uma situação de fuga.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, vou fazer só mais uma pergunta para o Secretário.

O senhor fez menção à venda de sentença, e um juiz foi investigado. O senhor poderia esclarecer isso melhor?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Foi agora, saiu na imprensa toda. Antônio Rocha Mattos. Agora transitou em julgado. Um juiz federal, aquele caso... Isso é público.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ah! do Rocha Mattos... Então não foi um caso local?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Não, absolutamente. Eu só quis fazer um comparativo de que pode existir corrupção no sistema prisional como pode existir em qualquer área.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria perguntar ao Secretário que sugestões o senhor tem para se melhorar o sistema? Já que o senhor vive o dia-a-dia, há mais de ano, já deve ter acumulado uma certa experiência, vivido problemas.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Eu não tenho muita experiência; estou há menos de 1 ano no sistema prisional. A minha



experiência como advogado. Atuei muito no processo criminal. Então tenho essa certa experiência, e acho que isso é um estudo que nós estamos fazendo... Eu... Na minha opinião, a primeira coisa é qualificar o servidor do sistema prisional. Eu acho que nós estamos fazendo isso agora. E realmente qualificar; não fazer um cursinho “walitta”, de uma semana, e já botar o cara lá para trabalhar. Nós não chegamos no ideal ainda da escola penitenciária, mas nós vamos chegar lá um dia. Eu entendo que essa seja uma das principais questões. Acho, sei que isso é difícil... Há a questão do salário. Mas o servidor do sistema prisional, até pela facilidade... E é claro que isso vai do caráter de cada um. Tem gente que ganha 400 reais e, como já quantas vezes vimos, acha dentro do aeroporto 10, 20 mil dólares, vai e devolve para o dono. Mas é um incentivo até se o salário for baixo, é um incentivo se o salário for baixo. Então, eu vejo assim, como um primeiro ponto, a qualificação profissional. O segundo ponto é questão de vaga; só que isso é uma questão difícil de ser resolvida. Outra questão que eu acho impossível: muitos juizes não dão penas alternativas porque sabem que elas acabarão não sendo cumpridas. Aí determinam penas privativas, o que ajuda a lotar as carceragens do País. Efetivamente, nós criamos medidas, em parceria com o Ministério Público, com o Judiciário, com o Poder Executivo, e acompanhamento de penas alternativas. Isso vai incentivar o Judiciário, que também, em vez de mandar o cara para a cadeia, dê penas alternativas para ele, porque ele sabe que as penas serão cumpridas. São algumas idéias, porque eu acho que todos nós... Acho que os senhores têm muito mais sugestões a nos dar do que nós darmos aos senhores. Estão percorrendo o País todo, recolhendo sugestões nesse sentido.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Secretário, quantos mandados de prisão têm aqui no Estado de Santa Catarina a cumprir?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Isso, meu caro Deputado, eu vou dizer que pode ser 5, 8, 7, 2... Fica como... Na verdade nós não temos esse controle. Existem alguns mandados de prisões em que, muitas vezes, o crime está prescrito e o mandado ficou no Judiciário. Na verdade nós não temos. Quanto nós... Eu, ainda ontem, conversava... E gostaria de estender isso — o Desembargador não está mais, o Desembargador (*ininteligível*) — ao Ministério Público. para nós vermos a possibilidade... Ontem eu conversava isso



com o Ministério Público, gostaria de estender ao Judiciário: que, assim que nós tivermos instalado o INFOPEN, para que nós possamos fazer um convênio — as polícias, o sistema prisional, o Ministério Público e o Poder Judiciário —, para que todos nós, integrados... Porque aí nós vamos ter dados reais. Acho que isso é uma questão fundamental. Ontem eu me propus, com o Dr. Gercino, que é o Procurador-Geral de Justiça, que a gente possa... Claro que é uma questão técnica, que vai ter que... O pessoal que lida com computação é que vai ter que ver como fazer tecnicamente.

O SR. SAMIR OSEAS SAAD - Sobre o mandado de prisão, a gente que está na Corregedoria-Geral recebe muitas e muitas reclamações, representações até de familiares de presos. Agora recentemente até houve um caso do Paraná. O Paraná expediu um mandado de prisão. Suspeitava que a pessoa que devia ser presa estaria em Santa Catarina, como foi localizada e presa. Só que, quando a pessoa foi presa lá na cidade de Joinville e foi levada, conseqüentemente, ao presídio de Joinville, e até que o juiz fez um ofício, esse ofício chegou lá na cidade de Cascavel, no Paraná, até que chegou esse ofício na mão do juiz, eu acho que se passaram mais de 35 dias ou 40 dias. A pessoa ficou presa. Aí o juiz faz um ofício para nós, dizendo que o acusado, antes de ter sido preso em Santa Catarina, já tinha retornado ao Paraná, já tinha comparecido perante ele, juiz, já tinha sido interrogado e que ele tinha revogado o mandado de prisão. Só que aqui nós não sabíamos disso. E isso ocorre dentro do nosso próprio Estado. Por quê? Eu fui juiz de vara criminal por 6 anos. Decretava uma prisão preventiva. O que o senhor faz? O senhor expede um mandado de prisão para a POLINTER. A POLINTER distribui para o Estado inteiro. Aí, o cidadão é preso lá em Chapecó, daqui a 800 quilômetros. Aí, até que a polícia consiga nos trazer esse cidadão para cá... De repente ele vem aqui, eu o interrogo e concedo a liberdade. Ele, amanhã, sai e vai a Joinville. Chega lá, o mandado de prisão está em aberto, apesar de a gente fazer um ofício para a POLINTER, dizendo que o mandado está sem efeito, que seja recolhido. Mas ele está espalhado no Estado todo. Não existe uma comunicação integrada, e isso aí dificulta. Uma outra coisa que eu queria dizer ao Deputado — eu estava ali e escutei — é sobre a visita aos presídios. Nós, na Corregedoria, cobramos de todos os juizes que têm cadeia e presídio a visita — antes era trimestral, hoje é mensal —, com



relatório feito através da Intranet, porque o nosso sistema está interligado no Estado inteiro, nas cento e tantas comarcas que temos no Estado. Eles fazem pelo sistema, e nós ali já imprimimos. E estamos comunicando isso ao Conselho Nacional de Justiça. O Conselho está nos cobrando isto: a quantidade de cela, a quantidade de preso, o número de... se tem chuveiro, se tem bacio, se é aquele outro sistema de bacio, se tem cela para presídio para pessoas femininas ou só masculinas. Isso... Esse relatório está sendo enviado... encaminhado por nós à Corregedoria e ao Conselho Nacional de Justiça. E hoje a visita é mensal. Nós... Como decerto em outros Estados que os senhores constataram, nós, aqui na Capital, temos uma vara específica de execução penal, que abrange aqui o presídio de São Pedro de Alcântara, que é numa outra comarca, mas é de responsabilidade do Dr. Júlio aqui, que ficou... Nós chamamos de Vara Regional. E, nas demais cidades onde nós temos presídios e penitenciárias, é um juiz que responde por uma unidade criminal, acumulando a execução penal. Por exemplo, em Chapecó, nós temos uma penitenciária, nós não temos um juiz de varas de execuções penais. Lá nós temos a 3ª Vara Criminal, onde o juiz atende os crimes de menor potencial ofensivo e a execução penal. Em Joinville é a mesma situação e em Curitiba também, que é onde nós temos penitenciária. E, onde temos presídios, é o juiz da vara ou da unidade da comarca que atende as execuções penais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Essa questão... Em todos os lugares que nós vamos os presos sempre dizem que os juizes não visitam, e o Ministério Público também. Eu tenho perguntado por que, em alguns lugares, e bem poucos, o juiz, ao fazer inspeção, não vai só. Ele convida o Conselho Regional de Medicina, convida a Vigilância Sanitária, o CREA, a OAB; manda tirar os presos da cela; vai em horário sem avisar; manda os presos saírem da cela; e lá ele vai na cela e vê tudo. Eu considero que essa é a inspeção verdadeira.

E também, além das declarações, pegamos aqui alguns exemplos. Nós temos aqui um caso, que pode ser confirmado, da Sra. Gigiane da Silva Ignácio. Ela está presa há 9 meses — art. 155 — por furtar peça de roupa. Reclama que não tem defensor até o momento. Já foi 2 vezes à audiência. Não tem a audiência, porque é o advogado dativo. O advogado dativo alega que tem outro processo. Portanto, ela volta.



Nós temos aqui outro caso, da Ana Cláudia Marrom, que está há 3 meses presa por furtar brinquedos, xampu.

Portanto, há um descompasso entre aquilo que o juiz diz, que faz as inspeções, com as reclamações, que são generalizadas. Nós listamos aqui, nessas visitas, que são bem rápidas, bem apressadas, mas o advogado vai pegando esses casos mais exemplares. Depois eu vou passar para o juiz, para confirmar, porque não damos crença a tudo o que é dito, mas também não dá para descrever só pelo simples fato de ele estar preso.

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Veja bem, Deputado, até é bom, é interessante. Um dos presos, hoje, falou que não tinha PEC, não tinha nem processo. A gente puxou no sistema, ele tinha um roubo, um latrocínio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria só terminar aqui para passar para a Deputada Jusmari, para o Secretário. É evidente que quem trabalha no sistema quer que o sistema esteja menos abarrotado de gente, menos superlotado. Eu pergunto para o senhor: qual é a sua opinião sobre o trabalho da Defensoria Pública? Ela é eficiente? Ela é efetiva? Porque também é outra reclamação. E, aí, gostaríamos que fosse uma coisa bem real, porque nós estamos acompanhando lá a PEC dos defensores públicos. Sabemos que é um problema, mas a falta de uma defesa eficiente acaba levando à superlotação, com todas as suas conseqüências. Eu perguntaria ao senhor qual é a sua opinião sobre a Defensoria Pública.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Deputado, eu entendo — e depois vou lhe dar as razões — que Santa Catarina tem o melhor modelo de Defensoria Pública. Eu não sei os outros Estados. Eu não sei se todas as outras Unidades da Federação possuem uma Defensoria Pública formada. Mas essa forma, como é com a OAB, eu entendo que seja a melhor forma. E sou um defensor para que isso não mude. E eu já vou lhe dar alguns motivos. Nós temos comarcas pequenas, que têm lá, sei lá, 10 mil habitantes. Não vai colocar 2 defensores públicos nessa comarca. Defensores públicos de carreira, como existe em alguns Estados, equiparados, muitas vezes, até ao Ministério Público. O que acontece? Vamos dizer que tenha um crime em que as defesas sejam conflitantes.



O defensor público vai poder defender um réu. E o outro réu? Qual é o defensor público? Se fosse da forma... defensoria como instituição, quem iria defendê-lo? Não teria como. Mesmo em ações cíveis, uma separação judicial, em que as partes fossem hipossuficientes. Um vai ser o defensor de uma parte. E a outra parte? São alguns exemplos. Santa Catarina funciona como? Todos os advogados que têm interesse em participar são credenciados pela Ordem dos Advogados do Brasil. E eu digo com certeza absoluta, até pelo enorme número de faculdades de Direito, que todas as comarcas têm mais de 2 advogados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A última pergunta.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO -

Então, nesse sentido, eu só queria... E aí o que acontece? O Governo do Estado repassa à OAB... E agora houve muito atraso, mas hoje está se normalizando essa situação. Está se normalizando. Foi, agora, assinada uma lei, inclusive, que destina... não me lembro exatamente a percentagem, para o pagamento... E o juiz fixa... O juiz tem a tabela. Em cima da tabela da Ordem dos Advogados, ele fixa um percentual daquela tabela pelo ato processual realizado pelo advogado ou pelo acompanhamento do processo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu volto *a posteriori*, Sr. Presidente.

Concedo a palavra à Deputada Jusmari. Depois farei mais 3 perguntas.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Eu quero, antes de fazer a pergunta ao Secretário, Sr. Relator, colocar, mais uma vez, o que os outros Deputados colocaram aqui. Esta CPI não foi criada direcionada para nenhum Estado, muito menos para o Estado de Santa Catarina. Ela não foi criada para averiguar a atuação de nenhum Governo, do partido "a" ou "b". E nós, que somos Deputados, políticos, sabemos que nenhum Governo, em 4 anos, muda qualquer situação definitivamente, muito menos a da questão do sistema penitenciário brasileiro, que é um passivo herdado de muitos e muitos anos de descaso.

Então, eu gostaria que, ao colocar as perguntas aqui, o Secretário não se sentisse que essa pergunta fosse uma ofensa a S.Sa.

Eu queria, primeiramente, perguntar ao Secretário o seguinte: quanto por cento da população carcerária do Estado está participando de algum programa ou



de alguma ação de ressocialização? Capacitação profissional, educação, qualquer tipo de ação para a ressocialização do indivíduo preso.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO -

Essas perguntas técnicas, eu tenho... Deputada, eu já pedi que a Assessoria permanecesse aqui justamente para que eu pudesse pegar esses dados.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Segundo: o Estado de Santa Catarina tem um programa de acompanhamento de reinclusão do preso ao sair do sistema penitenciário, para reincluí-lo na comunidade, seja no mercado de trabalho, seja na área de educação, na reintegração social desse indivíduo?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Nós temos uma gerência de apoio ao egresso dentro do sistema, que ainda é incipiente. Essa é uma das metas importantes, até para que se evite a reincidência. O próprio Poder Judiciário... O Dr. Samir pode me ajudar. Funciona junto ao COPEN, também, uma... Não é Dr. Samir? O Poder Judiciário também funciona junto ao Conselho Penitenciário nessa área. E nós vamos procurar... Pode ter certeza, Deputada, esta é uma das minhas metas: nós procurarmos realmente fazer... não deixar só no papel, fazer com que se possa... Fizemos, há poucos dias, uma parceria com o CCAA. Vamos estar ministrando curso para 175 detentos — 7 cursos profissionalizantes. Eu tenho essa preocupação social também, Deputada. Não “eu tenho”; a Secretaria de Justiça e o Governo do Estado têm essa preocupação social.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Muito bem. Eu ia fazer uma pergunta, mas o Secretário já colocou mais ou menos. Vou fazer uma observação, então. Minha pergunta seria a seguinte; por que o Estado de Santa Catarina não tem Defensoria Pública? Eu gostaria de dizer ao Exmo. Sr. Secretário que, inclusive, isso é comentado em todo o País, em todos os Estados em que nós vamos. O Estado de Santa Catarina não tem Defensoria Pública.

E V.Sa. disse que existe um sistema que é feito com a OAB, que qualquer advogado que queira fazer a defesa de um indivíduo tem essa oportunidade, através da OAB, e depois recebe.

Cem por cento dos detentos que nós entrevistamos hoje, no presídio masculino, no presídio feminino, observaram o seguinte: não sabem do seu processo, ou não receberam sentença, ou... O Sr. Juiz colocou agora... Sabemos



que nisso há afirmações que não são corretas, mas 100% afirmaram isso. *“E quem é o seu advogado?” “Meu advogado, meu filho contratou, meu genro contratou, meu pai contratou, meu esposo contratou. Ele veio aqui uma vez e sumiu. Eu nunca mais o vi. Não o vejo há 8 meses. Não o vejo há 2 anos.”* Teve caso de a pessoa dizer: *“Eu o vi quando entrei aqui, há 3 anos, e nunca mais o vi”*.

Então, eu queria observar, porque certamente esse sistema é falho. E ele é um dos maiores problemas que nós encontramos aqui no presídio. E é um problema nacional a falta de atuação da Defensoria Pública. Eu gostaria de observar também que lamentamos ouvir de V.Sa. essa afirmação de que considera esse sistema implantado aqui no Estado um sistema eficiente. Não é o que nós constatamos no sistema carcerário.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO -
Doutora, posso só... Deputada, posso fazer um contraponto?

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Pode.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Eu não disse que ele é 100% eficiente. Até pode não ser 100%. Agora, na minha visão, ele é muito mais eficiente do que a Defensoria. E aquilo que eu coloquei: como é que, numa comarca de 10, 15 mil habitantes, o Estado vai ter no mínimo 2 defensores públicos? No mínimo. Não existe. Não tem como. E esses advogados recebem, não fazem gratuitamente. Eles recebem por aquilo que produzem. E existem muitos e muitos e muitos advogados que são credenciados que fazem questão de fazer isso. Então, eu não quis dizer que é 100% eficiente, porque aí seria uma utopia. Como o Ministério Público não é 100% eficiente.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Não. Não, Secretário. Eu é que estou dizendo que 100% dos detentos entrevistados reclamaram da falta de assistência jurídica. Todos eles afirmaram terem contratado advogados particulares e que certamente não tiveram mais dinheiro para mantê-los e foram abandonados nos seus casos.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO -
Deputada, se eles contrataram os advogados, aí não é questão da Defensoria Pública. Se o advogado é contratado... Aí, se ele tem o contrato, ele que vá à Comissão de Ética da OAB e faça a reclamação, ou o familiar dele.



A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Mas se não tem a Defensoria Pública...

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Não, mas, se ele tiver contratado o advogado, mesmo onde tem Defensoria Pública, a Defensoria Pública não age. Ele tem advogado contratado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Secretário, desculpe-me. Só para deixarmos claro, Deputada Jusmari, no Estado de Santa Catarina, acho que junto... Santa Catarina e Goiás são os 2 únicos Estados do Brasil que não têm Defensoria Pública.

Eu queria só saber o seguinte: se o senhor tem informação... Por que motivo no Estado de Santa Catarina não tem Defensoria Pública? É o Governo do Estado que entende que não é necessário? Existe alguma reação por parte da OAB local sobre a necessidade ou não de Defensoria Pública? Existe alguma reação por parte do Judiciário, da não-criação da Defensoria Pública, ou é uma opção de Estado? O Estado entende que não deve ter, e assim ele tem agido? O senhor tem alguma informação sobre o motivo de o Estado de Santa Catarina não ter Defensoria Pública?

O SR. JUSTINIANO DE ALMEIDA PEDROSO - Eu posso dizer a minha opinião. É uma opção... É a minha opinião pessoal. Eu não posso lhe dizer garantidamente por quê. A minha opinião pessoal: o Estado de Santa Catarina, independentemente de quem seja o governante... Porque isso nós temos há muitos anos. O doutor pode me dizer há quantos anos nós temos....

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Mais! Muito mais de 10 anos! Há muito mais de 10 anos nós temos isso. Independentemente de quem seja o governante, de que partido seja, está se mantendo esse sistema. E eu volto a repetir: estou dando aqui a minha opinião. Entendo que esse sistema é muito mais eficiente. Em vez de nós termos 1 ou 2 defensores públicos numa comarca, nós podemos ter 20, 30, 40 advogados atuando nessa comarca para defender o interesse da população.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Posso continuar, Sr. Presidente?
(Pausa.)



A outra pergunta ao Sr. Secretário: a sua Secretaria... O Governo do Estado tem algum projeto para o presídio feminino, para a população carcerário feminina?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Temos.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Especialmente para colocar as excedentes ali do presídio?

O SR. JUSTINIANO DE ALMEIDA PEDROSO - Temos.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Porque nós vimos ali que as detentas estão tendo que se arrumar: 2 em cada colchão, dormindo juntas, dormindo nos corredores. Realmente é uma situação muito delicada em que se encontram as mulheres detentas aqui no Estado de Santa Catarina. Aliás, eu gostaria de fazer uma observação de que, ali no presídio feminino, o que observamos de bom foram os funcionários, as funcionárias, especialmente a Sra. Diretora. Mas realmente é uma situação degradante, ao observarmos a questão de humanidade, a questão de habitabilidade, de vivência mesmo de um ser humano. E não por destacar... mesmo pela questão... mas já destacando a questão de ser mulher. Qual projeto a Secretaria teria para melhorar aquela situação?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Nós temos um projeto, e eu já manifestei aqui aos Srs. Deputados... Não sei se a senhora não estava presente no momento.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Não estava presente.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Nós temos um projeto — estamos firmando, está praticamente complementado, uma parceria com o DEPEN —, um projeto de uma construção, que nós não temos no Estado de Santa Catarina, de uma penitenciária feminina. Essa penitenciária, estamos buscando localizá-la no centro do Estado, no Município de São Cristóvão do Sul, que é, talvez, o município mais central do Estado de Santa Catarina, para ficar equidistante de todas as regiões do Estado.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Eu queria, ainda, fazer uma observação, Sr. Presidente, com relação ao presídio feminino.

Ao conversar com as detentas, nós observamos o seguinte: as detentas compram o seu material de higiene. As detentas são obrigadas a pagar, por



exemplo, um ventilador que elas quebraram. Elas têm que pagar com dinheiro. As detentas são obrigadas, se quiseram, a pagar o tratamento dentário.

Gostaria que vocês observassem isso, porque imaginem que a grande maioria das detentas está ali por ter colaborado com alguém da família que pratica o tráfico de drogas. Então, se a família traz o dinheiro para elas pagarem o dentista, comprar o material de higiene, pagar o que elas quebram dentro do presídio... Não é difícil quebrar alguma coisa ali. Qualquer movimento, quebra. Aliás, é mais ou menos tudo quebrado. Então, certamente, o dinheiro que vem para essas detentas, a família... Tem que pagar o advogado. Então, certamente, o dinheiro que vem para elas fazerem tudo isso ali, uma vez que elas trabalham, e o soldo do trabalho delas é 25 reais por mês... Quer dizer, automaticamente, o próprio sistema está fortalecendo outro sistema familiar do lado de fora, de ter que praticar o tráfico de droga dos filhos, do marido, dos outros membros da família para trazer o dinheiro para manter as detentas no presídio. Eu faço essa observação, e não é só aqui no seu Estado não...

O SR. JUSTINIANO DE ALMEIDA PEDROSO - Eu sei que não.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - ...para que, de repente, Santa Catarina seja um Estado de vanguarda, como é em tantos outros aspectos, nesse sentido.

Por último, Sr. Presidente, eu deixo uma solicitação oficial a esta CPI. Gostaria que a CPI fizesse, por escrito, oficialmente, uma solicitação ao Secretário de que afastasse do atendimento à população carcerária feminina do presídio que nós visitamos hoje o dentista que presta o serviço, ou pago ou gratuito, e que solicitasse que o Estado providenciasse um profissional verdadeiro, que prestasse o atendimento àquelas mulheres. Inclusive, conversei com algumas mulheres. Ao abrirem a boca, percebemos que elas precisam de tratamento de saúde bucal. Então, eu acho que é o mínimo que nós podemos deixar de efetivo, de oficial e de imediato para a melhoria da situação daquelas detentas.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Deputada, a questão do dentista, primeiramente... Nós já havíamos debatido aqui essa questão. Inclusive, parece que já há um processo administrativo referente a isso. Agora, eu também não posso prejudicar as pessoas. Eu não conheço o teor do



processo. Eu não posso simplesmente, por uma denúncia, estar prejudgando e afastando as pessoas das suas funções, a não ser que haja indícios muito fortes. A questão, Deputada... A questão, me informava a diretora do presídio, a questão dos ventiladores... Eu até gostaria que a diretora, que a senhora elogiou...

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Mas os ventiladores são só um detalhe.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Não, mas é que são detalhes importantes.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Eu gostaria que o senhor considerasse que isso é apenas um detalhe.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Não, mas são detalhes que nós gostaríamos de esclarecer. Se é para nós entrarmos em detalhes, vamos esclarecer os detalhes.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Então, antes de a diretora falar, eu gostaria de fazer mais uma observação. A questão do dentista foi colocada por todas as detentas e foi confirmada pelas agentes que nos acompanhavam.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Está uma sindicância aberta, não é isso?

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Então, as próprias agentes podem confirmar isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Oi?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO ORIHUELA - Desde outubro.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Desde outubro nós temos...

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO ORIHUELA - Já foi feita uma oitiva delas, tudo. E já foi encaminhado ao DEAP em outubro. Teve uma denúncia da Pastoral Carcerária. A Corregedoria do DEAP nos questionou. Foi feita a oitiva lá no presídio feminino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O dentista sabe que tem essa sindicância aberta?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO ORIHUELA - Não sei lhe responder.



O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Ele já foi ouvido ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É possível que, uma sindicância aberta em outubro, o dentista até hoje não tenha sido notificado. Eu duvido que esse dentista, sendo notificado de uma sindicância, continuaria cobrando e realizando as mesmas irregularidades. Por isso eu pergunto se o dentista já foi notificado dessa sindicância. Porque uma sindicância aberta em outubro... Já vamos para 6 meses. Já há prazo suficiente para chamar o dentista, saber se é verdade ou não, pedir a ele que pare com os procedimentos irregulares. Então, é importante saber se essa sindicância foi aberta e está andando, ou se foi só aberta e está parada.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Sr. Presidente, uma vez que tem essa sindicância, seria importante também observar a questão do assédio, que foi colocada por elas, mas que nenhuma quis confirmar. Essa é a realidade. Mas é importante observar.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO ORIHUELA - Na sindicância consta esse item também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos passar a palavra, agora, ao nosso Promotor, Dr. Andrey.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Só para eu encerrar, então. Aproveitando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É porque... Nobre Secretário...

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - É 1 minuto, 1 minuto. A questão da partidarização, que foi levantada pela OAB...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sr. Secretário...

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Já extrapolei meu tempo. Sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não. Geralmente, além de se dar a palavra... V.Sa. vai ter mais oportunidade. É porque agora chegou o representante da OAB, e nós vamos também dar o contraditório tanto para ele



quanto para o senhor. Então, ele já pediu a palavra. Então, eu quero, antes de dar a palavra...

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO -

Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ...ao Secretário e ao representante da OAB, que já fizeram uso da mesma, quero conceder a palavra aos demais que estão na Mesa e que ainda não tiveram oportunidade...

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - O senhor preside e comanda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o Dr. Andrey tem a palavra neste momento. Depois, vamos ouvir também o Juiz de Execuções Penais. E depois voltamos ao Secretário.

Dr. Andrey.

O SR. ANDREY CUNHA AMORIM - Sr. Presidente, demais autoridades que compõem a Mesa, senhoras e senhores, eu vou ser muito breve, em razão do adiantado da hora. Gostaria de dar um depoimento isento, fruto de quem foi — foi, não; de quem é, embora afastado temporariamente para exercer outro cargo —, de quem foi e é promotor com atribuição exclusiva na área da execução penal, na maior comarca do Estado de Santa Catarina, que é Joinville, e de quem também tem uma visão estadualizada de todo o sistema carcerário, porque atualmente ocupo o cargo de coordenador do Centro Criminal e de Execução Penal do nosso Ministério Público. Eu posso dizer aos senhores que o sistema carcerário do nosso Estado não é um mar de rosas. Ele apresenta problemas, como em todos os outros Estados. Ele tem aspectos corretos, aspectos incorretos. Ele vai do céu ao inferno, em poucos minutos. Nós temos, por exemplo, exemplos a dar ao País, como é o caso da Penitenciária Industrial de Joinville, abstraída a hipótese de ser terceirizado ou não o seu serviço, o que é uma outra discussão; como é o caso, por exemplo, do Presídio Regional de Jaraguá do Sul, presídio que é exemplo de reinserção social do egresso, do apenado, enfim, é exemplo para o País. Mas também temos casos de que nós podemos nos envergonhar diante do Brasil inteiro, como é o caso, ao lado da Penitenciária Industrial de Joinville, do Presídio Regional de Joinville. Se a Penitenciária Industrial é uma beleza, é o céu para o detento, para o preso, o



Presídio Industrial é um inferno. Como é o caso, por exemplo, do Presídio Regional de Balneário Camboriú, que... Há pouco, V.Exa. perguntou ao representante da OAB ou ao Secretário qual a unidade prisional mais problemática do nosso Estado. Hoje, sem medo de errar, eu diria que é o Presídio de Balneário Camboriú, onde os detentos, por vezes, dormem ao relento, em barraca armada no meio do pátio, porque não há mais onde colocá-los. Esse não é um problema atinente a esta administração, a este Governo, mas já é um problema decorrente de muitos anos. O maior problema do sistema carcerário de Santa Catarina, sem dúvida nenhuma, em primeiro lugar, é o déficit de vagas. Nós temos 6 mil vagas, aproximadamente, para 11.750 presos, mais ou menos — ou seja, quase o dobro de presos do que o número de vagas. Isso sem considerar... Eu não saberia precisar quantos, mas vários mandados de prisão foram expedidos e não foram cumpridos ainda. Um problema grave que assola o sistema carcerário são os presos provisórios. Há nos presídios regionais presos provisórios, mas há também presos definitivos, o que é uma excrescência para o sistema. Há nas delegacias de polícia vários presos provisórios, o que não deve ser admitido. Há problema de corrupção entre os agentes prisionais? Há, como há em todo outro lugar. Talvez, nesse ambiente, até um pouco mais, porque ele é um ambiente propício, é um ambiente que cria isso na exata medida em que se... O agente prisional lida, no dia-a-dia, com criminosos. Ele está sendo testado, provado todos os dias. O Ministério Público mesmo, lá na Comarca de Joinville, por exemplo, uns 2 anos atrás, instaurou um inquérito civil, uma ação civil pública e ajuizou uma ação penal contra o diretor do estabelecimento penal da época e alguns outros agentes prisionais. Essa ação já foi julgada. Eles perderam o cargo e foram devidamente condenados. Faltam agentes penitenciários? É evidente, faltam agentes penitenciários. Devemos treiná-los um pouco melhor. O nosso Estado não tem Defensoria Pública. Talvez seja o único Estado da Federação que não tem esse tipo de defesa a angariar ao preso. Enfim, esse é o retrato do sistema prisional de Santa Catarina. O que o Ministério Público tem feito para... diante... Porque nós temos que entender o dilema do promotor de justiça. Ele é o responsável pela deflagração da ação penal. Se a sua consciência lhe ditar, deve solicitar sempre a condenação do réu. E, depois que a ação transita em julgado, de pior inimigo do réu, ele vira o melhor amigo, porque tem que zelar pela correta... pela



boa aplicação da execução penal. E nós, do Ministério Público de Santa Catarina... E eu digo isso com muito orgulho, Sr. Presidente. O Ministério Público não se omite, não se omitiu e não se omitirá jamais para zelar pela correta execução penal no nosso Estado. Eu escutei há pouco alguém dizer aqui que promotor de justiça, às vezes, faz turismo dentro da cadeia, ou não apresenta os seus relatórios, ou isso nunca foi visto. Os promotores de justiça do Estado de Santa Catarina que têm atribuição criminal, a exemplo dos juízes... Aliás, o Ministério Público de Santa Catarina não guarda simetria com o Poder Judiciário, em termos de execução penal. Por exemplo, na Comarca de Joinville, Dr. Samir, há um promotor de justiça cuja atribuição exclusiva é da execução penal, assim como aqui na Comarca da Capital. O Ministério Público, por seus promotores, assim como o Poder Judiciário, tem que apresentar mensalmente os relatórios, que são relatórios... não são sucintos, são relatórios minuciosos. Eu mesmo invoco o testemunho de todos os agentes prisionais que estão aqui. Já fiz inspeções judiciais na cadeia pública e na Penitenciária Industrial de Joinville, minuciosas. A Polícia Militar acompanha os promotores todos os meses. Mas a ação do Ministério Público — e é bom que se esclareça, Sr. Presidente — vai muito além da apresentação ou da constatação de problemas no sistema carcerário. Nós temos contribuído, e muito, para a solução de todo esse problema. Talvez nós tenhamos sido o primeiro Ministério Público dos Estados, em todo o Brasil, a deflagrar, no ano de 2005, um inquérito civil público que apurou — e eu faço questão, depois, de entregar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito a conclusão desse inquérito — toda a deficiência de vagas, toda a deficiência do sistema carcerário no Estado, com inspeções minuciosas em todas as unidades prisionais do nosso Estado. Nós temos um inquérito civil com vários volumes, denunciando irregularidades em algum presídio, fazendo com que o promotor de justiça tenha condições de deflagrar ações civis públicas para corrigi-las. E isso efetivamente aconteceu. Eu posso dizer a V.Exas. que foram deflagradas inúmeras ações civis públicas por todas as comarcas deste Estado, como é o caso da Comarca de Biguaçu, de Balneário Camboriú, de Sombrio, de Tijucas, de Chapecó, de Joinville, de Videira, de Itapema e de São José, mais especificamente na penitenciária de São Pedro de Alcântara. Não fosse isso, o Ministério Público requereu, e teve deferida pelo Poder Judiciário, a interdição de



várias unidades prisionais deste Estado, como é o caso da Comarca de São Francisco, onde a cadeia pública foi interdita, foi demolida — ela não existe mais hoje; como é o caso da Comarca de Brusque; e, recentemente, como é o caso da Comarca de Palhoça, onde a delegacia de polícia... onde os presos eram acorrentados. Ela foi interdita, e hoje recebe um número limitado de detentos. Nós não nos omitimos, nós não vamos nos omitir e nós não nos omitiremos jamais. É evidente que há problemas, sem a menor sombra de dúvida. O Ministério Público tem sido parceiro — o Secretário Justiniano não me deixa mentir — do Poder Executivo, tem sido parceiro do Poder Judiciário. Temos tentado resolver, através de ajuste de condutas, na medida do possível, a solução dos problemas de forma amigável. Quando isso não se apresenta possível, nós deflagramos, sim, as ações civis públicas. Exemplo principal, já levantado aqui: Comarca de Itapema. O Ministério Público celebrou, na metade do ano passado, um ajuste de conduta na Comarca de Itapema, onde alguém que havia lesado o meio ambiente, como medida compensatória, doou aos cofres do Estado aproximadamente 2 milhões de reais para construção do presídio local na Comarca de Itapema. E acredito... Soube hoje que esse projeto já está sendo devidamente... já foi feito, vai ser licitado, e a obra deve começar em breve. Às vezes, nós temos que entender... Eu conheço de perto o sistema carcerário catarinense. Assusta-me quando dizem que pessoas que cometem furtos estão presas. Eu posso dizer para o senhor, sem medo de errar, Sr. Presidente: a grande maioria, a imensa maioria das pessoas que estão reclusas ao sistema carcerário são traficantes, estupradores, homicidas, latrocidistas. São pessoas que cometeram crimes mediante violência. O réu condenado hoje por furto, para ficar preso dentro de qualquer unidade penitenciária de Santa Catarina, precisa fazer força, precisa ser multirreincidente. Esse não é o caso só de Joinville — e invoco o testemunho do Dr. Júlio de Melo —, não é o caso só da Comarca de Florianópolis ou da unidade carcerária de São Pedro, mas sim de todo o sistema carcerário de Santa Catarina. É evidente que problemas existem, e vários. Nós estamos aqui para tentar resolvê-los. Acredito que denúncias como essas, que vieram à tona, que serão devidamente apuradas, se não se deve dizer que são fatos normais dentro do sistema. Não são, mas não é o fim do mundo. Nós vivemos num sistema carcerário onde fatos como esse podem, evidentemente, acontecer, mas isso não quer e não



está a denunciar a total falência do nosso sistema penitenciário. Precisa melhorar? Precisa muito. Muito já foi feito, mas muito ainda será. No que depender do Ministério Público, em parceria com o Poder Judiciário e com o próprio Poder Executivo, nós vamos melhorar ainda mais o sistema penitenciário. Então, eu gostaria de deixar claro que não houve e não haverá omissão por parte do Ministério Público; jamais. Queria repassar, em breve, à mão de V.Exas., a conclusão do nosso inquérito civil público estadualizado. Foi um trabalho pormenorizado, não feito numa tarde, nem num dia, mas num ano de trabalho, por parte dos 320 Promotores de Justiça deste Estado. E lastrou, em muito, o conhecimento que nós hoje podemos nos orgulhar de ter de todo o sistema penitenciário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Dr. Andrey.

Passo a palavra, neste momento, ao Dr. Júlio de Melo, Juiz da Vara de Execuções Penais.

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Presidente, boa-noite ao senhor; boa-noite aos demais Deputados e Deputada; ao meu colega Promotor; ao Sr. Secretário; ao advogado presente; ao Sr. Luiz, que faz parte de uma belíssima ONG.

Gostaria também de cumprimentar o meu colega Dr. Samir e a mãe de um detento. Gostaria de dizer para a senhora que, nos anos em que a gente trabalha nessa área penal, o que mais nos dói é o olhar de uma mãe quando vem falar com a gente. Eu sei o que a senhora está passando. Sei como é difícil para a esposa de um preso, para a mãe de um preso passar o que a senhora está passando. Realmente, a senhora é uma corajosa por diversos motivos: por ter vindo aqui, por ter conversado com todos nós, por ter admitido que realmente em momento da vida o seu filho acabou saindo de uma estrada em que ele vinha caminhando. Com certeza, não teve o exemplo nem da senhora nem do seu marido, com toda certeza, mas a senhora tem razão: se coisas erradas estão acontecendo, serão devidamente apuradas.

Eu ratifico na íntegra, Sr. Presidente, o que foi dito aqui pelo meu colega Promotor, pelo advogado, pelo Secretário. Realmente, existe uma parceria bastante intensa entre o Judiciário, o Ministério Público, o Poder Executivo em toda Santa



Catarina, e reconhecemos que muito se tem que mudar. Algumas idéias eu até tenho por escrito e posso passar depois. Eu acho interessante, como, por exemplo, a possibilidade de que o juiz e o promotor possam fazer as audiências dentro das penitenciárias, como é feito em Santa Catarina. Eu acho que isso tem auxiliado bastante uma proximidade maior da gente com o próprio sistema. Um contato mensal com a direção das penitenciárias, solicitando inclusive um relatório mensal, de 30 em 30 dias, de quantos processos foram encaminhados ao fórum e o atraso de cada um. Então, mensalmente encaminha e diz: *“Olha, tem um processo há mais de 30 dias”*. A gente abre para ver o que está acontecendo. Isso é muito importante porque aproxima a penitenciária do juiz, do promotor, e a gente acompanha com mais rapidez os processos em andamento e o que pode ou não ser feito com mais rapidez. A assistência jurídica realmente é um outro problema bem grave que a gente atravessa. Os presos têm reclamado bastante. A superpopulação carcerária, com as doenças, como já foi falado aqui de uma forma brilhante...

Enfim, Srs. Deputados, eu acho que todos os problemas foram bem colocados. Nós estamos cientes. Eu acho que o trabalho dos senhores é magnífico porque busca resgatar ou alertar todos os operadores para um problema que nós sabemos que existe. E é muito importante que a gente esteja conversando com a população, com a mãe do preso, com a esposa do preso, com agente, com funcionário, com Deputado, com juiz, promotor. Eu tenho impressão de que existe solução. Eu não sou uma pessoa muito pessimista, apesar de internamente sofrer bastante com o que a gente vê, quando liga a televisão, quando lê um jornal, quando um preso vem a falecer, mas acho que com o nosso esforço comum talvez a gente consiga chegar a uma solução razoável para o sistema, que infelizmente ainda é caótico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) – Nós agradecemos ao Dr. Melo. Só quero fazer uma pergunta.

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Pois não, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós sabemos que o sistema penitenciário no Brasil sempre foi tratado com um descaso total pelas autoridades brasileiras. Não é nem problema de governo, é problema de Estado. O



Estado brasileiro nunca deu à população carcerária o tratamento que deveria dar. Boa parte da população acha que bandido bom é bandido morto, que preso não tem que receber nenhum tratamento dentro da cadeia. Na verdade, nós sabemos também que nossa legislação, quando a comparamos com a própria legislação que também garante direito ao cidadão comum e que o Estado não consegue cumprir, na verdade, no caso do sistema penitenciário, às vezes ele é obrigado a cumprir e às vezes não cumpre também. É o caso, por exemplo, de uma pessoa que foi violentada por um indivíduo, tomar uns tiros, não morreu, foi encaminhada para o hospital, está na fila para ser atendida. Se aquele indivíduo que atirou nessa pessoa, no caminho até a chegada no presídio, sofrer, por exemplo, uma parada cardíaca, por ter ficado em temperatura alta dentro do camburão, ele ainda vai chegar ao hospital e ainda ter que ser atendido na frente dessa pessoa, porque a lei diz que ele tem prioridade no atendimento. Sabemos que são situações bem antagônicas. Parece que, Deputado, o que V.Exa. está dizendo não existe, mas é o que a lei diz: o preso chegou, tem que ser atendido na frente.

Nós da CPI também sofremos algumas retaliações: vai cuidar de preso para quê? O próprio Presidente da Câmara, quando nós fomos pedir apoio para a CPI, disse: *“Vocês não precisam visitar presídio, não, é tudo igual mesmo esse problema, não se vê nada diferente”*. Se dependesse dele, só fazíamos audiência lá com os historiadores dos assuntos penitenciários sem visitar os presídios. E cada Estado tem um problema diferente. Nós também sofremos algumas retaliações pelo preconceito de se trabalhar com preso.

Pergunto a V.Exa., como Juiz da Vara de Execuções Penais: o juiz de Execução Penal que atua de forma coerente acaba sendo visto dentro da instituição de que forma? Como alguém que está perturbando demais a ordem do tribunal, está cobrando demais, está querendo fazer aquilo que ninguém fez, está querendo ser o bambambã do pedaço? O juiz de execução penal, não vou dizer discriminado, mas ele é olhado de forma diferente pelos membros do Tribunal de Justiça por fazer a defesa, muitas vezes, do direito que a população carcerária tem, mas que o Estado durante muito tempo não cumpriu e as pessoas já se acostumaram também com esse problema e acham que não deve ser feito?



O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Sr. Deputado, hoje em dia a atenção do Tribunal para a área penal e da execução penal tem sido bastante relevante. É claro que com o tempo isso foi mudando, e conseguimos provar que a área penal é fundamental para o controle e para o equilíbrio da sociedade.

O Sr. Deputado Relator falou algo bem no começo que venho martelando, Sr. Deputado, há muitos anos, inclusive em alguns congressos que realizei no sul de Santa Catarina e de que participei com o Deputado Federal do PT Marcos Rolim, que se tornou amigo meu, inclusive. O Sr. Deputado falou algo de uma forma muito clara e muito precisa: boa parte da sociedade exige que haja punição e que o sujeito seja jogado no sistema prisional como uma forma de se livrar de um “problema”, entre aspas. Então, a crítica que nós recebemos é muito grande, joga o sujeito lá dentro e é menos um problema. Não, a partir da hora em que essa pessoa ingressa no sistema — e não é um sujeito, é um reeducando, porque, por pior que seja o crime dele, nós, juízes, promotores e agentes públicos temos a obrigação de processar, condenar e executar a pena dele da forma mais digna possível —, quando essa pessoa é jogada dentro do sistema e simplesmente abandonada, poucas pessoas se esquecem — e o senhor falou de forma brilhante, Deputado — de que essa pessoa vai sair. Eu não acho inteligente e não acho interessante que essa pessoa saia pior do que entrou, porque eventualmente essa pessoa pode procurar a minha casa. Não é inteligente. Acho que a situação cômoda que todos nós, todos nós, temos, coloca o sujeito e deixa o cara lá. Quanto mais tempo fica, melhor.

Eu, particularmente, acho que, em crimes hediondos, o sujeito teria que cumprir a pena sem progressão até o livramento. É uma opinião pessoal minha. Agora, a partir do momento em que a legislação permite que essa pessoa progrida e a LEP determina e a Constituição, principalmente, que tenha que ser tratado com dignidade, tem que ser tratado com dignidade e ponto final, porque a partir da hora em que essa pessoa retorna ao convívio social, se ela retorna pior do que entrou, todos nós vamos pagar um preço por isso.

Então, na CPI que foi instalada, a preocupação do Ministério Público, do Governo, do Estado, ela é essencial, e os senhores estão de parabéns, sim. E acho



que esse trabalho tem que ser valorizado. Sabemos que não dá “voto”, entre aspas, então os senhores tiveram coragem para isso, muita coragem até. É um assunto antipático, muito antipático. É um assunto que amedronta muita gente, mas os senhores tiveram a coragem e a competência de levar à frente um assunto extremamente penoso e que para a gente também é ruim, porque afinal de contas a gente trabalha nesse meio, nesse sistema e, a cada noite, cada vez que a gente chega em casa e olha para trás, vê que algo melhor poderia ser feito, que alguma coisa mais concreta poderia ser feita. Parece que nos falta braço, nos falta perna, mas tenho recebido, sim, do Tribunal muito apoio. Não posso reclamar, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Por quantos processos o senhor é responsável na Vara de Execuções Penais?

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Deputado, eu devo ter hoje mais ou menos uns 1.500 processos, sem os incidentes, sem aqueles penduricalhos. Deve estar chegando... Eu devo ter hoje, em média, uns 8 mil ou 10 mil processos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De 8 mil a 10 mil?

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acha que um juiz só da Vara de Execução tem condição humana de dar conta desses processos?

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Não, é muito pesado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Já foi solicitada a criação de outra vara ou, quem sabe, outros auxiliares para ajudar nessa tarefa e não foi atendido ainda?

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Eu assumi no mês de novembro, e essa reivindicação vai ser feita logo, porque realmente é bastante pesado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A designação para ser juiz de execução penal é um prêmio ou é uma retaliação? (*Risos.*)

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Não, na verdade, Deputado, eu trabalho na área penal há muitos anos e leciono também nessa área há muitos anos, em processo penal. Então, passei um bom pedaço da minha vida



nessa área e gosto realmente do que faço. Vim para a Capital como Juiz Especial em agosto do ano passado. Em Santa Catarina, a gente abre a vara e opta por essa vara. Abriu a Vara de Execução Penal, eu fiz a opção. Chamaram-me de louco, enfim, mas eu não me arrependo, não. *(Risos.)* Eu acredito, acho que a gente pode fazer um bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Vou fazer algumas perguntas para os três: o Juiz de Execução, o representante do Ministério Público e o Secretário. Eu perguntaria: na opinião de vocês, a qualificação dos diretores das unidades prisionais atende ao que a lei determina?

Vou fazer logo em bloco. Dois, quero perguntar ao Dr. Juiz... Qual é o nome do senhor?

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Júlio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dr. Júlio e Dr...

O SR. ANDREY CUNHA AMORIM - Andrey.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dr. Andrey.

Uma das preocupações nossas é a qualidade da defesa dos presos. Por onde a gente tem andado, essa qualidade é muito questionada. Nós temos depoimentos de juízes que reconhecem que os presos têm defesas técnicas quase inexistentes. Às vezes, você pega um juiz extremamente rigoroso, alguns até preconceituosos, porque o cara é pobre, é negro, é feio; você pega o Ministério Público mais ou menos aparelhado; e você tem uma defesa fraca. Isso implicará a quantidade de pena. E há um dado de que, nas operações da Polícia Federal, nos últimos 5 anos, menos de 7% dos que foram presos nas operações estão presos. E um dos motivos de não estarem presos é porque têm bons advogados.

Então, eu perguntaria tanto para o Ministério Público quanto para V.Exa., mesmo estando hoje na Vara de Execução, mas já foi juiz de vara criminal: qual é a avaliação que V.Exas. fazem sobre a qualidade da defesa e quais as implicações que isso tem na quantidade de pena que repercute na superlotação, e assim por diante?

Estou fazendo logo um bloco. Eu perguntaria também para o Ministério Público, para o Poder Judiciário. Nas inspeções que são feitas, nós constatamos



que a grande maioria dos presos não trabalha, nós constatamos que o espaço físico contraria as leis. A Lei de Execução Penal estabelece que cada preso tem que ter 6 metros quadrados. Nós não encontramos em lugar nenhum, inclusive aqui o espaço é muito pequeno. Os presos não estudam. Portanto, isso é responsabilidade do Estado. Eu pergunto: nas inspeções, não caberia tanto ao juiz como ao Ministério Público, de ofício, tomar providências, assim como o Ministério Público tomou providências nas ações civis públicas, que é um instrumento valioso? Não caberia tanto ao Ministério Público quanto ao próprio Poder Judiciário, nas inspeções, adotar providências para que o Estado cumpra a legislação?

Ainda com relação ao trabalho, a gente verifica que... Eu considero que quase 100% dos presos do País não trabalham, porque os 20% que trabalham fazem-no em atividade que, depois que eles saem, não tem nenhuma aplicação. Nós encontramos aqui, na penitenciária feminina... A atividade maior são esses pregadores de roupa. Por ironia, ainda é “pegue e prende”. Eu pergunto: qual é o estudo que foi feito para adotar esse tipo de trabalho? O preso que sai, qual é a opção, qual é a oportunidade que ele tem de colocar em prática o que ele aprendeu ali? Isso aqui não é um faz-de-conta, simplesmente para dizer que o preso está ocupado? Então, a qualidade do estudo, isso também não seria uma obrigação do Ministério Público, do próprio Poder Judiciário nas inspeções?

Eu perguntaria também aos três a questão da falta de Defensoria Pública. Eu pediria ao Secretário que pudesse mandar para a Comissão o convênio que o Estado tem com a OAB. Pelo que entendi, os dativos... Pelo que eu entendi — se eu entendi mal, o senhor me corrija —, há uma tabela na mão dos juízes. Na hora que ele indica o dativo, lá no final, ele fixa o honorário no percentual, naquela tabela. Eu pediria a cópia desse convênio, se é convênio que há. Eu perguntaria: é mais econômico para o Estado não aplicar a Defensoria Pública e ter esse esquema? Por que o Estado não tem uma Defensoria Pública, já que há um preceito constitucional?

E eu também perguntaria para o Ministério Público e para o Poder Judiciário quais são os prejuízos de não haver a Defensoria Pública exclusiva.

Eu perguntaria ao Secretário: V.Exa. disse no começo que, havendo uma denúncia contra o servidor por maus tratos, entre a palavra do preso e a palavra do servidor, V.Exa. já dá, de saída, já dá credibilidade, já dá um valor maior para o



servidor. Eu pergunto a V.Exa.: esse tipo de valoração antecipada não é um estímulo para que o servidor pratique atos arbitrários, porque ele já parte do princípio de que a palavra dele já tem um valor, para o seu superior, um valor diferente, maior em relação aos presos?

Ainda volto à Defensoria. Aqui nós temos, pelos dados do DEPEN, que são dados não confiáveis: 20% dos presos são provisórios. Nós encontramos vários hoje. Os presos provisórios são de responsabilidade do Poder Judiciário. Concordo com essa tese. Eu pergunto: por que há tantos presos provisórios? É acúmulo de serviço? É falta de Defensor Público para peticionar? Por que há tantos presos provisórios aqui no Estado de Santa Catarina? Essa também não é uma realidade só daqui.

E também eu perguntaria ao Ministério Público sobre os procedimentos disciplinares. Nós recebemos muitas queixas de procedimentos disciplinares autoritários. Não há defesa. E aqui mesmo, com relação a esses 8 presos: já está comprovado, pela declaração do Desembargador, de que eles foram transferidos sem ordem judicial. E até o momento, pelo que entendi, não há comunicação da transferência. Eu perguntaria se o Ministério Público tem acompanhado esse tipo de procedimento.

E, sobre as torturas, se têm chegado ao Ministério Público, à própria Vara de Execução, denúncias de torturas, de maus tratos, no interior das penitenciárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós temos perguntas feitas ao Ministério Público e outras ao Juiz. O Dr. Júlio de Melo tem a palavra, depois o Promotor.

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Sr. Deputado, com relação à qualidade da defesa na execução penal, na execução penal, eu acho bastante razoável. E digo isso para o senhor com toda a tranqüilidade, mesmo porque eu sou muito chato com relação ao processo penal. E digo para o senhor, porque eu leciono há 16 anos nessa área, que entendo que tem que haver um equilíbrio absoluto entre as partes no processo penal. Essa defesa nos incidentes processuais que nós temos, elas são bem feitas e acompanhadas, assim, de forma sistemática.



Na qualidade do trabalho, o senhor tem razão. Nós temos que ter um apuro maior no preparo do recluso para o mercado de trabalho. Defendo, Deputado, isso há muitos anos, que também haja a remissão da pena para quem estuda. Por que só para quem trabalha?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O Estado já aplica.

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Eu o fazia, quando estava no Sul, e aqui eu vou fazer.

A Defensoria, concordo com o senhor, acho que faz falta, sim, e melhoraria muito se nós tivéssemos uma boa Defensoria aqui em nosso Estado.

Com relação aos administradores, eu estou há pouco tempo na capital, mas em Araranguá e Criciúma nunca tive nenhuma reclamação. Das reclamações que nós tivemos no começo, foram atendidos os pleitos e as sentenças foram trocadas; saíram, inclusive, por deficiência técnica.

Sobre o que mais o senhor perguntou? Trabalho, estudo...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sobre as inspeções. Inclusive acrescento a questão da mistura de presos, porque nós descobrimos preso primário com reincidente, pequenos delitos com grandes delitos.

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Sim, perfeito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E aquilo que V.Exa. acabou de dizer: o Estado está formando marginais...

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Perfeito, perfeito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... contra nós.

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Falta uma comissão técnica de classificação eficiente, porque o preso tem que ser separado. O senhor tem toda a razão. É inadmissível trancar furto simples com qualificado, com roubo. Nós temos, assim, algumas denúncias de maus tratos, todas apuradas, todas. Todo incidente que chega, toda reclamação de família ou de preso, com carta ou não, ela é registrada e autuada como incidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só acrescento, doutor....

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - E algumas sanções também em tramitação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... que a gente percebe, às vezes, alguma dificuldade de adotar essas medidas. Nós estivemos no presídio Urso Branco, em Rondônia, que tem um excesso de quase 700 presos. A superlotação lá é grande. E o diretor lá, por incrível que pareça, ele consegue separar os presos reincidentes, os primários, os perigosos, os ameaçados; os presos da Lei Maria da Penha ficam em celas separadas; e até ala para fumantes e não-fumantes ele conseguiu fazer no presídio, mesmo com superlotação. Então, é o que V.Exa. falou: acho que também vale uma boa vontade, uma dedicação, um empenho. Mesmo com todos os problemas — o Urso Branco é o presídio mais fiscalizado do Brasil, denunciado constantemente —, ele conseguiu fazer tudo isso num presídio superlotado.

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Em Araranguá foi feito. Até eu sair de lá, era feito dessa forma. Acho que até em certos presídios também tem sido feito assim. Mas é um problema grave, sim. O senhor tem toda a razão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Informe sobre as inspeções, sobre falta de trabalho, de educação...

O SR. JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - Ah, sim, sobre as ações. Conforme foi dito pelo Promotor, muitas ações já foram detonadas, foram julgadas, estão sendo julgadas, e algumas no Tribunal. Inclusive, recentemente, agora — eu não recordo o mês —, nós tivemos uma decisão limitando o número de presos em unidades prisionais. A gente tem bastante ações assim, nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nosso Promotor, o Dr. Andrey.

O SR. ANDREY CUNHA AMORIM - Eu posso responder rapidamente, Excelência? Com relação à defesa dativa e à Defensoria Pública, eu tenho uma opinião um pouco diferente. Eu acredito que... Eu concordo com V.Exa.: de um lado, no processo penal, nós temos uma instituição extremamente aparelhada, que é o Ministério Público; do outro lado, nós temos uma defesa de favor, aqui em Santa Catarina, que é a defensoria dativa. Mas eu não vou adentrar nesse mérito, por uma questão simples: acredito que essa discussão foi encetada lá em 1998, quando o Constituinte outorgou a Constituição Federal e disse que o Estado tem que



implantar, sim, a sua Defensoria Pública organizada em carreira. Infelizmente nós somos um dos únicos Estados da Federação que não implantou essa Defensoria até agora.

O próprio Ministério Público Federal já encaminhou representação ao Procurador-Geral da República para que argua a inconstitucionalidade do artigo da Constituição do Estado de Santa Catarina que instituiu a Defesa Pública de Santa Catarina nos moldes de defensoria dativa e de defensores nomeados, não defensores de carreira.

A segunda pergunta, com relação ao trabalho dos presos, nós temos unidades prisionais em que os presos efetivamente trabalham, como é o caso da Penitenciária Industrial de Joinville, onde duas das maiores empresas do País, a Tigre e a Busscar, têm dentro da penitenciária uma montadora dos seus produtos, de ônibus e de tubos e conexões, e os presos estão trabalhando, mas na maior parte das unidades prisionais os presos ou fazem grampos de roupa ou confeccionam bolas. Não fazem um trabalho adequado com a sua possibilidade.

Com relação ao trabalho do egresso, uma vez a gente participou de uma audiência pública lá na comarca de Joinville e um cidadão perguntou para mim uma coisa: *“Doutor, se o senhor fosse fazer uma entrevista para contratar uma empregada doméstica, o senhor contrataria uma empregada doméstica que acabou de sair do sistema prisional e foi condenada a 20, 30 anos de reclusão porque matou 2, 3 pessoas?”* Nós temos que pensar, que colocar uma interrogação. para tratar esse problema, na minha ótica, de um modo extremamente profissional.

Qual foi o lançamento, a iniciativa, a idéia que nós lançamos em Joinville? Santa Catarina tem uma particularidade: a capital não é a maior cidade do Estado; Joinville desponta como um pólo industrial, tem 10 mil empresas — não são microempresas, são empresas de médio e grande porte —, e nós lá convocamos a Associação Comercial de Joinville e lançamos o seguinte desafio: se cada grande empresa dispusesse um emprego para cada egresso, nós acabaríamos com a impossibilidade que a pessoa que sai do sistema prisional encontra para trabalhar. Em contrapartida, a União poderia oferecer — vai uma idéia para os senhores — um incentivo maior para as empresas que porventura vierem a aderir a esse incentivo, a essa proposta.



A questão de separação dos presos, que V.Exa. levantou com propriedade, talvez isso seja, depois da falta de vagas, o maior problema do nosso sistema carcerário. Os presos não são separados. Preso em regime semi-aberto cumpre pena com preso em regime fechado. Aliás, no Estado de Santa Catarina praticamente inexistente diferenciação de regime: regime semi-aberto e regime fechado, no nosso Estado, salvo em uma ou duas colônias agrícolas que nós temos, não há diferença nenhuma. A única diferença é que o preso pode sair em saída temporária, o que está no regime semi-aberto, mas ele cumpre pena igualzinho como o que está no regime fechado.

Um outro dado a V.Exas.: em Santa Catarina praticamente inexistente regime aberto. Isso passou despercebido de todos nós até o dia em que o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a disposição da lei dos crimes hediondos que inadmitia progressão de regime. Hoje, nós vemos traficantes, seqüestradores, homicidas qualificados progredindo de regime e já fazendo jus. Eles ganham a liberdade e não vão sequer retornar durante a noite, no regime aberto, ao sistema prisional, mas, sim, vão para suas casas. É o famoso sistema de assinatura, onde ele passa lá no fórum, uma vez por mês, para assinar, e tem que se recolher à sua casa de noite, mas isso sem qualquer fiscalização. Esse é um grande problema que nós estamos nos deparando hoje. Nós já conversamos isso com o Secretário, nos colocamos como parceiro para resolver essa situação.

A questão das irregularidades. O Ministério Público tem sido implacável com relação a isso, à medida que essas irregularidades lhe chegam. Nós tivemos um presídio, já relatei aos senhores, onde funcionava um supermercado, um minimercado dentro do presídio. Um preso era o gerente desse minimercado; ele fazia compras. Ele era condenado por homicídio qualificado e, de vez em quando, saía do estabelecimento, vendia outros produtos a outros presos.

Havia um sistema de corrupção dentro do presídio regional até então, porque ele era dividido em alas. Havia uma espécie de ala que era o intramuros, onde os presos menos perigosos cumpriam penas. E o que o diretor do presídio fazia? Ele colocava aqueles presos que tinham mais dinheiro que chegavam ao sistema lá atrás, numa ala que se denomina de "seguro" ou, no presídio regional lá de Joinville, seria a ala de segurança máxima. Os presos ficavam aterrorizados com os outros



presos, e aí eles cobravam desses cidadãos para poder vir mais para frente do presídio e cumprir pena, então, de uma forma mais branda.

Qual é a grande dificuldade do Ministério Público? É descobrir ações dessas. Nesse caso, em particular, como é que nós descobrimos e desmantelamos essa quadrilha? Foi que um preso não tinha dinheiro para pagar, então ele ofereceu, em garantia do suborno, da corrupção, da propina que lhe foi exigida, um colar de ouro que ele tinha. Ingressou no sistema prisional com esse colar. Esse colar foi às mãos do diretor. O diretor pediu para esse dono do minimercado que tinha dentro do presídio ir até a cidade fazer uma avaliação desse colar. O preso foi até uma joalheria do centro do Joinville fazer a avaliação. Quando ele chamou o joalheiro e mostrou o colar, pedindo para ver quanto esse colar custava, qual não foi a sua surpresa, quando o joalheiro disse: *“Olha, esse colar foi roubado aqui da minha joalheria recentemente”*. Aí chamou a Polícia. O Ministério Público foi acionado, nós instauramos o inquérito civil e se derrubou então toda aquela quadrilha que até então vigia no Presídio Regional de Joinville. Irregularidades como essas talvez sejam comuns, o difícil é descobri-las.

Eu posso dizer para V.Exa., por experiência pessoal. Num determinado ponto — eu lido com execução penal há muitos anos —, eu me coloquei contrário, por exemplo, à privatização dos presídios, porque acho que os agentes carcerários devem ser organizados em carreiras e devem tomar conta dos presos, eles. Mas eu posso dizer, sem medo de errar, que o sistema que foi implantado na Penitenciária Industrial de Joinville é extremamente salutar, primeiro porque, com relação à corrupção, ele permite uma fácil reposição de servidores que trabalham no presídio. O servidor tem suspeita de irregularidade? Automaticamente o promotor de justiça e o juiz de direito solicitam à secretaria de Estado o seu afastamento, e ele é imediatamente afastado — ele é um servidor terceirizado. Por esse aspecto, a coisa fica bem mais fácil, bem mais simples do que ponto de vista dos agentes prisionais de carreira.

Enfim, senhores, todas as irregularidades que são apuradas, que nos chegam, são devidamente responsabilizadas.



Essas são as nossas impressões. Eu posso estar equivocado em alguns aspectos, mas eu sou obrigado a ser extremamente sincero com os senhores e dar a minha opinião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Secretário agora tem a palavra.

Nós agradecemos ao Dr. Andrey e o parabenizamos pelo seu trabalho.

Agradecemos também ao Dr. Júlio de Melo. Nós também comungamos com as palavras do Juiz, quando disse que execução penal não é local de trabalho para qualquer juiz. Realmente, se se quiser fazer um bom trabalho, tem que se ter uma vocação para aquela área, senão pouca colaboração vai poder ser dada dentro do sistema, porque a estratégia é concordar com o passado, dizer que ninguém resolveu e que vai ser difícil resolver; assim como ocorre nos Estados. Por onde nós passamos, todos os Estados usam a desculpa dos outros para dizer que é difícil solucionar o problema. Todos os Estados têm problema, mas cada um tem que resolver o seu problema. Alguns Estados estão-se esforçando mais, outros menos, mas por onde nós estamos passando nós estamos tentando sensibilizar a autoridade da necessidade de o Estado investir.

Seria bom se o Secretário de Planejamento ou de Finanças de um Estado visitasse um presídio, porque na hora de liberar os recursos, com certeza ele iria atender os pleitos da Secretaria de Justiça, que deve fazer um orçamento, apresentar uma proposta, e deve haver um corte significativo todo ano, porque a tendência é: *“Ah, tem muito dinheiro já para presídio”*. Mas, se eles visitassem e sentissem o cheiro... Porque, como disse o Dr. Carlos Eduardo, que prestou depoimento ontem na CPI, só pode avaliar o presídio quem sente o cheiro de uma cela. Quem nunca sentiu o cheiro de uma cela do nosso sistema penitenciário dificilmente pode falar ou avaliar o sistema prisional, porque o cheiro não sai das narinas, fica impregnado durante muitos dias. Dificilmente a gente esquece o cheiro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A gente chega em casa com ele na roupa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Chega.



O Secretário tem a palavra para fazer as considerações finais; depois, também, o representante da OAB e o da Pastoral, que tinha pedido a palavra.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Muito rapidamente. O Deputado Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vou fazer o seguinte: vou dar 5 minutos e, depois, mais 3 minutos para cada um.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Não preciso nem de 5 minutos, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Temos de estipular um tempo, senão ficamos no bate-bola muito tempo.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Não preciso, pode ter certeza disso.

Quanto àquele posicionamento que eu coloquei entre a palavra do servidor e a do preso, eu reitero meu posicionamento. Não penso, Deputado Relator, que com isso eu incentive, porque meu servidor sabe que eu não tolero corrupção, não tolero maus-tratos sem motivo nenhum. Sabe, eu tenho sempre dito isso. Agora, entre a palavra de um e de outro, eu continuo, até que os indícios me apontem o contrário.

Quanto à Defensoria, eu acho que nós já nos manifestamos. Eu divirjo aqui do Ministério Público e do Dr. Juiz, até por achar que essa forma, como é feita, ela é espalhada por todo o nosso Estado.

E quanto aos diretores das unidades, eu também acho que nós temos que buscar profissionalizar. E há uma determinação do Governador de não procurar se partidarizar a questão dos presídios. Isso não significa que... E há uma verdade aqui. Nós temos 35 unidades, 36, como uma que é a colônia agrícola de Palhoça, que é vinculada, que não tem uma direção específica. Mas, de 35 unidades, 21 são agentes prisionais, são dirigidas por agentes prisionais. Agora, tem algumas... Ainda ontem nós apresentamos à comunidade o novo diretor da penitenciária de São Pedro de Alcântara. Ele não é agente prisional, mas ele é alguém que conhece do sistema. Ele é um policial que trabalhou muitos anos. E não foi... Eu tenho buscado, pode ter certeza a Relatoria aqui, e até por determinação do Governador, não partidarizar. Nós estamos buscando profissionalizar efetivamente a administração.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Todos os diretores têm curso superior?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Não.

Agora, eu vou... Também acho, sei que a LEP exige alguns determinados cursos ainda. Se nós formos pegar secamente a LEP, são determinados cursos que se exigem. E não é... Eu, na minha visão, Deputado — é claro que eu não sou legislador, para mudar a lei, mas não é isso —, não é porque uma pessoa é formada em Direito ou em Serviço Social que ela vai ser um bom ou mau gestor do sistema prisional. Essa é uma verdade, esse é um fato. Então queria agradecer, Presidente, a oportunidade que me foi dada, e colocar a nossa Secretaria à disposição da CPI. Espero receber também sugestões.

Reitero também o meu pleito no sentido de que, se V.Exas. já tiverem algo iniciado no manual de procedimentos, que possam nos remeter, para a gente também discutir com os nossos administradores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Concedo a palavra ao Sr. Dorian.

SR. DORIAN ESTEVES MARINHO - Primeiro, já que muitos estão divergindo de todos, eu gostaria de divergir um pouquinho também de alguns, durante algum tempo.

Acho que as falas todas foram muito sinceras, tanto do Ministério Público... É muito difícil advogado concordar com o Ministério Público, até pela força do hábito, mas concordo com muito do que ele falou e discordo de algumas pouquíssimas coisas, sobre as quais aqui não vale a pena desenvolver.

Mas queria, em princípio, agradecer o convite, entender que reuniões como esta são extremamente importantes para a evolução de um processo, e tentar, talvez, responder a pergunta da Deputada com relação à questão da defensoria dativa.

Parece que as pessoas não entenderam bem a situação: a posição da OAB é no sentido de que exista, como existe em São Paulo, o sistema misto de atuação. Existe uma Defensoria Pública para tratar de questões muito específicas, públicas —



direitos difusos, direitos coletivos —, e a defesa dessas pessoas das quais estamos tratando aqui, no sistema prisional, deve ser feita por advogados. Explico o por quê: porque hoje, com a realidade do nosso Estado, só a OAB teria condição de disponibilizar advogados para servirem a um sistema de capilaridade e atenderem ao Estado todo. Então, vou dar um exemplo. Bom Despacho, lugarejo lá no fim do mundo. Onde está o mais próximo o defensor público dele? Ele vai ter que tomar um ônibus para uma cidade maior, depois para uma outra maior e entrar numa fila absolutamente quilométrica — porque o Estado não tem como pagar 20 defensores públicos. Então, vai ter que pulverizar isso no Estado inteiro. E ele vai ficar 5 horas aguardando para falar com o defensor, que vai dizer: "*Não, nisso aqui você não tem direito, não*". Uma coisa desse tipo. Ou vai dizer que tem, e tal, e vai levar adiante.

Então, acho que a Defensoria Pública deve existir e deve ser privilegiada. Ela não deve ser vulgarizada com casos que o próprio sistema comum pode atender, que é um sistema em que eu atendo há muitos anos: é discussão entre vizinho, briga de vizinho, briga de PROCON. Nisso não há necessidade de interferência da Defensoria Pública, porque não há um direito excedente em discussão. O que ocorre é o direito comum das pessoas. Apenas essa pessoa não tem condição de pagar advogado. Então, o Estado se predispõe a fazer, através do sistema, que, respondendo também à Deputada, é lei aqui no nosso Estado. Não é um convênio; é uma lei, um texto legal.

Essa discussão já é bastante longa aqui, e as pessoas imaginam que a OAB tem interesse em deter esse sistema para ela. Não tem. Digo que não tem com a maior tranqüilidade, porque faço defensoria dativa há muitos anos e, dentro da minha vida econômica, isso não me diz rigorosamente nada. Faço porque sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos, acho que devo fazer, acho que é uma obrigação social de todas as pessoas defender outras pessoas.

Até porque o próprio Estado também não paga. Só para dar uma idéia, a OAB, uma vez, em 94, fez uma tabela de honorários mínimos de advogados, para que não exista problema ético de um sujeito cobrar R\$50 e outro vir e fazer por R\$25, o outro vir fazer por R\$10, o outro vir e fazer por R\$5. Então, a OAB disciplinou uma tabela de honorários mínimos. Mas esses mínimos já são bem irrisórios. O Estado paga, aqui, um terço desse mínimo, quando paga. E não paga!



Quer dizer, na realidade, nós até preferimos, num certo sentido — até um pouco cínico —, que exista Defensoria Pública, para a gente poder cobrar pelos nossos serviços. Porque aquelas pessoas que vão ficar na fila da Defensoria Pública, aquelas que não vão ser atendidas, vão vir para o meu escritório, pagando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quero só aproveitar a presença do senhor para fazer uma pergunta: quantos advogados, hoje, no Estado, respondem a algum processo administrativo na OAB por abandonar causa de clientes presos?

O SR. DORIAN ESTEVES MARINHO - Talvez eu possa responder a V.Exa. com alguma certeza, porque eu pertencço ao Tribunal de Ética e Disciplina aqui da OAB já há muitos anos. Eu não conheço nenhum caso exatamente desse tipo, de abandono de causa de cliente, principalmente cliente de área penal. Nunca me foi colocado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não existe, então, nenhuma ação, hoje, na OAB, nenhuma queixa...

O SR. DORIAN ESTEVES MARINHO - Eu não posso garantir que não exista. Eu não me deparei com nenhuma delas. Pode ser até que exista, outros colegas sejam relatores, outros tenham votado, outras Câmaras tenham desenvolvido, mas não é uma coisa comum ter advogados que abandonaram seus clientes no meio da causa. Acho muito difícil. Pode ter ocorrido, porque em toda classe se vai do pior ao melhor. Pode ter ocorrido, sim, e às vezes ocorre com o mesmo advogado muitas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor não tem conhecimento?

O SR. DORIAN ESTEVES MARINHO - Não. Que eu tenha julgado, nunca. Porque eu julguei outras coisas: advogado que levou dinheiro da velhinha, fez tudo. Mas esse tipo de abandono, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o senhor, que acompanha a questão dos presídios, deve ouvir muita reclamação de presos: "*Ah, o advogado me abandonou*". "*Eu paguei e ele me abandonou*." "*Não me atende mais*." "*Atende mal*." Isso é comum no Brasil todo.



O SR. DORIAN ESTEVES MARINHO - Acho que é mais. Veja aquele filme *Um Sonho de Liberdade* — acho que todos nós vimos — em que o sujeito, em determinada hora, fala assim: "*É, na realidade estou aqui porque o advogado me ferrou*". Ninguém ali é culpado. Só o advogado que os ferrou.

Quer dizer, é uma coisa que passa mais ou menos para a sociedade a idéia de que ele não foi suficientemente bem defendido. E na técnica, no dia-a-dia, não é bem assim que acontece. Na realidade, muitas das vezes, ele praticou efetivamente o crime pelo qual ele foi julgado e condenado.

Nós temos um processo judicial que não anda se não tiver defensor nomeado. Então, todos tiveram defensores. E a mentira já parte do fato assim: "*Ah, eu não tive advogado. Fui condenado, estou aqui há 10 anos, mas não tive advogado*". Não, ele teve advogado! Na realidade, ele pode não ter nem conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, mas a pergunta é a seguinte: o preso comove esse advogado na porta da cadeia, ele recebe um dinheiro, depois vê que o negócio é difícil e abandona a causa.

O SR. DORIAN ESTEVES MARINHO - Acontece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Existem queixas, na OAB, de procedimentos de advogados dessa forma? A OAB abriu algum processo contra esse advogado?

O SR. DORIAN ESTEVES MARINHO - Eu não posso garantir que exista. O que eu posso dizer é que eu nunca vi. Pode ser que exista. E acho — é a minha opinião, como julgador — que esta pessoa que faz coisas desse tipo, por uma série de razões, deva ser apenada na pena máxima possível, que é o que é da nossa competência aqui, que é pedir a suspensão e pedir a expulsão dele no Conselho Federal. Esse é o único procedimento que a gente pode desenvolver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Esta CPI inclusive solicitou a todas OABs regionais a relação de advogados que respondem a processo administrativo por abandono de causa, (*ininteligível*) para que nós possamos também tomar as devidas providências em relação a esses advogados.

O SR. DORIAN ESTEVES MARINHO - Acho que isso é muito bom, porque higieniza esse espaço e vai efetivamente dar nomes aos bois.



O que acontece muito, Deputado, é aquilo de que falei anteriormente: o preso acha que, mesmo tendo contratado e pago advogado, ele, depois da sentença de segundo grau, ainda tem um advogado para acompanhá-lo na execução penal. E isso não faz parte do nosso processo, como V.Exa. sabe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

Com a palavra o representante da Pastoral Carcerária.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só aproveitando, porque, quando o representante da Pastoral Carcerária falou, depois não houve a oportunidade para se fazerem perguntas.

Queria só que o senhor, nas considerações... Não, o da Pastoral. Queria que o senhor falasse sobre a questão da existência de maus-tratos, que a OAB já afirmou que tem denúncia, o juiz também; sobre punições arbitrárias no interior dos estabelecimentos; se o senhor tem conhecimento, ou a Pastoral, de mulheres presas em estabelecimento masculino e de alguma mulher que engravidou no interior dos estabelecimentos penais; e também sobre a qualidade das inspeções judiciais e como elas são feitas. Também quero saber por que, na sua opinião, aos presos não é garantido o direito de trabalhar e de estudar. Por que isso ocorre? Também quero saber sobre a questão da assistência jurídica: quais são as queixas que a OAB tem sobre a deficiência da assistência jurídica?

O SR. LUIZ CARLOS PIRES SENA - Quanto ao caso de mulheres presas junto com homens, nunca, nesses 8 anos que estou na Pastoral, e mesmo nos nossos encontros estaduais — a Pastoral Carcerária, todo ano, faz encontro estadual, que é um grande fórum em que todo o pessoal que visita todas unidades prisionais do Estado está —, nunca ouvi falar. Disso aí não tem nenhuma denúncia.

Quanto à educação, acho que existe um certo desleixo por parte do Estado. Aí não é a Secretaria de Segurança que é culpada, mas a própria Secretaria de Educação, que deveria, talvez, ter um investimento mais forte. Agora, também não existe um processo facilitador para a educação. Quando eu vejo nosso juiz da Vara de Execuções Penais dizer que vai dar remissão para quem estudar, isso é claro que vai ter um eco dentro do sistema prisional e vai haver mais interesse.



Acho que, quanto ao trabalho, existe pouco espaço, porque a população carcerária cresceu muito nos últimos 10 anos e a superpopulação não dá condições. Eu mesmo trabalho com um projeto de inclusão social, de geração de trabalho e renda dentro do presídio masculino, e uma das dificuldades que a gente tem é espaço. Existiria a possibilidade de botar outras oficinas, onde pudesse edificar profissionalmente uma pessoa, onde a pessoa pudesse pensar profissionalmente a vida dela, mas não tem condições por falta de espaço.

Mas acho, também, que existe uma falha no sentido de que os espaços que tem poderiam ser usados em turnos, porque o preso não sai de lá; ele fica lá. Então, uma idéia que eu acho — até já passei isso para a Direção do presídio masculino, e isso poderia ser também na penitenciária — é o preso trabalhar das 7 à 1 e à tarde ele estuda. Por que o preso não trabalha da 1 às 8 e de manhã estuda? Você estaria dobrando a quantidade de espaço dentro de qualquer unidade prisional, se fosse usado esse procedimento. E o preso está lá. Se convidarem ele para trabalhar — é claro que tem alguns que não querem, não precisam —, mas ele está lá. Eu trabalho com 8, e, seu eu disser para eles que sábado a gente tem que trabalhar, eles vão ficar contentes. Se eles não tiverem visita, porque a visita é a coisa mais importante da semana, eles querem trabalhar.

Então, quer dizer, eu acho que não existe grande dificuldade nesse sentido. O que falta são atitudes pontuais, às vezes, da Direção, ou se espelhar em outras unidades que tiveram avanço no processo de educação, no processo de trabalho e profissionalização. Concordo que montagem de grampo e confecção de bola não funcionam nem como terapia. Eu defendo a idéia de que, com esse tipo de trabalho, ele pode até passar o tempo nos primeiros dias, mas, depois de um certo tempo, funciona mais como um sinal ou como um aviso de que o cara não serve para nada mesmo. Então eu sou totalmente contra. Acho que a pessoa tem... Todo projeto que visa incluir a pessoa num projeto de trabalho e renda dentro do sistema prisional deve ser alguma coisa com que ele possa se sustentar lá fora, dentro da comunidade dele, quando ele sair. Então, não concordo também com montagem de grampo, não sou a favor desse tipo de coisa: fazer rede, montar grampo, tal. Isso aí até pode dar um dinheirinho, ajuda por um lado, mas, por outro lado, ele não vai se



sentir edificado emocionalmente ou intelectualmente. Acho que isso aí vai é deprimir mais ele ainda.

Quanto aos maus-tratos, de fato, Florianópolis, onde eu convivo, a gente tem, agora, um pessoal novo que está entrando, que talvez já venha com uma base um pouco melhor, que já tenha um pouquinho de conhecimento dos direitos humanos. Eu acho que isso aí tem ajudado. A Escola Penitenciária também tem dado melhores informações e tal. A formação, nesse sentido, está sendo um pouco melhor. A gente conversa muito com os agentes prisionais que estão chegando, mas eles ainda são minoria.

Existem umas regras... Não são regras, mas uma maneira que alguns agentes prisionais têm de tratar o preso. Por exemplo, na penitenciária, o preso tem que andar de cabeça baixa. Eu, pessoalmente, acho isso uma violência. Mas o agente prisional acha que não é uma violência. Por exemplo, no presídio masculino — disso tem denúncia no Ministério Público, eu acredito até que o Ministério Público tenha acatado, porque foi feito exame de corpo de delito, tudo —, ano passado, não me lembro qual foi o mês, os militares entraram para fazer uma revista — que é necessária, que eu defendo, porque existe o celular, existe droga. Então, quer dizer, eu não sou contra a revista —, quebraram tudo e inclusive tocaram pau no pessoal. Bateram inclusive na galeria, que é uma galeria exclusiva de trabalho. Todos apanharam. Todos, sem exceção! Eles entraram num corredor polonês. Eu estava lá nesse dia. Eu não vi eles apanhando, mas vi as marcas, porque, naquela época, 5 trabalhavam comigo e eles me mostraram as marcas deles.

Houve um levante, houve um apoio da Direção. Isso não foi ordem da Direção. Isso não foi ordem da Direção, já quero deixar claro aqui. Isso foi uma atitude de um grupo de militares que entrou e não sei por qual motivo... E era uma guarnição daquela que tem um nome.

Esse tipo de atitude, por mais necessário que os militares achem — nesse caso, foi feito pelos militares —, traz conseqüências. Quase, quase que naquele mês houve uma rebelião dentro do presídio masculino. Ele traz conseqüência nefasta para o sistema, porque você bater na pessoa sem ter por que... Então, e onde a gente fala em ressocialização, em promoção humana, e isso, no nosso Estado, acontece.



Eu estou falando de uma coisa que eu estava junto, que eu testemunhei, que eu vi os caras marcados. Inclusive incentivei os meus, que trabalhavam comigo — digo "os meus" porque a gente trabalha junto —, a ir depor, e foram fazer exame de corpo de delito. E isso está... Eu não sei se o representante do Ministério Público está aí ainda, o promotor. E isso está no Ministério Público. Foi um caso do ano passado.

Isso aí, o militar sai, ele entra armado, faz o trabalho dele, e, quando há esse tipo de violência, quando ele sai, quem fica no contato diário são as pessoas que trabalham com os presos; são os agentes prisionais. Isso é uma coisa que é desnecessária, é uma violência que só traz prejuízo, mas prejuízo grande, porque até hoje, quando a gente vai falar que o preso tem que ter um comportamento, vai se discutir ética, coisa: "*Ah, Sr. Lima, o senhor lembra o que fizeram no ano passado com nós?*". Entende? Então, isso fica marcado, eles se sentem mais humilhados. Acho que isso é desnecessário. Desnecessário naquele caso, pontualmente, porque não foi alguém que desobedeceu a uma ordem, não. Eles estavam todos de cueca, entraram num corredor polonês e apanharam. Isso aí é público, foi feita a denúncia. Então, quer dizer, não estou contando nenhuma novidade, mas que há violência há. Outra coisa são...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dois minutos para concluir.

O SR. LUIZ CARLOS PIRES SENA - Sim. Outra coisa são as escoltas. Na minha fala inicial, eu disse que sou contra que o militar tenha contato com o preso depois que ele é preso, por causa da dialética que existe de relação entre as 2 partes. Eu sou totalmente contra.

Eu acho que os senhores, da CPI, poderiam sugerir isso: que o preso deveria ser escoltado pelo agente prisional. A relação entre o agente prisional e o preso é muito melhor do que entre o preso e o policial militar. Aqui, os nossos, por um decreto dos militares do ano passado, saem algemados e com marcapasso. Então, isso aí, de fato, é necessário ou não é necessário?

Mas eu já vi — eu já vi! — muito preso apanhar na hora em que está sendo revistado. E aí o diretor da cadeia diz assim para mim: "*Não, Luiz, quanto a isso a*



gente não pode fazer nada, porque daqui pra fora é com os militares". Então, ele não tem pra onde gritar, pra onde correr.

Outra coisa que eu gostaria de esclarecer, que está existindo uma boa vontade, mas eu acho... E aí vou aproveitar a presença do Justiniano. O Justiniano sabe que eu sou um crítico do trabalho dele e de toda a equipe dele. Agora, quando dizem que as entidades não são parceiras dos agentes prisionais, eu discordo. Eu discordo porque a Pastoral Carcerária tem uma missa que é para os agentes prisionais, toda primeira quarta-feira do mês. A missa de 7º dia daquele rapaz que foi morto lá no sul da ilha, no morro, foi feita dentro da capela da Pastoral Carcerária, com a família do... Então, eu acho que, quando a gente fala das entidades, a gente tem que tomar cuidado, porque tem muita gente...

Eu defendo o direito do preso, mas eu defendo o direito do agente prisional, eu defendo o direito dos funcionários públicos em geral, e eu defendo o direito dos estudantes, defendo o direito de tudo quanto é ser humano, entendeu? Agora, isso não quer dizer que a gente está contra o agente prisional. Agora, os maus-tratos têm que ser denunciados! Não pode um militar, como acontece, dar tapas nas costas e na cabeça do cara algemado. Isso é covardia! Isso é covardia! Isso não é coisa de homem! Isso não é coisa de homem! É muito fácil você bater em quem está algemado!

Então, me desculpem os senhores, que são da Secretaria, e o Ministério Público, mas tem muita coisa acontecendo que não vem à tona, porque nem tudo se consegue denunciar.

E até eu mesmo me sinto, assim, um pouco constrangido de fazer denúncia, porque eu estou lá dentro e também posso sofrer represália, apesar de que todo mundo conhece o trabalho da Pastoral Carcerária.

Eu estou me baseando em um trabalho que os senhores estão fazendo. Estou tirando o chapéu para os senhores, que estão sentindo o cheiro da cadeia, que eu tenho certeza de que a maioria dos Deputados e dos Senadores não conhecem. Muito legal esse lance aí de dizer "o cheiro da cadeia", porque ninguém pode resolver problema de ninguém se não pisou no solo, se não foi lá e não sentiu o cheiro. E eu acho que isso aí, se vocês estão andando nas cadeias, parabéns para vocês. Nunca vi um Deputado ou um Senador ter uma atitude dessa. Acho que



é um fato histórico. Não sabia que esta CPI iria ter essa conotação. Para mim, foi um momento muito especial. Em nome da Pastoral Carcerária, de todas as entidades que defendem direitos, eu acho que vocês estão sendo bem corretos. Se vai dar em alguma coisa ou não vai, eu sei que não depende só de vocês. Também não sou burro para pensar que vocês vão dar jeito em tudo. Nós temos uma caminhada. O que falta em Florianópolis, o que falta em Santa Catarina é um fórum onde se unam o Ministério Público, a Vara de Execuções Penais, a Secretaria de Segurança, as entidades ligadas com direitos humanos, as religiões que trabalham com os presos, as entidades que defendem as famílias, um fórum onde a gente possa todo ano se digladiar, no bom sentido. E a isso eu sei que o Justiniano não se furta, porque ele está sempre junto conosco, em tudo que a gente convida. Então, não é isso. A OAB também. E quando disseram aí que visitam as cadeias, eu vou fazer um paralelo. Esse juiz é novo, a gente não pode cobrar dele, ele chegou há poucos dias. Mas o Divanenko, por exemplo, sou parceiro dele. Ele foi inovador, fez um monte de coisa legal, mas nunca visitou o presídio masculino, nunca. Nunca o vi lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para concluir.

O SR. LUIZ CARLOS PIRES SENA - Eu sou da Pastoral há 8 anos e nunca vi ele lá dentro. Então, quer dizer, têm certas coisas que são colocadas assim como verdades absolutas, mas uma coisa é a penitenciária. O presídio feminino é outra instituição. Nunca vi também... A Maria não está mais aqui, mas nunca vi ele lá também no presídio. E a direção, os agentes prisionais às vezes se queixam disso. Estou fazendo disso já um apelo ao nosso querido juiz aí, que está assumindo, que visite essas entidades. Ali, no presídio masculino, a penitenciária tem setecentos e poucos. O presídio masculino, num espaço que é 20 vezes menor do que o espaço da penitenciária, tem 300. Merece atenção. Se são condenados ou não são não interessa. Então, é nesse sentido que eu... Eu não sei se eu respondi todas aí, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só queria perguntar à Pastoral Carcerária se a Pastoral acompanha o egresso. Quais são as dificuldades? Foi



colocado aqui que o preso, além de ele sair de lá sem estudo, sem profissão, ele ainda sai com a marca de preso. Ninguém quer empregar o preso. Queria saber se os senhores acompanham o egresso, que dificuldades eles relatam para poder se incorporar na sociedade, até porque muitos deles não tiveram o direito de viver em sociedade. Viveram em periferia, desempregados. Geralmente o pai se separou da mãe muito cedo, nunca tiveram carteira, moram em casas paupérrimas. Que o senhor pudesse informar um pouco sobre isso.

Para o Dr. Júlio, gostaria só que explicasse como é que funciona aqui. Tem uma secretaria que cuida dos presos de Justiça e tem a outra que cuida da delegacia?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Dr. Júlio de Melo é o juiz.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não é o doutor...

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Justiniano.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Parece que o senhor informou, não sei, alguém informou que, parece-me, a Secretaria de Segurança tem a grana, e a de Justiça não tem nada. Como é que funciona isso? Qual é a autonomia de ambas? Se isso tem choque, como é que... Que o senhor pudesse explicar melhor, institucionalmente, sobre essa dualidade aqui de funcionamento do aparelho institucional?

O SR. LUIZ CARLOS PIRES SENA - Quanto ao egresso, é claro que o nosso atendimento ao egresso... A Pastoral Carcerária tem como objetivo principal a visita, baseada no Evangelho: *“Estive preso, vieste me visitar”*. Mas isso não nos exime da culpa. De fato, a Igreja, em Florianópolis, não tem um trabalho voltado para o egresso. Nós não temos... Aqui tem a previsão em lei, mas não temos, a Casa do Egresso... Então, quer dizer, nós temos uma secretaria, que é a secretaria da Pastoral, que está dentro do complexo, lá, quando você entra à direita, que recebe muitos egressos que vêm ali, às vezes para você... Se a gente faz alguma coisa ou não, encaminha para um documento, às vezes fornece uma cesta básica. Tem alguns que pegam cesta básica mensalmente — mas isso é assistencialismo —,



outro preenche lá um currículo. Alguma coisa nesse sentido se faz, mas eu sei que é muito pouco. Eu diria para o senhor, Deputado, que nós não fizemos nada. Pelo egresso nós não fizemos nada. Se perguntasse: faz alguma coisa? Faz, mas é muito pouco. Resolver o problema nós não estamos ajudando a resolver em nada. Agora, a Pastoral tem essa função de denunciar também o que está errado, mas a gente não pode dizer — eu não concordo com o Dr. Dorian — que o nosso sistema prisional é um lixo. Nós temos grandes exemplos em Santa Catarina. Apesar de admirar o trabalho e a coragem dele, mas eu não concordo. Eu acho que existe o esforço, existiu na outra gestão, antes do Justiniano, e existe um esforço neste momento de fazer alguma coisa. Eu só espero que o novo, quando mudar a política, não mude o secretário assim, e que venha outro que não entende nada. Isso acho que é uma coisa também. Essa descontinuidade atrapalha muito o sistema prisional, porque aí o cara vai ter que conhecer, não conhece, não sei o quê. Acho que isso atrapalha muito também. E no mais agradecer a oportunidade de falar em nome da Pastoral, e não é um conselho, uma idéia para vocês que são da Comissão, dessa CPI que está cuidando disso aí. Eu sou admirador de alguns projetos que existem no Brasil. Em Goiás tem alguns projetos que estão dando certo. Em Minas, a APAC, vocês devem ter ouvido falar, e no interior de São Paulo a APAC tem outras associações e conselhos comunitários, no Rio Grande do Sul, que tem feito um trabalho muito bacana. Então, quer dizer, eu acho que vocês estão sentindo o cheiro da cadeia e do podre, mas acho que é legal também ver onde é que dá certo com um investimento pequeno. Não precisa ser uma montoeira de dinheiro e tem-se feito grandes trabalhos. Então, acho que isso também deve ser trazido para a CPI como modelo, porque tem cadeias no Brasil que funcionam, as pessoas são tratadas como seres humanos, tem um pensar profissional e saem um pouco mais educadas, educadas no sentido de informação. Então, eu acho que tem muito exemplo dentro do Brasil que não é que tem que ser copiado, mas que tem que ser pensado e tem que ser refletido. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu queria só aproveitar a última pergunta ao Secretário, que ele pudesse informar sobre essa empresa aqui do Pega e Prende. Quanto é que ela paga para os detentos, qual é a



relação com o Estado, se tem contrato, se paga conta de água, de luz, qual é o subsídio que o Estado dá?

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Deputados, essas questões, geralmente, são convênios com o Fundo Rotativo das Penitenciárias. São feitos convênios, agora, eu não sei exatamente quanto ela paga. Eu não tenho esse dado aqui para lhe dizer. São feitos convênios, ela paga ao Fundo Rotativo. Nós, inclusive, acho que é uma idéia aqui que eu gostaria de lançar aos Srs. Deputados. Nós estamos com problema, a questão do pagamento da Previdência Social aos presos, ao trabalho do preso. Se nós formos deixar nas mesmas condições o trabalho aqui fora... Porque há o entendimento da questão... Eu não quero tirar o direito do preso, mas há o entendimento da questão salarial e a questão indenizatória, que sobre essa não caberia Previdência Social, porque, se nós formos nivelar, e vamos ser muito francos nisso, há um preconceito grande. Se nós formos dar as mesmas condições para um empresário contratar um preso ou contratar alguém aqui fora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ninguém contrata ninguém.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - ...ele vai contratar aqui fora. Então, como sugestão, essa questão da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu acho um excesso de zelo essa cobrança.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Eu também acho. E eu entendo, no meu entendimento, e se V.Exas. até forem ler no Mirabette, quando ele se manifesta, ele também entende que não é cabível, mas sempre há um risco até do próprio empresário, o medo daqui a pouco de ser considerado inadimplente perante a Previdência Social. Então, eu acho que isso é uma coisa a ser discutida e ser esclarecida, para que o empresário que quer dar mão-de-obra dentro do presídio, é vantajoso para o empresário, o empresário visa lucro, mas é vantajoso para o sistema prisional que o preso trabalhe. Acho que isso é uma questão. Só a questão que o Luiz levantou aqui de os policiais militares não fazerem as escoltas. Aqui em Santa Catarina já existem, já foi criado, os agentes de escolta e vigilância, que é justamente para tirar a PM dos presídios e penitenciárias.



Foram criados 1.200, 1.300 cargos. Está... Depende da questão financeira, como eu mencionei antes, a questão da folha, para que a gente possa criar. Quanto à questão, o Luiz saiu aqui, mas a questão dos direitos humanos, eu não disse que todas, eu disse que raras e poucas vezes eu vi alguma entidade de direito, de defesa de direitos humanos defender o direito do nosso agente prisional. Mais uma vez agradeço a oportunidade. Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Ah é, desculpe, Deputado. As 2 secretarias, a Secretaria de Justiça, eu não sei se nos outros Estados foi assim, ela é, aqui em Santa Catarina, ela foi muito cíclica. Durante alguns tempos ela existiu, durante outra época ela não existe, ela é incorporada, já chegou até a ser incorporada pela Secretaria de Administração. E foi criada agora uma lei complementar, foi, em maio do ano passado, criada a Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania, para executar as políticas do sistema prisional, do menor infrator. E vinculada também à Secretaria está a Defesa Civil. São os 3 departamentos que estão vinculados a nossa Secretaria. Ela é uma Secretaria, *status* de secretaria, tudo isso, só que ela tem um grande problema: ela não tem orçamento próprio. Isso já está sendo conversado, o orçamento ficou vinculado à Secretaria da Segurança Pública. Isso está sendo debatido, já coloquei isso ao Governador, da necessidade de nós termos um orçamento, não é para mim — porque eu, daqui a pouco... eu estou Secretário —, mas é para o sistema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Bom, nós estamos chegando ao final dos trabalhos desta Comissão. Nós queremos agradecer aqui a presença a todos: juiz, promotor, corregedor, secretário, representante da OAB, da Pastoral Carcerária, aos familiares dos presos que aqui estiveram. E quero dizer que a CPI, em relação às denúncias que foram feitas pela parte da tarde, a respeito dos presos que tenham sido supostamente torturados, já solicitou exame de corpo de delito, os presos já foram retirados da unidade prisional de Criciúma, já estão a caminho da cidade de Florianópolis, para prestar depoimento à Comissão.

Nós vamos suspender os trabalhos desta Comissão. Os presos, assim que chegarem, serão encaminhados à carceragem da Polícia Federal e lá, na Federal,



eles vão prestar depoimento para a CPI. Não importa a hora que chegarem. Se chegarem meia-noite, 1 hora da manhã, vamos estar de prontidão. O Relator vai ter que ouvi-los ainda hoje, que amanhã ele vai ter que viajar cedo, 7 horas. Então, assim que chegarem, serão ouvidos lá na Superintendência da Polícia Federal. Já foi feito o exame de corpo delicto lá em Criciúma. Se houver necessidade, Relator, de fazer um outro exame aqui, nós vamos pedir à Federal que possa encaminhá-los para fazer o exame de corpo de delicto, enviar os resultados diretamente para a Comissão Parlamentar de Inquérito, mesmo considerando o exame que foi feito lá em Criciúma, que não sabemos se vai chegar às nossas mãos em tempo hábil.

Então, com essas palavras...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Antes de encerrar, o Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, a senhora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Doraci.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ela fez aqui uma denúncia de que o seu filho foi para a cela de castigo porque vibrou com a vitória do seu time, o Criciúma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Figueirense.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Figueirense. Segundo ela, o seu filho está há 10 dias no castigo e há receio de que, por conta dessa denúncia aqui, ele passe mais tempo. Eu queria pedir ao juiz da execução, que está aqui, que pudesse examinar o caso do filho da Sra. Doraci, porque ela está aflita, fez uma denúncia. E eu não quero aqui fazer nenhuma antecipação de julgamento, mas aonde nós passamos e que houve denúncia de mau-tratos, na nossa ausência a nossa a peia foi maior.

Então, queríamos, primeiro, pedir que o juiz examinasse; segundo, queria pedir ao Diretor e ao Secretário que orientassem para não haver nenhum tipo de retaliação aos presos. Da mesma forma, eu espero que a denúncia que a Sra. Thayse fez em relação ao seu esposo e aos companheiros dele seja verdadeira, porque também temos ouvido muitas reclamações lá na cela, e, quando vamos aqui no sistema, muitas coisas não conferem, o número de processo aumenta, há



reincidência. Portanto, como o nosso trabalho é muito sério, queremos contribuir com o País, compreendemos o drama dos presos, sabemos que muitos deles são vítimas de um Estado que sonegou a eles qualquer direito, sabemos que a grande maioria dos presos tem recuperação, não são bandidos. A praticar delitos qualquer ser humano está sujeito, como também sabemos que uma boa parte da criminalidade da elite não está presa.

Então, gostaríamos que essas denúncias, que não tivesse nenhuma decepção, que acabou levando a esse esforço de trazer os presos de lá para cá e que aqui nós tivéssemos uma versão diferente. Nós vamos ficar aqui. Se chegarem 1 hora da manhã nós vamos ouvir, qualquer hora que eles cheguem nós vamos ouvir. E esperamos que, se confirmadas as torturas, porque a transferência ilegal já está caracterizada, nós esperamos que esse tipo de fato não aconteça mais. Os presos têm que ser tratados como gente, como cidadãos, até porque têm direitos garantidos no aparato jurídico e porque tratar os presos de uma forma animalesca é um prejuízo para ele, é um prejuízo para nós. Então, nós esperamos que... Refaço o pedido para o Secretário. Nós ouvimos outros casos de torturas. Nós não os trouxemos aqui para evitar que na nossa ausência houvesse qualquer tipo de represália, mas eu acho que todos aqueles que trabalham no sistema têm que ter consciência de que há maus-tratos. Compreendemos que ali não tem santo, é um sistema tenso. Nós estamos preocupados com os agentes. Muitos que estão ali não pensam 2 vezes antes de eliminar ninguém, mas também nós não achamos correto, não é normal que uma pessoa que está sob a custódia do Estado, que tem o poder da força, use a tortura como método para conter qualquer tipo de rebeldia, qualquer tipo de indisciplina.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o pedido que faço e vamos esperar os 3 presos, vamos ouvi-los e esperamos que possamos corrigir as distorções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, nós vamos, com essas palavras do Relator, encerrar os trabalhos da nossa Comissão, agradecer a presença de todos, agradecer o apoio recebido ao Governo do Estado, através da Secretaria de Justiça, do Diretor Penitenciário, que esteve conosco o tempo todo, os funcionários que nos receberam lá durante a tarde, agradecer o apoio da Polícia



Militar, da Polícia Civil do Estado, que estiveram conosco também durante todo o dia.

Quero dizer que assim que os presos chegarem de Criciúma eles deverão ser encaminhados diretamente à Superintendência da Polícia Federal e lá eles serão ouvidos pela CPI. Não importa a hora. Se chegarem meia-noite, 1 hora da manhã, 2 horas, o Relator vai estar lá com a equipe para ouvir os depoimentos dos presos. E, após os depoimentos, eles estarão liberados pela CPI, poderão retornar ou não para Criciúma. Aí vai depender do juiz que autorizou. Eu não sei se ele saiu daqui à revelia, mas, como ele voltou, é o juiz que vai decidir. Depois dos depoimentos eles estão à disposição do sistema penitenciário para tomar as devidas providências.

Agradecemos aos funcionários da Assembléia Legislativa, ao pessoal do som, ao pessoal dos serviços aqui, às taquígrafas...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, queria que V.Exa. recomendasse ao servidor público que nos desse algum contato telefônico para que possamos passar o nosso, para, na hora em que os presos chegarem, nós sermos acionados.

O SR. JUSTINIANO FRANCISCO CONINCK DE ALMEIDA PEDROSO - Eu acho, Srs. Deputados, que ninguém da Secretaria deve estar presente no depoimento dos presos, até para eventualmente não inibi-los. Eu acho que aí poderia informar à Secretaria... Nós informaremos então — não sei quem é que está trazendo isso aí — para que leve diretamente à Polícia Federal, e a Polícia Federal faz o contato com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos a presença a todos, a presença da imprensa, a presença dos funcionários, à Assembléia Legislativa e aos Deputados Estaduais que estiveram conosco a tarde toda.

Com essas palavras, nós agradecemos e suspendemos esta audiência até os depoimentos na sede da Polícia Federal que serão tomados pelo Relator.